

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
*SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA*  

---

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO - CAMPUS UBERABA**

PAMELA JUNQUEIRA FREITAS

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM CAMPUS  
PATROCÍNIO – (2015 – 2016)**

**UBERABA – MG  
2018**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO  
TRIÂNGULO MINEIRO – *CAMPUS* UBERABA  
Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica  
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica**

**PAMELA JUNQUEIRA FREITAS**

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM CAMPUS PATROCÍNIO -  
(2015 – 2016)**

**Uberaba  
2018**

**PAMELA JUNQUEIRA FREITAS**

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM CAMPUS PATROCÍNIO -  
(2015 – 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Gestão das organizações e políticas para a Educação Tecnológica e Profissional

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Antônia Ribeiro

**Uberaba  
2018**

**PAMELA JUNQUEIRA FREITAS**

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM CAMPUS PATROCÍNIO -  
(2015 – 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica - curso de Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Gestão das organizações e políticas para a Educação Tecnológica e Profissional

**Uberaba, 17 de dezembro de 2018**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Antônia Ribeiro  
(IFTM – Campus Uberaba) - Orientadora

---

Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima  
(IFTM – Campus Uberaba) – Membro Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar  
(IFTM– Campus Uberlândia Centro) – Membro Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Lima Coimbra  
(UFU) – Membro Externo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me ajudar nos momentos de maiores dificuldades, durante esta jornada.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisa Antônia Ribeiro, que com toda sabedoria e humildade me guiou neste processo, sempre com palavras de incentivo, motivação e respeito.

Aos meus pais, Ércio e Valdete, e ao meu irmão Caio, que sempre me deram todo o apoio na busca de meus objetivos.

Ao meu querido marido Rafael, pelo apoio nesta minha jornada acadêmica, pela compreensão e pela paciência nos momentos de ausência.

Aos Professores Dr. Geraldo Gonçalves de Lima e Prof. Dr. Luiz Alberto Rezende por terem participado da banca de qualificação e pela contribuição dada ao trabalho.

Ao Prof. Dr. Geraldo Gonçalves de Lima, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Lima Coimbra e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa do mestrado e por terem contribuído para minha formação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, os quais muito cooperaram para minha formação como pesquisadora. Ao Professor Dr. Luciano Marcos Curi, pelo incentivo à pesquisa e academia, como também pelas longas conversas e reflexões sobre história, política e vida.

Aos colegas do Programa, aos quais sou grata pela convivência e pelo aprendizado, bem como pelos bons momentos de conversas acompanhados por um bom café. E à companheira e amiga Sara, que sempre esteve disposta a ouvir e a me consolar com todo seu carinho e atenção.

À Pró-reitora de Extensão e aos servidores, que colaboraram para a pesquisa no fornecimento de documentos e informações. Ao colega de trabalho e amigo Adriano Elias, nossas conversas e embates sobre a assistência estudantil bem como nosso modo de trabalho ajudaram a construir esta pesquisa, a você sou grata.

Aos meus colegas e amigos de trabalho do IFTM – Campus Patrocínio, pelo carinho e preocupação durante minha jornada de estudos, vocês fizeram toda a diferença neste processo. Meu carinho especial à Eloisa, Aline e Larissa, por apoiarem esta luta desde o início.

Aos meus amigos e companheiros de vida, que sempre em momentos de descontração mostraram seu apreço durante este processo.

A todos os funcionários do PPGET e da Secretaria de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberaba, que tornaram esta jornada possível.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. Desse modo, deixa claro que o ensino não depende exclusivamente do professor, assim como aprendizagem não é algo apenas de aluno, as duas atividades se explicam e se complementam; os participantes são sujeitos e não objetos um do outro.

(Paulo Freire)

**OS REFLEXOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM CAMPUS PATROCÍNIO -  
(2015 – 2016)**

**RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a política de assistência estudantil por meio de uma análise da percepção/realidade dos sujeitos envolvidos, compreendendo as ações, as intenções e os objetivos alcançados pelo Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O foco é a relação entre esta política pública e sua implementação, bem como os procedimentos adotados para tal ação no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM e IFTM Campus Patrocínio. O PNAES por meio do Decreto nº 7.234/10, executado no âmbito do Ministério da Educação, propõe a democratização da permanência no Ensino Superior público federal por meio da redução dos efeitos da desigualdade social e, da redução das taxas de retenção e evasão, contribuindo desta forma, para a permanência do estudante no Ensino Superior, promovendo a inclusão pela educação. Entende-se que o decreto apoia medidas de combate à retenção e evasão, viabilizando a estabilidade de estudantes de baixa renda matriculados nos cursos superiores presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Diante do quadro delineado, a opção metodológica adotada para a presente investigação está apoiada na perspectiva da pesquisa qualitativa. A pesquisa bibliográfica auxiliou, fundamentalmente, na compreensão do papel do Estado e o reconhecimento das múltiplas interferências que o mesmo sofre, com impacto na formulação das políticas educacionais. A pesquisa documental realizada tem destaque diante do esforço empreendido no levantamento, organização e análise do arcabouço jurídico que regulamenta em âmbito nacional e institucional a implementação e execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil desde a criação até as últimas atualizações procedidas na legislação. Apresenta-se o levantamento do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos superiores em tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão Comercial, separados em dois grupos beneficiados e não beneficiados pelo programa, compreendendo o período de 2015 e 2016. No sentido de ampliar os dados, foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas junto ao grupo de estudantes que recebem o auxílio estudantil para verificar a percepção que detêm sobre os efeitos do benefício na vida acadêmica. Como contribuição, a partir da “leitura” do contexto empírico, apresenta um conjunto de sugestões de dimensões político-pedagógico-administrativo aos gestores no sentido de promover avanços e melhorias na gestão da implementação e desenvolvimento do Programa nessa instituição.

**Palavras-chave:** Política Pública, Assistência Estudantil, Democratização e Desempenho Acadêmico.



## ABSTRACT

This research aims to understand the policy of student assistance through an analysis perception/reality of the subjects involved, understanding the actions, intentions and objectives achieved by the Decree N° 7.234/2010, on the National Student Assistance Program. The focus is the relationship between this public policy and its implementation, as well as the procedures adopted for such action under the Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM and IFTM Campus Patrocínio. The national student assistance programme through the Decree N° 7.234/10, implemented within the Ministry of Education, proposes the democratization of the permanence in the federal public higher education through the reduction of the effects of social inequality and the reduction of retention and evasion rates, thus contributing to the permanence of the student in higher education, promoting the inclusion by education. It is understood that the decree supports measures to combat retention and avoidance, enabling the stability of low-income students enrolled in the upper classroom courses of Federal higher Education institutions. In view of the delineated picture, the methodology adopted for the present investigation is supported by the perspective of qualitative research. The bibliographic research helped, fundamentally, in understanding the role of the State and the recognition of the multiple interferences that it suffers, with an impact on the formulation of educational policies. The documentary research carried out has highlighted the effort undertaken in the survey, organization and analysis of the legal framework that regulates in the national and institutional scope the implementation and execution of the National Assistance Program Students from creation to the latest updates in the legislation. The study presents the academic performance of students of higher education courses in technology analysis and development of systems and commercial management, separated in two groups benefited and not benefited by the program, comprising the period 2015 and 2016. In order to broaden the data, a questionnaire with open and closed questions was applied to the group of students who receive the student assistance to verify the perception they hold about the effects of the benefit in academic life. As a contribution, from the "reading" of the empirical context, presents a set of suggestions of political-pedagogical-administrative dimensions to managers in order to promote advances and improvements in the implementation and development management of the program In this institution.

**Keywords:** Public policy, Student assistance, Democratization e Academic Performance.

## LISTA DE SIGLAS

<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNAES</b>	Programa Nacional de Assistência Estudantil
<b>IFTM</b>	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>PROUNI</b>	Programa Universidade para Todos
<b>ADS</b>	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
<b>GC</b>	Gestão Comercial
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>CAE</b>	Coordenação de Apoio ao Estudante
<b>NAP</b>	Núcleo de Apoio Pedagógico
<b>NAPNE</b>	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas
<b>SAE</b>	Setor de Assistência Estudantil
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>FONAPRACE</b>	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
<b>REUNI</b>	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
<b>PDE</b>	Plano de Desenvolvimento da Educação
<b>UFG</b>	Universidade Federal de Goiás
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>SeSu</b>	Secretaria de Ensino Superior
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>ANDIFES</b>	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília
<b>UFSM</b>	Universidade Federal de Santa Maria
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>SISU</b>	Sistema de Seleção Unificada
<b>NEABI</b>	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
<b>PET</b>	Programa de Educação Tutorial

<b>PIBID</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ProfEPT</b>	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
<b>PIBIC</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
<b>PIBITI</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
<b>BIC Jr</b>	Programa Institucional de Iniciação Científica Júnior
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CONSUP</b>	Conselho Superior
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>CRCA</b>	Coordenação de Registro e Controle Acadêmico
<b>PROEJA FIC</b>	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Formação Inicial e Continuada

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre ADS – 2015	84
<b>Tabela 2</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre ADS – 2015	85
<b>Tabela 3</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre – GC – 2015	86
<b>Tabela 4</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre – GC - 2015	86
<b>Tabela 5</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre ADS - 2016	89
<b>Tabela 6</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre – ADS - 2016	89
<b>Tabela 7</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre – GC - 2016	90
<b>Tabela 8</b>	Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre – GC - 2016	91

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Número de matrículas em cursos de graduação da rede pública, por categoria administrativa – Brasil – 2006-2016	52
<b>Gráfico 2</b>	Distribuição do benefício de Assistência Estudantil no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – 2015	83
<b>Gráfico 3</b>	Distribuição do benefício de assistência estudantil no curso de Gestão Comercial - 2015	84
<b>Gráfico 4</b>	Distribuição do benefício de Assistência Estudantil no curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – 2016	88
<b>Gráfico 5</b>	Distribuição do benefício de assistência estudantil no curso de Gestão Comercial - 2016	88

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO MODERNO E SEU DESENVOLVIMENTO NAS ECONOMIAS OCIDENTAIS</b>	
1.1 Formação do Estado Moderno .....	24
1.2 O Estado de Bem-estar social .....	28
1.3 O Estado Neoliberal .....	31
1.4 O Estado Neodesenvolvimentista .....	35
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E ATUAIS CONFIGURAÇÕES</b>	
2.1 Da Política Pública às Políticas Educacionais .....	37
2.2 As ações assistencialistas no ensino superior brasileiro .....	43
2.3 As atuais Políticas de Acesso e Permanência no Ensino Superior Brasileiro .....	48
2.4 O contexto de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em âmbito Nacional .....	54
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – IFTM NA UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR</b>	
3.1 Histórico das Políticas Públicas de Acesso e Permanência no IFTM e IFTM - Campus Patrocínio.....	61
3.2 O contexto de criação e institucionalização do Programa de Assistência Estudantil no IFTM e Campus Patrocínio .....	70
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>AVALIAÇÃO DO PNAES NO IFTM – CAMPUS PATROCÍNIO – EFICÁCIA E EFETIVIDADE NA PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIOECONÔMICA</b>	
4.1 Distribuição do benefício de Assistência Estudantil .....	79
4.2 Avaliação do Desempenho Acadêmico dos estudantes beneficiados e não beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil no ano de 2015.....	81
4.2.1 Curso Análise e Desenvolvimento de Sistemas – ADS .....	83
4.2.2 Curso de Gestão Comercial – GC .....	85
4.3 Avaliação do Desempenho Acadêmico dos estudantes beneficiados e não beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil no ano de 2016 .....	86
4.3.1 Curso Análise e Desenvolvimento de Sistemas – ADS .....	88
4.3.2 Curso de Gestão Comercial – GC .....	89
4.3.3 Análise dos Resultados .....	90
4.4 Análise da percepção dos estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência	

Estudantil nos anos de 2015 e 2016 .....	91
4.4.1 Análise do questionário fechado .....	92
4.4.2 Análise do questionário aberto .....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	98
REFERÊNCIAS .....	101
APÊNDICES .....	108

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a gratuidade do ensino é uma condição necessária, mas não suficiente, para que os alunos com baixa renda possam frequentar as Instituições de Ensino Superior (IES) e atender às exigências acadêmicas com vistas a uma educação superior de qualidade. A ampliação do acesso e conseqüentemente da permanência no Ensino Superior nas últimas décadas tornou-se questão primordial e de interesse público e estatal, frente às novas demandas impostas pela atual configuração da sociedade.

Com a ampliação das formas de ingresso por meio de políticas públicas, torna-se necessário desenvolver estratégias que atendam à inclusão das pessoas com baixa condição socioeconômica e melhorar a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem desse público, visto que não basta ter acesso, é preciso ter garantia de estabilidade de recursos para o prosseguimento das atividades educacionais.

Faz-se necessário então uma política que minimize essas desigualdades e contradições sociais e ao mesmo tempo que possa garantir a permanência no Ensino Superior por sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para tanto, uma estrutura jurídica vem sendo exigida no sentido de dar organicidade a essas políticas educacionais. A legislação educacional vigente prevê a promoção de mecanismos para garantir a redução das desigualdades, bem como a equidade na permanência, por meio de ações que superem os obstáculos que impedem os estudantes de permanecerem e darem continuidade ao Ensino Superior.

O processo de construção da promoção do Ensino Superior com a finalidade de ampliação do acesso é pauta defendida no cenário internacional, por exemplo, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que define a educação superior como um bem público, sendo uma importante ferramenta na redução da disparidade que separa os países em desenvolvimento dos desenvolvidos, sem a qual não é possível formar cidadãos críticos (UNESCO, 2012). No Brasil, as configurações do Ensino Superior bem como o desenvolvimento de políticas públicas educacionais possuem como uma das bases de sustentação a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 205 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família e objetiva o desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Notadamente, a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), apresenta dez diretrizes e vinte metas, seguidas de estratégias específicas



de concretização. Entre elas, estão as relacionadas à ampliação das oportunidades de acesso ao nível superior, tendo como principais estratégias o aumento do número de estudantes egressos da escola pública e a ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas. (BRASIL, 2014).

A educação é um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso e permanência de modo igualitário em relação a esse direito. Logo, a evolução dos princípios e finalidades da assistência estudantil no Brasil se firma como uma das políticas de combate às desigualdades sociais, visando à democratização das condições de permanência e conclusão do ensino aos estudantes na educação superior pública federal. Conforme Ball e Mainardes (2011, p. 45-46) “[...] As políticas normalmente não dizem o que fazer, elas criam circunstâncias nas quais o espectro de opções disponíveis sobre o que fazer é reduzido ou modificado ou em que metas particulares ou efeitos são estabelecidos”.

No sentido de análise das políticas públicas educacionais, limitamos a discussão sobre a assistência estudantil como uma forma de equidade nas condições de permanência dos estudantes de baixa renda no Ensino Superior. Com base nesse cenário, o presente trabalho tem como finalidade avaliar investigar os reflexos do PNAES, por meio do benefício socioeducacional, no desempenho acadêmico dos estudantes no âmbito dos cursos superiores de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) e Gestão Comercial (GC) do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Patrocínio nos anos de 2015 e 2016.

De tal modo, a intenção é verificar se os objetivos e as finalidades do PNAES estão sendo direcionados para a criação de mecanismos que objetivam a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas a estudantes situados nessas condições. A investigação pretendeu verificar os efeitos do programa no desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados nos anos de 2015 e 2016 no referido Campus, em comparação aos estudantes que não receberam o benefício nesse mesmo período.

O destacado programa, estabelecido por meio do Decreto Nº 7.234/10, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens nos cursos de graduação presenciais das instituições federais de educação pública. Esse documento apoia medidas que buscam combater situações de retenção e evasão, viabilizando a estabilidade de estudantes de baixa renda matriculados nos cursos superiores presenciais das IFES.

Como objetivos dessa política pública educacional, em conformidade com o decreto mencionado acima, almeja:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

A garantia da igualdade de oportunidades entre todos os estudantes busca contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Assim, propõe melhorias no sistema universitário, reduzindo os índices de evasão e retenção dos acadêmicos. É uma forma de combater as desigualdades sociais e regionais, como também ampliar e democratizar as condições de permanência dos estudantes com insuficiência de condições financeiras no Ensino Superior público federal.

A inquietude em relação ao cumprimento da efetividade dos objetivos do PNAES está relacionada com as atividades atuais que desenvolvo no âmbito do IFTM Campus Patrocínio. Pois, ao deparar com tal realidade, percebi a importância do programa na vida dos estudantes em questão. Ao longo dos anos, desempenhando a função de responsável pelo setor de assistência estudantil no Campus Patrocínio, pude acompanhar de perto estudantes que pleitearam o benefício e o utilizaram como meio para alcançar seus objetivos dentro da instituição. Logo, meu papel, enquanto educadora por formação e defensora de direitos públicos, é avaliar o quanto o programa reflete na vida acadêmica e pessoal dos estudantes, bem como em resultados positivos para a instituição.

No sentido de alargar o nosso esclarecimento sobre a temática – a efetividade de uma política pública educacional, mais especificamente o PNAES, regulamentado pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, no combate ao fenômeno da evasão entre os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foi procedido o levantamento de pesquisas desenvolvidas em relação ao tema (Assistência Estudantil). O levantamento foi realizado empregando a Plataforma do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e a Plataforma desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), realizando a busca no Catálogo de Dissertações e Teses.

Como resultado deste levantamento, usando o descritor de busca “assistência estudantil”, foi encontrado o total de 91 trabalhos relacionados ao tema, entre os anos 2008 e 2016.

Ao analisar os títulos e resumos dos 91 trabalhos, decidiu-se pela separação dos trabalhos em três categorias conforme objeto de pesquisa (1 – assistência estudantil envolvendo vários segmentos; 2 – assistência estudantil – implementação e avaliação do programa; 3 - assistência estudantil - desempenho acadêmico dos estudantes).

Deste modo, conforme a categoria 1, levantaram-se 22 pesquisas com esta especificação, de maneira a exemplificar estes trabalhos verificou-se a relação do trabalho do assistente social e psicólogos na área, estudos específicos do Programa Universidade para Todos (Prouni); e estudos com foco em programas relacionados a transporte, à alimentação, à moradia, ao gênero e também à pesquisa, voltados ao programa de cotas.

Posteriormente, de acordo com a categoria 2, levantaram-se 33 trabalhos, que delineavam o formato da implementação da Política de Assistência Estudantil nas Instituições Federais e sua avaliação perante as instituições, nesse outro montante observou-se que o foco foi: a estrutura organizacional do programa nas instituições, os profissionais que desempenharam o trabalho de execução e como foi trabalhada a distribuição do recurso, resumindo, trabalhos que demonstravam pontos operacionais da assistência estudantil.

As outras pesquisas, de acordo com a categoria 3, totalizando 36 trabalhos, descreviam e exemplificavam a influência da assistência estudantil no desempenho acadêmico dos alunos; a influência do programa nas questões de evasão e retenção; levantamentos realizados com egressos; contraponto entre os alunos que participaram do programa e os que não participaram; pesquisa com estudantes evadidos e não evadidos e a relação com o programa juntamente com a percepção dos estudantes que participaram do programa, enfim, trabalhos focados na aplicabilidade e resultados do PNAES ligados a seu público-alvo, os estudantes.

Após esse levantamento, nota-se que o número de pesquisas relacionadas aos estudantes beneficiados pelo programa e seus objetivos ainda é pequeno, deste modo, percebeu-se a relevância da pesquisa no sentido de verificação do objetivo principal, que se trata da democratização das condições de permanência por meio do benefício e consequentemente redução dos efeitos das desigualdades sociais na educação superior.

Logo, esta questão chama a atenção, devido à importância e relevância da pesquisa como forma a responder a sociedade sobre a importância dessa política pública e seus respectivos investimentos. Para tal, esta pesquisa responderá às seguintes questões: O PNAES, por meio do benefício socioeducacional, contribui de que forma para a permanência e desempenho acadêmico dos estudantes nos cursos superiores do IFTM Campus Patrocínio? Em que medida tais políticas públicas promovem a democratização da permanência no Ensino Superior?

O objetivo geral da pesquisa frente à problematização é investigar os reflexos do PNAES, por meio do benefício socioeducacional, no desempenho acadêmico dos estudantes no âmbito dos cursos superiores de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) e Gestão Comercial (GC) do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Patrocínio nos anos de 2015 e 2016.

Para a efetivação da pesquisa, destaca-se como objetivos específicos: levantar e realizar a análise do conjunto de legislação brasileira sobre políticas públicas sociais voltadas para os estudantes em âmbito institucional, considerando os aspectos políticos, históricos, sociais e econômicos; identificar quais são as ações do decreto que estão sendo cumpridas do IFTM – Campus Patrocínio; avaliar o impacto das políticas públicas de assistência estudantil na democratização das condições de permanência e do êxito escolar, comparando o rendimento acadêmico dos alunos beneficiados e o dos não beneficiados pelo programa de assistência estudantil nos cursos superiores do IFTM, no período de 2015 e 2016, bem como a percepção dos estudantes beneficiados nesse período no âmbito do Campus.

Diante do quadro delineado, a opção metodológica adotada para a presente investigação, está apoiada na perspectiva da pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa

responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2010, p. 22)

Na ordem procedimental, Marconi e Lakatos (2011) apontam os encaminhamentos necessários que visem orientar ao pesquisador:

na pesquisa qualitativa, primeiramente face a coleta de dados a fim de poder elaborar “teoria de base”, ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais constructos. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico. A finalidade da pesquisa científica não é apenas a de fazer um relatório ou descrição dos dados pesquisados empiricamente, é relatar o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos. (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 272)

Observa-se, deste modo, que o método qualitativo difere do quantitativo não só pelos instrumentos elucidados, mas pela forma de coleta e apreciação dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em avaliar, considerar, interpretar e explanar aspectos mais

profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e fornecendo análise mais detalhada sobre a investigação.

Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa

é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Desde as mais simples, como percentual médio, desvio padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. (RICHARDSON, 1999, p. 70)

Na percepção de Marconi e Lakatos, “no método quantitativo, os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas, enquanto no qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados e seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p. 269). Entende-se então que para o desenvolvimento de um estudo, além de verificar dados e informações históricas que colaboraram para a constituição do nosso objeto de pesquisa, buscaremos também elementos baseados na interpretação da realidade dos sujeitos, subsidiando assim a pesquisa.

Para elencar os fatos históricos que subsidiaram a pesquisa, fez-se também o levantamento bibliográfico das obras relacionadas ao tema, a pesquisa foi efetuada a partir de livros e artigos científicos, pois, como afirma Fachin (2006), “entende-se por levantamento bibliográfico todas as obras escritas, bem como a matéria constituída por dados primários ou secundários que possam ser utilizados pelo pesquisador ou simplesmente por leitor” (FACHIN, 2006, p. 122). Acrescentam ainda Marconi e Lakatos (2011) “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p.142). O levantamento bibliográfico fortalece a pesquisa, pois traz a real contribuição para o campo do conhecimento.

Para subsidiar a pesquisa, fez-se o levantamento das informações acadêmicas por meio do Sistema Virtual IF - Módulo Gestão de Cursos, tendo como amostragem especificamente os estudantes dos Cursos de Graduação Tecnológica, IFTM – Campus Patrocínio - beneficiados e não beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil, nos anos de 2015 e 2016. Com base em Malhotra (2001), para populações infinitas, ou em contextos de constante mudança, o estudo estatístico pode ser realizado com a coleta de parte de uma população (amostragem), denominada amostra. Amostra é um subgrupo de uma população, constituído de unidades de observação e que deve ter as mesmas características da população, selecionadas para participação no estudo.

Tomando como base a amostragem<sup>1</sup> e o sistema acadêmico, nossos indicadores são os índices de aprovados e não aprovados, pois o programa de assistência estudantil tem como um de seus objetivos a permanência e o êxito acadêmicos, logo a busca por esses índices elucidará se a finalidade do Programa está sendo alcançada dentro dos cursos superiores tecnológicos do IFTM – Campus Patrocínio.

No sentido de ampliar os dados da pesquisa, optamos também pela aplicação de um questionário junto as estudantes para verificar a percepção que eles detêm sobre os efeitos do benefício na vida acadêmica. O emprego do questionário é defendido, pois é

a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra *questionário* refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche. Assim, qualquer pessoa que preencheu um pedido de trabalho teve a experiência de responder a um questionário. Ele contém um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com um problema central. (CERVO et. al., 2007, p. 53),

Entre as vantagens do questionário, destacam-se as seguintes: permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões permite uma interpretação constante do que foi respondido, facilitando a comparação e compilação das respostas, além de garantir o anonimato ao questionado. Pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas, maior praticidade na análise dos dados e tabulação.

Elaborou-se, dessa forma, o questionário, inicialmente com dez questões abertas e duas questões fechadas. Em seguida, fez-se um pré-teste, com uma amostra de indivíduos com o objetivo de identificar a sua aplicabilidade. Em retorno, conforme a sugestão de alguns estudantes, a questão fechada relacionada ao acesso e à divulgação do edital deveria ser apresentada, ao público da pesquisa, como questão aberta, precisamente para que os estudantes pudessem apontar sugestões para a melhoria deste quesito.

Sugestão acatada, se procedeu com a devida alteração ao questionário. O modelo de questionário utilizado, conforme “Apêndice A”, considera as seguintes variáveis explicativas: em sua primeira parte, possui nove questões fechadas, destacando a percepção dos estudantes quanto ao programa de assistência estudantil, pontos relacionados aos objetivos do programa sobre a permanência na instituição, melhoria no desempenho acadêmico, contribuição para a

---

<sup>1</sup> Não utilizamos o índice de frequência, pois para os alunos que recebem o benefício de assistência estudantil o índice é de aproximadamente 100% frequentes, logo essa informação não será decisiva no momento de reflexão sobre a distribuição do benefício.

renda familiar e orientação e acompanhamento pedagógico para evitar a evasão escolar. A segunda parte do questionário apresenta três questões abertas sobre o acesso e divulgação do edital de assistência estudantil, bem como sobre a opinião do estudante acerca da influência do programa em sua vida acadêmica e se o programa contribui para a democratização no Ensino Superior. Posteriormente a elaboração, o questionário, assim como o projeto de pesquisa e autorização da instituição onde foi realizada a pesquisa, foram submetidos ao Comitê de Ética, conforme Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016.

Com o aceite e a autorização do Comitê, para a aplicação do questionário, utilizou-se a plataforma on-line Google Forms, para a elaboração e o envio dos questionários. A partir dos endereços de e-mail dos estudantes, fez-se o primeiro contato, com o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o questionário para a pesquisa.

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil nos anos de 2015 e 2016, respectivamente: 20 alunos – Análise e Desenvolvimento de Sistemas/2015; 32 alunos – Análise e Desenvolvimento de Sistemas/2016; 11 alunos – Gestão Comercial/2015; 18 alunos – Gestão Comercial/2016, totalizando 81 alunos, que apresentaram suas percepções em relação ao programa, detalhadas no Capítulo IV.

Os dados coletados por intermédio do questionário foram tabulados e a análise dos dados realizada seguindo os procedimentos de análise de conteúdo de Bardin (2009), pois, para a autora, a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Depois, situa a análise de conteúdo no plano cronológico e epistemológico, que remete o leitor a alguns exemplos representativos daquilo que se pode pôr em prática. “Isto porque a análise de conteúdo se faz pela prática” (BARDIN, 2009, p. 51)

A análise de conteúdo, então, baseia-se em uma organização, em torno de três polos conforme Bardin (2009): 1 Pré-análise; 2 Exploração do material; 3 Tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Considerando a obra de Bardin (2009), esta análise possui uma ancoragem consistente no rigor metodológico, com uma organização propícia à compreensão aprofundada do método e, ao mesmo tempo, traz aos pesquisadores um caminho multifacetado que caracteriza a análise de conteúdo como um método que, historicamente e cotidianamente, produz sentidos e significados na diversidade de amostragem presentes no mundo acadêmico.

A intenção é compreender a política de assistência estudantil por meio de uma análise da percepção/realidade dos sujeitos envolvidos, compreendendo as ações, as intenções e os objetivos alcançados pelo Decreto nº 7.234/2010.

O resultado pode subsidiar os gestores do IFTM na tomada de decisão quanto à melhoria de organização do edital, bem como em relação a distribuição do recurso financeiro, colaborando para o direcionamento de novas políticas públicas educacionais e de permanência nos cursos superiores do IFTM.

O resultado poderá colaborar também para setores ligados aos estudantes: Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE), Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Setor de Assistência Estudantil (SAE) e Coordenações de Curso, que poderão utilizar os efeitos da pesquisa para desenvolvimento de outras ações que visem à melhoria das aprendizagens dos estudantes, fortalecimento da postura acadêmica, cursos de formação continuada para os docentes, cursos de extensão e projetos de pesquisa que focalizem questões como evasão, abandono escolar e no outro viés os determinantes do sucesso acadêmico em seus respectivos setores.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: o Capítulo I com o título, “A constituição do estado moderno e seu desenvolvimento nas economias ocidentais”, elencando o período histórico e a influência das transformações econômicas, jurídicas, culturais e sociais que ocorreram no mundo ocidental, e como essas transformações, por meio de seus ideais, subsidiaram as políticas públicas, bem como a política de assistência estudantil, objeto desta pesquisa.

Para a elaboração do Capítulo II da dissertação, que se intitula “As Políticas Públicas de Educação no Brasil: trajetórias e atuais configurações”, realizou-se o levantamento bibliográfico, por meio de livros, artigos científicos, bem como a análise de leis e documentos oficiais. Esse capítulo traz à luz o conceito de políticas públicas e políticas públicas em educação, seus contextos e influências, fez-se a exposição das ações assistencialistas na educação superior brasileira e a descrição das atuais políticas de acesso e permanência no Ensino Superior brasileiro e o contexto de criação do PNAES.

O Capítulo III da pesquisa, intitulado: “O papel do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM no acesso e permanência no Ensino Superior” foi elaborado a partir de pesquisa documental, em âmbito nacional e institucional. Para tal, sobre as políticas de acesso e permanência no IFTM, pesquisou-se a partir das Resoluções elaboradas pela própria instituição, subsidiadas por decretos do governo federal; discutiu-se sobre o contexto de



implementação e institucionalização do programa de assistência estudantil em âmbito institucional e IFTM - Campus Patrocínio, à luz do Decreto nº 7.234/2010.

O Capítulo IV, intitulado: “Avaliação do PNAES no IFTM – Campus Patrocínio – eficácia e efetividade na permanência de alunos em situação de fragilidade socioeconômica”, apresenta os dados da pesquisa realizada. Descreve o formato de distribuição do benefício de Assistência Estudantil em âmbito Institucional e Campus, bem como a metodologia utilizada para o levantamento e análise dos dados acadêmicos dos estudantes, relacionando o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados pelo Programa ao desempenho acadêmico dos estudantes que não foram beneficiados pelo Programa nos anos de 2015 e 2016 nos cursos superiores do Campus Patrocínio e, por final, a análise dos questionários aplicados aos estudantes que receberam o benefício, com a finalidade de verificar e avaliar o Programa pelo ponto de vista dos estudantes, levantando sugestões e mudança de comportamento frente às observações relatadas.

Nas considerações finais, fizemos uma síntese geral dos reflexos do Programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFTM – Campus Patrocínio, com relevo ao componente desempenho acadêmico dos estudantes nos cursos superiores. Apresenta como contribuição, a partir da “leitura” do contexto empírico, um conjunto de sugestões de dimensões político-pedagógico-administrativo aos gestores no sentido de promover avanços e melhorias na gestão da implementação e desenvolvimento do Programa nessa instituição.

## **CAPÍTULO 1**

### **A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO MODERNO E SEU DESENVOLVIMENTO NAS ECONOMIAS OCIDENTAIS**

Neste capítulo pretende-se discorrer sobre a formação e os modelos de Estado, estabelecidos a partir da constituição do Estado Moderno nas economias ocidentais, conceituando historicamente com o objetivo de identificar as características conceituais que as políticas públicas sociais assumem. Para tanto, de forma sintética, adotando uma visão geral, apresentam-se as circunstâncias históricas que deram origem à formação do Estado Moderno e seu desenvolvimento, até o Estado de bem-estar social e seus desdobramentos, Estado Neoliberal e suas implicações, finalizando com o modelo de Estado Neodesenvolvimentista.

#### **1.1 Formação do Estado Moderno**

Entre os séculos V e XV, iniciou-se na Europa o Período Medieval ou também Idade Média, historicamente, nessa fase, os territórios eram formados por reinos, e estados sociais divididos em três categorias: senhor feudal (membros da nobreza), clero (membros da igreja) e os camponeses (servos).

Destaca-se nesse período uma população<sup>2</sup> em sua maioria rural, estruturada em aldeias e vilas agregadas aos redores dos feudos, eixo central, nas relações sociais e de produção. A forma de trabalho era servil, modelo típico do sistema feudal, este modo permitia aos servos o cultivo nos territórios dos senhores feudais, que em troca exigiam algumas obrigações, pois, além das terras, possuíam riquezas e o direito da cobrança de impostos sobre sua região.

Nota-se, então, que homens desprovidos de posses eram subordinados àqueles detentores de riqueza e poder, dependência que garantia sua sobrevivência em um período em que não havia um regime de leis comuns a todos. Este modo de vida, ao longo da Idade Média, foi perdendo espaço para as relações comerciais, que iniciaram devido ao excedente na produção agrícola para o fornecimento de suprimentos à população urbana, devido ao

---

<sup>2</sup> A forma de tratamento dado pelo senhor feudal em relação ao servo vinculado ao seu feudo diferenciava-se profundamente da forma de tratamento dada no período escravocrata que antecede a Idade Média. Os senhores feudais transformaram-nos dependentes das leis e dos costumes do feudo em que estabeleciam sua moradia em conjunto com seus familiares. Na condição de camponeses, servos, vassallos, escravos e/ou trabalhadores livres não podiam ser vendidos. O domínio de vínculo contratual delimitado por meio do pagamento (via arrendamento da terra, tarefa, salário, trocas de alimentos, moradia e algumas moedas) não garantia, aos trabalhadores, a condição de deixar o espaço físico em que viviam com seus familiares sob o poder do senhor feudal. A segurança conquistada pelos trabalhadores em seus diferentes tipos de vínculos, apesar de restrita, diferenciava-os profundamente do escravo da sociedade antiga (FRANCO JÚNIOR, Hilário, 1988).

aparecimento das cidades. Essa transformação dos modos de produção bem como a expansão do comércio são fatores que colaboraram para o fim da Idade Média.

Logo, com a intenção de construir uma sociedade unificada, articulada em torno de um território e de uma organização-política compartilhada, com moeda única, direito único, leis gerais, justiça unificada, dotado de autonomia e soberania, nasce, no século XVI, na Europa, com a ruptura da Idade Média, o Estado Absolutista, que se reveste de um poder supremo e limitado à figura do Rei. Nesse modelo de Estado, a vontade do soberano dita o poder por meio de uma instituição centralizadora e legítima na força.

Para Max Weber,

o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. [...] (WEBER, 2013, p. 62)

Esse período, porém, foi transitório e, na Europa, a partir do século XVIII, ainda que de forma tímida, inspirado pelas ideias iluministas<sup>3</sup> e pelos princípios da Revolução Francesa 1789 – 1799: “liberdade, igualdade e fraternidade”, o Modelo de Estado Liberal surge no século XVIII como reação ao Poder Absolutista.

É relevante o fato de que a Revolução Francesa foi levada a cabo principalmente pelas partes mais baixas do Terceiro Estado, ou seja, pelos camponeses pobres e então aliados à nascente burguesia. Não obstante, em um primeiro momento, os resultados da Revolução serviram unicamente aos burgueses, ou seja, aos comerciantes e aos proprietários de terras [...] (MORAES, 2014, p. 271)

Observa-se, então, que essa mudança de paradigma deu-se devido à consolidação da classe burguesa, o Estado antes Absolutista, com autoridade e poder concentrados nas mãos de um soberano, transforma-se em Estado Liberal, com características de intervenção estatal minimalistas e defesa do direito à liberdade religiosa, aos bens materiais e também à propriedade. Pois baseava-se no ideal de liberdade individual.

Segundo Polanyi (1957) apud Moraes (2014, p. 271),

---

<sup>3</sup> O Iluminismo, mentalidade difundida no século XVIII, indica um movimento de ideias que têm suas origens no século XVII (ou até talvez nos séculos anteriores, nomeadamente no século XV, segundo interpretação de alguns historiadores), mas que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado, por isso, o "século das luzes". Esse movimento visa estimular a luta da razão contra a autoridade, isto é, a luta da "luz" contra as "trevas". Daí o nome de Iluminismo, tradução da palavra alemã Aufklärung, que significa aclaração, esclarecimento, iluminação. O Iluminismo é, então, uma filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos. (BOBBIO, 1998, p. 605)

o termo “liberalismo” padece de um alto grau de polissemia, pois sua formação e maturação como doutrina econômica e ideologia social se desenvolveu ao longo dos séculos XVII a XX. Esse período de alta ebulição social, política e econômica assistiu ao surgimento do Estado Nação, à ascensão da burguesia, ao surgimento e predominância do mercado como principal instituição política e econômica e à progressiva internacionalização da economia e do comércio. (POLANYI, 1957 apud MORAES, 2014, p. 271)

Esse formato de Estado trouxe para a sociedade um novo arranjo político, ocasionando novas obrigações na garantia dos direitos sociais e econômicos. Neste ponto, o Estado consolida-se, assumindo a obrigação do Direito, sendo este o poder que será aplicado pelos seus representantes, tanto na administração dos conflitos quanto na organização da estrutura social. Nestes moldes, “o estado-nação é a sociedade política soberana, e o Estado é a instituição maior de uma sociedade em sentido amplo” (BRESSER – PEREIRA, 2017, p. 156).

Adjacente ao surgimento do Estado-Nação, difundiu-se o modelo tripartite de poder, consistindo em atribuir a três órgãos distintos as funções de legislar (Legislativo), administrar (Executivo) e julgar (Judiciário). Atribui-se a Montesquieu a consagração da tripartição de poderes com as devidas distribuições de atribuições, explicitados por meio de sua obra “O Espírito das Leis<sup>4</sup>”.

Para o filósofo iluminista, o poder do Estado deveria dividir-se em funções específicas, atribuídas a órgãos independentes, possibilitando a limitação do poder em razão da sua incompletude. Em outras palavras, o poder é limitado pelo próprio poder, de forma a não ser mais absoluto.

Montesquieu (1979) acreditava que, para afastar governos absolutistas e evitar a produção de normas tirânicas, seria fundamental estabelecer autonomia e limites para cada um dos Poderes. Com isto, cria-se a ideia de um sistema de freios e contrapesos, em que cada poder é autônomo e deve exercer determinada função, porém com o controle dos demais, o que traria independência e harmonia entre eles. Aplicar o sistema de freios e contrapesos significa conter os abusos de um poder sobre outro, para manter um certo equilíbrio.

O Estado liberal autônomo acredita que o mercado possa modificar-se sem sua intervenção e, ao mesmo tempo, ajustar-se, de tal forma, que se relacione naturalmente sem que o próprio Estado influencie de forma direta o processo de produção, como também o consumo, visto que as liberdades individuais devem ser respeitadas.

---

<sup>4</sup> Livro no qual Montesquieu formula conceitos sobre modos de governo e desempenho da autoridade política. As teorias do filósofo francês desempenharam grande influência nas concepções da política moderna.

Depois que a burguesia se tornou a classe dominante, o Estado poderia ter sido visto de forma mais favorável pelos intelectuais e políticos liberais, já que o Estado atendia fundamentalmente a seus interesses. Mas o liberalismo econômico foi assumindo um caráter quase religioso, e qualquer intervenção do Estado na economia continuou a ser vista como inaceitável [...]. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 166)

Desde modo, o Estado Liberal cresce e amplia as relações de mercado e produção, tendo a Revolução Industrial<sup>5</sup> como um dos principais momentos do processo de crescimento econômico e tecnológico aplicados à produção.

Toda a promessa do liberalismo, ligada ao povo, à liberdade e à democracia, resultou apenas em conquistas para a classe economicamente dominante, tão logo o descaso com a população desprovida de riquezas e sem condições de subsistência, juntamente com as péssimas condições de trabalho (crescente carga horária de trabalho e salários rebaixados), culminou em revoltas, consequências da ausência do Estado nas relações socioeconômicas e de trabalho.

À medida que o capitalismo foi se consolidando, nota-se a abertura e ampliação de outros segmentos ligados ao desenvolvimento industrial, pois o crescimento desordenado na produtividade acarretou uma crise de superprodução, ocasionando problemas estruturais no mercado, como as más condições de trabalho e os baixos salários.

Deste modo, nas palavras de Bonavides (2000, p. 166), “o liberalismo – [...], que, com menos fidelidade, reproduz a imagem e expressão da vontade popular e a plenitude portanto do princípio democrático”. Percebe-se que este modelo manifesta em sua expressão de organização a falsa ideia de liberdade, contrapondo-se à real condição social destes trabalhadores.

Este modo de governar influenciou as reações contrárias ao liberalismo, o que contribuiu posteriormente para o seu declínio, pois, sem qualquer proteção social, a população ficou à mercê dos modelos de produção em nome da produtividade e do lucro. Trabalhadores e empresários com interesses contrários.

As circunstâncias de exploração, nas quais os trabalhadores se encontravam, resultaram no nascimento do Movimento Operário, que apresentou críticas severas ao sistema capitalista. Esse movimento, junto aos problemas enfrentados pela população,

---

<sup>5</sup> Pode-se atribuir a este modelo de produção a contribuição na divisão das classes: burguesa e proletária, tendo esse cenário antagonico contribuído para a disseminação e consolidação das correntes de pensamento ligadas ao Liberalismo (modelo de Estado predominante) e posteriormente ao Marxismo.

contribuiu para que novos estudos acerca do sistema econômico vigente fossem discutidos e logo, na visão de alguns economistas, foram apresentadas novas formas de desenvolver a economia sem desprestigiar o trabalhador e suas condições de trabalho, bem como a estrutura social envolvida neste processo.

O Estado de bem-estar social apresenta-se, então, como uma alternativa a esse modelo de Estado, defendendo a intervenção do Estado na economia, regulando os meios de produção, com a intenção de equilibrar o mercado.

## 1.2– O Estado de bem-estar social

Como foi dito anteriormente, o liberalismo predominou na Europa e nas Américas durante todo o século XIX e até a década de 30 do século XX. Sua derrocada se deu com a I Guerra Mundial (1914 – 1918) e principalmente com a Crise de 29 (1929)<sup>6</sup>, quando o processo de industrialização descontrolada gerou superprodução, altos índices de desemprego, elevada desigualdade social e aumento da miséria.

A estratégia excessivamente liberal delegava ao mercado a capacidade de se autogerir sem intromissão dos governantes na econômica, conforme as teses defendidas por Adam Smith. Porém, os governantes ignoraram a revolução industrial e suas consequências.

A riqueza se concentrava nas mãos dos poucos dirigentes do poder econômico. A vontade de ganhar cada vez mais criou o conflito entre as distintas classes sociais dos patrões e dos assalariados, vindo a causar um total desequilíbrio social. Estas ações culminaram em várias revoltas, muitas delas subsidiadas pelos ideais de cunho Marxista<sup>7</sup>, que

---

<sup>6</sup> Os anos 20 e 30 assinalam um grande passo para a constituição do *Welfare State*. A Primeira Guerra Mundial, como mais tarde a Segunda, permite experimentar a maciça intervenção do Estado, tanto na produção (indústria bélica) como na distribuição (gêneros alimentícios e sanitários). A grande crise de 29, com as tensões sociais criadas pela inflação e pelo desemprego, provoca em todo o mundo ocidental um forte aumento das despesas públicas para a sustentação do emprego e das condições de vida dos trabalhadores. Mas as condições institucionais em que atuam tais políticas são radicalmente diversas: enquanto nos países nazifascistas a proteção ao trabalho é exercida por um regime totalitário, com estruturas de tipo corporativo, nos Estados Unidos do *New Deal* a realização das políticas assistenciais se dá dentro das instituições políticas liberal-democráticas, mediante o fortalecimento do sindicato industrial, a orientação da despesa pública à manutenção do emprego e à criação de estruturas administrativas especializadas na gestão dos serviços sociais e do auxílio econômico aos necessitados. (BOBBIO, 1998, p. 417)

<sup>7</sup> Entende-se por Marxismo o conjunto das ideias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e de estratégia política e, em geral, a concepção do mundo, da vida social e política, consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica "doutrina", que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels. (BOBBIO, 1998, p. 738).

defendem a mudança de paradigma por meio de conflitos das próprias contradições que a sociedade reflete.

Os enormes problemas sociais gerados pelo Estado Liberal foram cruciais para a retomada do Estado na participação e organização na economia de seus países. Este modelo de organização política e econômica foi defendido por alguns economistas, principalmente por John Maynard Keynes (1883-1946), e ficou conhecido como Keynesianismo, com a vertente de intervenção estatal na economia, rompendo com o livre comércio.

O keynesianismo formou as bases para o *Welfare State* (traduzido para o português como Estado de bem-estar social), no qual o Estado busca garantir o pleno emprego, desenvolver programas sociais e evitar desequilíbrios internos acentuados. Trata-se de um modelo de governo protagonista na manutenção e promoção do bem-estar político e social do país e de seus cidadãos.

Assim, o Estado passava a adotar cada vez mais o papel de interventor, com maior envolvimento na administração de programas de seguridade social. Garantindo, assim, a configuração do exercício público de cidadania, que constituiu um arranjo econômico e político do Estado como agente provedor de prestação de serviços públicos básicos, tidos como uma forma de combate às desigualdades sociais. Assegurando proteção aos cidadãos nos momentos de infortúnios e crises econômicas, para, conseqüentemente, garantir e manter a ordem social.

Pelos princípios do formato de Estado de bem-estar social, o mercado dirige as atividades específicas da economia, tendo o governo como regulador destas atividades, promove também um conjunto de bens e serviços essenciais aos cidadãos. Estão incluídos nestes direitos: assistência médica de atenção à saúde, educação em todos os níveis, seguridade social e garantia de renda mínima.

De acordo com Silva (1986, p. 118), “em sentido mais amplo, bem-estar indica conforto. Mais, restritamente, refere-se ao conforto e melhoria do povo acima e além das rendas auferidas, na medida em que ele é afetado por diretrizes do governo, de empresas privadas ou de instituições assistenciais. [...]”

Utilizando este modelo econômico como forma de incentivo à economia, os Estados Unidos implantaram o NEW DEAL, que se trata de programas executados no país entre 1933 e 1937, sob o governo do então Presidente Franklin Delano Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana, investindo dinheiro público como forma de geração de empregos, conseqüentemente aquecendo a economia.

Esse modelo de gestão, além de gerar empregos nas empresas públicas, incentiva também as empresas privadas prestadoras de serviços. Logo, a geração de empregos, tanto no setor público quanto no setor privado, resulta um mercado aquecido financeiramente. Nota-se, dessa forma, que o Estado de bem-estar social foi um projeto para restaurar a confiança e o crescimento econômicos dos países capitalistas após o período entre guerras.

o estabelecimento do Estado de bem-estar social, entre as décadas de 1940 e 1960, ficou conhecido como “era dourada do capitalismo” por ser um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pleno para a maioria da população nos países mais desenvolvidos (VICENTE, 2009, p. 124)

Verifica-se, então, que essa conjuntura proporcionou o desenvolvimento econômico industrial, bem como das políticas sociais no Estado, assumindo, o seu papel, na garantia da segurança e dos riscos individuais, por meio de reconhecimento das práticas de proteção social. Esse processo de conquista dos direitos dos indivíduos era princípio dessa gestão, “a demanda de igualdade civil ou política traduz-se pela determinação de uma norma idêntica para todos. A igualdade tem como objetivo a abolição radical das diferenças de estatuto civil ou político” (ROSANVALLON, 1981 apud CARDOSO JUNIOR, 2001, p. 44)

Porém, com a crise do petróleo e a alta dos impostos, tornou-se evidente a fragilidade em que este formato de Estado foi construído.

Essas crises do petróleo, somadas à insatisfação das empresas privadas com o modelo de Estado vigente, isto em razão das altas cargas de impostos cobradas pelo Estado de bem-estar social, levaram à consolidação das críticas das correntes defensoras de outras concepções de Estado e de sociedade. A expansão do Estado de bem-estar social começou a ser ameaçada em um momento crítico, em que a carga tributária atingiu níveis alarmantes para a lucratividade e o desempenho do setor privado, o que também cooperou para intensificar a crise no final da década de 1970 e início dos anos 1980. (VICENTE, 2009, p. 125)

Logo, com a intensificação das pressões políticas, a fim de reverter o quadro de inflação e pouca mobilidade econômica, o Estado de bem-estar foi perdendo força e acabando em desconstrução, pois adquiriu uma visão de mau gerenciador da economia, sob a queixa de ser improdutivo e ineficaz, sendo um obstáculo ao progresso.

Nessa conjuntura, os neoliberais encontraram território propício para difusão de suas ideias, sendo consideradas a melhor solução para o avanço capitalista. E assim “encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata [...]. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e laissez-faire, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980”. (HOBSBAWM apud



VICENTE, 2009, p. 126 - 127). Na próxima seção, iremos tratar sobre a base conceitual e os reflexos desse modelo na formulação do ideário neoliberal e seu modelo econômico.

### 1.3– Estado Neoliberal

O ideário neoliberal começa a ser gestado logo após a II Guerra Mundial, seu surgimento foi uma reação contra o Estado de bem-estar social ou Estado Intervencionista, em busca de um novo modelo econômico, que ensejasse uma intervenção menor na economia e que assegurasse uma economia de livre concorrência entre mercados. Essa configuração econômica, conhecida como Neoliberalismo, é proposta por ideologias políticas, econômicas e capitalistas, e defende a não intervenção do Estado na economia e transfere suas responsabilidades à sociedade civil e ao terceiro setor.

O texto de origem do neoliberalismo foi “O caminho da servidão”, de Friedrich August von Hayek, que foi escrito em 1944, que trata “de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (LIMA, 1999, p. 09).

Na opinião de Harvey (2005) apud Teodoro (2011, p. 50), o Neoliberalismo é

uma teoria da economia política que propõe que o bem-estar e o desenvolvimento humanos podem ser mais bem alcançados por meio da libertação das capacidades empresariais individuais, no interior de uma estrutura institucional caracterizada por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e comércio livre. Essa teoria economia política atribui ao Estado (nacional) o papel de criar e preservar as estruturas institucionais apropriadas a essas práticas, garantindo a qualidade e a integridade do dinheiro e assegurando as estruturas legais, as forças armadas e a polícia, capazes de defender os direitos da propriedade privada, se necessário com o recurso da força, bem como o funcionamento dos mercados. (HARVEY, 2005 apud TEODORO, 2011, p. 50)

O Reino Unido e os Estados Unidos apresentaram este modelo econômico durante o Consenso de Washington<sup>8</sup> em 1989, em que o Neoliberalismo mostrou força pelos olhares da

---

<sup>8</sup> Consenso de Washington é uma conjugação de grandes medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. As dez regras básicas: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais;

então Primeira Ministra do Reino Unido, Margareth Thatcher, e o então Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e ganhou visibilidade pelos outros líderes presentes, destacando que os investimentos nas áreas sociais deveriam ser reduzidos. Esta prática, segundo eles, seria fundamental para movimentar a economia e, conseqüentemente, gerar melhores empregos e melhores salários.

É a partir da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1974, quando a economia mundial foi jogada numa recessão, que as ideias neoliberais passaram a ter espaço. O receituário liberal era duro: a manutenção do Estado forte na capacidade de romper com o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. (ARINHATO, 2008, p. 38)

O objetivo do Consenso de Washington foi alcançado com sucesso, pois vários países adotaram as proposições feitas. Porém, ao mesmo tempo, não tinham condições para arcar com tais despesas, o que motivou uma grande demanda de empréstimos advindos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Verificou-se, então, que esta prática criou um sistema de privilégios para estes países, pois as medidas neoliberais eram implementadas sob o monitoramento do FMI e toda essa abertura econômica favorecia claramente os países ricos, capazes de investir dinheiro em outras economias.

Pode-se definir o neoliberalismo como uma configuração de poder particular dentro do capitalismo, na qual o poder e a renda da classe capitalista foram restabelecidos depois de um período de retrocesso. Considerando o crescimento da renda financeira e o novo progresso das instituições financeiras, esse período pode ser descrito como uma nova hegemonia financeira [...]. (DUMÉNIL, LÉVY, 2007, p. 02)

As principais características desta configuração foram medidas que reduziram os investimentos nas áreas da educação, saúde e previdência social, ao mesmo tempo em que privatizaram-se empresas estatais e, neste sentido de organização, o Estado deixa de interferir na economia, deixando-a livre de qualquer forma de controle, pois os defensores deste modelo econômico acreditam que estas práticas são antieconômicas já que desviam investimentos, provocam improdutividade e levam à ineficácia e ineficiência do aparelho estatal.

Neste modelo, o mercado se reestrutura e contribui para uma reforma no controle estatal, que passa a incorporar gradativamente o pensamento e a cultura do modelo gerencial, identificados nos princípios mercadológicos de concorrência e excelência, intensificando os processos econômicos e comerciais, conduzindo as relações de mercado de forma produtiva e competitiva.

A absorção de tais princípios colabora para o crescimento de uma economia, em que o foco do mercado está na substituição do desenvolvimento humano e das relações sociais coletivas por espaços de competição. Assim, a ideia do “bem comum” passa a não ser compreendida, uma vez que as individualidades são características do modelo gerencial.

As teses sobre o neoliberalismo se difundiram com admirável rapidez pelo mundo. Logo, as pressões internacionais, na década de 1990, remeteram preocupação deste formato de Estado aos países periféricos e semiperiféricos, com a ideia de Estado mínimo, economia globalizada, aceitação das desigualdades e direito internacional. E, assim, o Neoliberalismo cresceu nestes países como discurso de livre mercado e desenvolvimento tecnológico para elevação dos padrões de vida, erradicação da pobreza e subdesenvolvimento, sob o pretexto de estabilizar as contas públicas e o desenvolvimento econômico.

Em um Estado de inspiração neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados, voltados àqueles que, em função de sua “capacidade e escolhas individuais”, não usufruem do progresso social. Tais ações não têm o poder – e frequentemente, não se propõem a – de alterar as relações estabelecidas na sociedade. (HÖFLING, 2001, p. 39)

No Brasil, o desdobramento desta política se mostrou sob os avisos de melhoria para uma economia desestabilizada e de catástrofe social por meio de um discurso de eficiência, eficácia, globalização, Estado Mínimo, livre mercado e comércio e privatizações, conseqüentemente assimilar as desigualdades sociais, restringir os direitos coletivos, aumentando a concentração de renda, colocando o Estado a serviço da elite econômica do país ao reduzir seu papel, gerando assim a diminuição nos investimentos sociais, o que resultou, com o passar dos anos, em altos índices de desemprego e conseqüentemente no número de miseráveis no país.

Conforme Bonavides (2004)

A globalização política neoliberal caminha sutil, sem nenhuma referência de valores. Mas nem por isso deixa de fazer perceptível um desígnio de perpetuidade do statu quo de dominação. Faz parte da estratégia mesma de formulação do futuro em proveito das hegemonias supranacionais já esboçadas no presente. (BONAVIDES,

2004, p. 04)

E reforça:

Globalização serve de um capitalismo de opressão degrada e corrompe a natureza humana, esmaga a personalidade, conculca as franquias do cidadão, nega a soberania, anula a identidade dos povos. Globalização de especuladores cria um falso mundo sem alternativas para a liberdade, porque a liberdade nunca teve alternativa. É ao começo deste século uma tragédia para os direitos fundamentais. (BONAVIDES, 2004, p. 05)

Este modelo econômico promove a privatização dos serviços públicos e a reificação das agências do capital internacional, que criaram, a partir dessas ações, a possibilidade de financiamentos e investimentos ligados à prestação de contas e responsabilização, relacionadas com a performance, principalmente nos setores públicos sob as lógicas do mercado e de regulação. De um modo geral, a regulação é vista como um papel essencial para a conservação do sistema, brecando a emancipação do povo, por não produzir a mobilidade social dos envolvidos e ainda subordinar-se a esse sistema de economia capitalista, que trabalha em função da imposição de resultados e de padrões competitivos que nunca serão capazes de se alcançar.

O Estado, ao incorporar estas características, atrela estas concepções às políticas públicas, que funcionam como referencial de fundamentação, para a tomada de decisão dentro das instituições, especialmente nas instituições de ensino, que trabalham para a efetivação desse ideal. Tratando o privado como política pública, o Estado subordina a educação a objetivos econômicos de empregabilidade, produtividade e competitividade, por meio dos discursos da qualidade e da excelência, reduzindo os conceitos de democracia à simples prática de consumo e individualismo.

Define os encaminhamentos e os objetivos a alcançar, ao mesmo tempo que constrói um sistema de monitorização e de avaliação, investigando se os resultados desejados foram ou não alcançados, bem como a justificativa e possíveis ações que serão desenvolvidas para seu êxito. Bourdieu (1998) afirma que “o neoliberalismo é uma reembalagem muito esperta e muito moderna das ideias mais antigas dos mais antigos capitalistas”. (BOURDIEU, 1998, p. 34).

Nota-se, então, que este modelo econômico interfere em vários arranjos sociais, influenciando o modo de organização e os resultados a serem almejados para seu sucesso. Tão logo, devido aos desdobramentos, um novo formato de economia foi repensado em âmbito

nacional. Um modelo que defenderia tanto o crescimento econômico quanto a transferência de renda.

#### **1.4 Estado Neodesenvolvimentista**

As décadas de 1980 e 1990 reorientaram políticas econômicas objetivando retomar o aumento da produção e acumulação capitalista, tendo o Estado como instrumento importante para o alcance de tal ofensiva capitalista. Nessa dimensão, o neoliberalismo foi colocado em cheque e, no debate brasileiro, novas propostas surgiram, tanto sobre o investimento no mercado econômico como em políticas de transferência de renda. Em âmbito nacional, o final do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) trouxe o debate sobre os desdobramentos da gestão neoliberal no Brasil.

O governo posterior de Luíz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) desenvolveu práticas contra essas políticas neoliberais, que de certa forma foram um alívio para a situação econômica e social no país. Estas práticas culminaram na retomada da economia e melhora nos índices sociais. Porém, destaca-se que esse modo de administração retoma a ideia desenvolvimentista, porém com nova roupagem, mostrando-se como uma nova alternativa de modelo de desenvolvimento, este “novo” modelo apresenta como intenções o incentivo ao crescimento econômico, como também a melhoria dos índices de desenvolvimento social, dessa forma,

o novo desenvolvimentismo [...]. Surge no início do século XXI — mais precisamente no Brasil com os escritos de Luiz Carlos Bresser Pereira e alguns documentos do empresariado nacional — como uma suposta alternativa à crise do neoliberalismo. Nasce, portanto, como uma tentativa das classes dominantes e seus ideólogos orgânicos de traçar uma terceira via de desenvolvimento, criticando tanto o neoliberalismo do Consenso de Washington quanto o socialismo do século XXI. (CASTELO, 2014, p. 583)

Pode-se dizer que este modelo foi basicamente adotado no segundo período do Governo Lula como também no governo de Dilma Rousseff, tendo o novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo como uma provável ou talvez resposta à crise estrutural do capital.

Estratégias neodesenvolvimentistas foram mais claramente elaboradas no segundo Governo Lula da Silva (2006-2010). No primeiro mandato, políticas pouco criativas e mais afastadas do espectro político proposto pela esquerda. No segundo mandato foi colocada em prática uma maior intervenção do Estado no setor produtivo, estratégias de recuperação da infraestrutura instalada e da formação de capital. A

política externa caracterizou-se por priorizar a diversificação dos parceiros comerciais e maior integração sul-sul, com especial atenção ao bloco econômico do Mercosul. (LAMOSO, 2012, p. 397)

Para Castelo (2014), o neodesenvolvimentismo utiliza o mercado como o principal elemento para se aperfeiçoar o bem-estar da população, o mercado trabalharia como um auxiliar do Estado no alívio da extrema pobreza e outras especificações ligadas ao desenvolvimento social. Nesta acepção, deve-se atentar para o discurso e a prática deste modelo, pois conforme Gonçalves (2012), “o novo desenvolvimentismo é a forma de liberalismo, que é compatível com as políticas de estabilização macroeconômica; isto é, o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado” (GONÇALVES, 2012, p. 665)

Nas palavras de Lamoso (2012), “as estratégias neodesenvolvimentistas brasileiras ainda estão em construção e nem mesmo são consenso, no interior do país, entre “esquerdas” e “direitas” ou “situação” e “oposição” (LAMOSO, 2012, p. 401)”. Só o ensejo da construção de novas estratégias, consideração e coerência de ambos os lados, para não retroceder os avanços alcançados até então. O neodesenvolvimentismo, carregado de uma densidade sociopolítica e ideológica, apresenta-se como alternativa ao neoliberalismo (taxas de juros elevada, taxa de câmbio e Estado mínimo).

A despeito da existência de um movimento em desfavor a essa política, que recoloca o Estado no centro financiador de políticas sociais, é inegável o impacto dessa política adotada pelos governos Lula e Dilma no tocante ao crescimento econômico com criação de emprego, ampliação de programas sociais e redução da pobreza, expansão e interiorização do acesso à educação profissional e tecnológica, ampliação de vagas no Ensino Superior público. No campo educacional, é visível o ganho social e educacional que a assunção desse modelo de gestão adotado pelo Estado produziu. Entre as diversas políticas públicas sociais implementadas nesses governos, destacamos, como objeto dessa investigação, a política de assistência estudantil como mecanismo efetivo de apoio financeiro à manutenção e permanência dos estudantes nos níveis educacionais nas instituições federais.

## **CAPÍTULO 2**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIAS E ATUAIS CONFIGURAÇÕES**

Neste capítulo almeja-se discorrer sobre os conceitos de política, política pública e políticas educacionais, apresentando a evolução de cada conceito pelo ponto de vista dos autores da área. Posteriormente a isto, apresentam-se as ações assistencialistas na educação superior brasileira, expondo seu progresso histórico e legal, bem como a influência destas ações nas atuais políticas de acesso e permanência no cenário do Ensino Superior brasileiro, concluindo sobre o contexto de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em âmbito nacional.

#### **2.1 Da Política Pública às Políticas Educacionais**

Ao tratar do significado de políticas públicas, buscamos, nas palavras de Souza (2006), a não existência de uma única e nem uma melhor definição sobre seu conceito, porém a autora acredita que a significação mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936), que, para alcançar tal questionamento, implica responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Souza (2006) se apropria desse ponto de partida e elabora o seguinte conceito de política pública,

como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Nota-se que a intenção, a partir do conceito da autora, está na contemplação dos interesses comuns, visando ampliar e efetivar direitos à cidadania, gestados nas lutas sociais que passam a ser reconhecidas institucionalmente. Nestes moldes estas políticas tratam de regular recursos públicos que envolvem interesses públicos.

Completando o conceito, Ball e Mainardes (2011) explica que

a política pode estar relacionada à organização das práticas e à relação que elas têm com alguns tipos de princípios. Elas não são, no entanto, fixas e imutáveis e podem ser sujeitas a interpretações e traduções e compreendidas como respostas a problemas da prática. As políticas estão sempre em um fluxo, no processo de se tornarem algo mais. (BALL e MAINARDES, 2011, p. 14)

Ampliando o conceito de política e conseqüentemente de políticas públicas, percebe-se que estas se realizam em espaços distintos onde se entrecruzam interesses e visões conflitantes, sujeitas a diferentes interpretações e ações, conforme as necessidades da sociedade. Por esta razão, se faz necessário a presença mais ativa da sociedade civil pela busca da legitimidade destas ações, em nosso meio esta representatividade se faz mais forte, por meio da participação mais ativa dos movimentos sociais<sup>9</sup>.

Esta representatividade contribui para o poder público na medida em que apresenta elementos para a elaboração de políticas legítimas e eficazes na garantia dos direitos sociais constitucionais. Estes elementos são estudados e interpretados e podem ser influenciados por uma agenda com princípios e diretrizes norteadores do poder público, pois, “Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” (RUA, 1998, p. 17). São procedimentos adotados para intervenções entre o poder público e a sociedade, tendo o Estado como representante dos interesses públicos.

Nesse sentido, Höfling reforça que

as políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. (HÖFLING, 2001, p.31)

Dando seguimento à temática, citam-se alguns tipos de políticas públicas, de acordo com Souza (2006), muitos destes foram os modelos implementados pelo Estado, porém “Theodor Lowi (1964;1972)” desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada pela máxima: “a política pública faz a política”. Partindo desse pressuposto, Lowi apud Souza (2006) apresenta quatro formatos de políticas públicas: política distributiva, política regulatória, política redistributiva e políticas constitutivas.

O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no

---

<sup>9</sup>De acordo com Gohn (1997) apud Goss e Purdencio (2004), os movimentos sociais são caracterizados como ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil. Essas ações desenvolvem um processo de criação de identidades em espaços coletivos não institucionalizados, gerando transformações na sociedade, seja de caráter conservador ou progressista.



curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente. (LOWI apud SOUZA, 2006, p. 28)

Logo,

[...] as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. (SOUZA, 2006, p. 25)

Como a intenção das políticas é traçar ações que contribuam para o seu desenvolvimento de forma geral e não individual, almeja-se conhecer, a partir destes significados, a definição de políticas públicas em educação, que, entendidas até o momento, direcionam suas atividades nas transformações e nos avanços na qualidade do ensino, estabelecendo propostas para a definição de estratégias e resultados.

Busca-se, por meio das políticas públicas em educação, o compromisso de desenvolvimento educacional que se comprometa com os sujeitos, com uma comunidade e/ou nação, por meio de um conjunto de ações sociais não envolvem só o Estado, como também a sociedade e instituições educacionais, com intenções em relação à garantia dos direitos à cidadania para todos.

Assim, o delineamento de uma política pública advém de um processo político de negociação e mediação social, deste modo, as metas advindas das políticas educacionais devem nortear o formato de implementação desta política, não deixando que a falta de planejamento interfira nas prioridades educacionais, pois nem sempre atende aos interesses educacionais e sociais necessários.

As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral, são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais. (BALL; MAINARDES, 2011, p. 13)

Ao levar-se em consideração o discurso de Ball e Mainardes (2011), percebe-se que a crítica esbarra em questões relacionadas muitas vezes com o desenvolvimento social, pois, ao estabelecer políticas educacionais para um determinado padrão ou modelo, várias ações destas

políticas são comprometidas antes mesmo de entrar em vigor. Deve-se levar em consideração que a função das políticas educacionais é priorizar a qualidade da educação e conseqüentemente o bom cumprimento da educação para alcançar um nível qualitativo, em que os estudantes possam ascender-se socialmente.

A partir destes subsídios, a intenção é entender estes apontamentos com a finalidade de avaliar uma política pública educacional, verificando se estes elementos estão incorporados cada qual neste sentido, para alcançar tal fim, utiliza-se a abordagem do ciclo de políticas proposto por Stephen Ball e Richard Bowe<sup>10</sup>, conforme explicitado,

a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. (MAINARDES, 2006, p. 48)

O intuito é colaborar para a construção de elementos para auxiliar no entendimento do “ciclo de políticas” como uma abordagem que se preocupa em explicar a complexidade que envolve as políticas educacionais. Mainardes (2006) esclarece que a abordagem do “ciclo de políticas” reúne elementos advindos e uma perspectiva pós-moderna, tendo sua origem nos estudos realizados por Stephen Ball e Richard Bowe.

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. É importante destacar desde o princípio que este referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível [...] (MAINARDES, 2006, p. 49)

Logo, a proposta, apresentada por Ball, é um ciclo contínuo composto por cinco contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto, o contexto da prática, o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. Esses contextos estão inter-relacionados e cada um apresenta lugares e grupos de interesse que envolvem interesses e disputas.

O primeiro contexto é o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais

---

<sup>10</sup> De acordo com Mainardes (2006), Ball e Bowe são pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, que realizaram suas pesquisas durante os anos 90.

dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. (MAINARDES, 2006, p. 51)

É também nesse contexto que os conceitos adquirem força e aperfeiçoam um discurso político. O discurso pode receber apoio ou às vezes ser desafiado por princípios e argumentos mais amplos que exercem controle nos centros públicos de manifestações públicas como também pelas mídias sociais.

Segundo Ball (2011) apud Mainardes (2006), a disseminação de influências internacionais pode acontecer por duas maneiras: a primeira é o fluxo de ideias por meio de redes políticas e sociais que envolvem circulação internacional de ideias por meio do processo de “empréstimo de políticas”, grupos e indivíduos que “vendem” suas soluções no mercado político e acadêmico por meio de periódicos, livros, conferências e a segunda refere-se ao patrocínio, em alguns aspectos, à imposição de algumas “soluções” oferecidas e recomendadas por agências como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O contexto de influência tem uma relação de interação com o segundo contexto, o contexto da produção de texto. Mainardes (2006) especifica que o contexto de produção de texto é a esfera na qual os documentos oficiais são produzidos. De outro modo, de acordo com Mainardes (2006), os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. Prossegue o autor na definição desse contexto, dizendo que

Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. (MAINARDES 2006, p. 52)

O objetivo do contexto de produção de texto é identificar ações e intenções que influenciaram a produção dos documentos políticos, considerando a intenção daqueles que buscam transmitir seu modo de pensar e fazer educação.

O contexto da prática, de acordo com (BALL e BOWE, apud MAINARDES, 2006, p. 53), é quando a política “está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”.

Ainda segundo os autores referenciados por (MAINARDES, 2006, p. 53) o “ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas””. Ou seja, é nesse contexto que os textos elaborados serão resignificados e reinterpretados pelos diversos atores. Segundo Dias (2009), Ball atribui significativa importância ao contexto da prática, pois é nele que aparecem as transformações decorrentes dos efeitos da política original.

O discurso neste contexto tem o intuito de influenciar, através da releitura dos documentos oficiais, a elaboração de novos arranjos por meio de documentos com recomendações e soluções designadas por agências patrocinadoras como as já citadas anteriormente, influenciando o contexto e os sujeitos da política.

Dando sequência, o contexto dos resultados ou efeitos

preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A idéia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes. (MAINARDES 2006, p. 53)

O contexto da estratégia política “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada” (BALL, 1994a apud MAINARDES, 2006, p. 53). Contudo, “este é um componente essencial da pesquisa social crítica e do trabalho daqueles que Foucault chama de “intelectuais específicos”, o qual é produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas.” (MAINARDES, 2006, p. 55)

Nas palavras de Dias (2009, p. 59)

Esses dois últimos contextos apresentam preocupações com a avaliação e o impacto das políticas na alteração do quadro social. Assim, ao analisar os efeitos das políticas, Ball interessa-se pelos impactos que elas implicam na solução das desigualdades existentes. O contexto da estratégia política seria um contexto ligado ao anterior envolvendo o engajamento em atividades sociais e políticas para lidar com as desigualdades decorrentes da política investigada. (DIAS, 2009, p. 59)

Para Mainardes (2006), a abordagem do ciclo de políticas foi delineada para estabelecer uma ligação entre estas duas posições (Estado e processos micropolíticos ou macro e microanálises) pela formulação de um referencial teórico que incorpora ambas as dimensões. Ball (1994a) apud Mainardes (2006) reconhece a importância da análise do Estado afirmando que qualquer teoria decente de política educacional deve analisar o funcionamento e o papel do Estado, argumenta ainda que a análise de políticas exige uma

compreensão que se baseia não no geral ou local, macro ou microinfluências, mas nas “relações de mudança entre eles e nas suas interpenetrações” (MAINARDES, 2006, p. 359).

Após análise, acredita-se, então, que a abordagem do ciclo de políticas proporciona instrumentos para a análise da trajetória de uma política pública, do seu processo de formulação e sua implementação, assim, é relevante ao desenvolvimento das pesquisas no campo das políticas públicas educacionais, pois permite o diagnóstico completo de uma política, bem como o grau de influência que sofre por modelos externos que não correspondem às necessidades das demandas institucionais, com objetivo de desenvolver uma educação emancipadora.

O emprego dessa metodologia subsidiou a formulação do entendimento de uma maneira mais totalizante a respeito do impacto da política de assistência estudantil implementada pelo IFTM a partir das diretrizes do PNAES nas condições de aprendizagem dos estudantes nos cursos superiores ofertados pelo IFTM – Campus Patrocínio. A base conceitual da metodologia garantiu a produção das análises contemplando as diversas dimensões constitutivas de uma política, ou seja, pautou-se numa análise global não linear, em que diversos fatores foram considerados na realização das análises.

Para entendermos os desdobramentos que levaram à formulação da política de assistência estudantil, a próxima seção buscou, por meio de pesquisa bibliográfica, as políticas assistencialistas no Ensino Superior no Brasil, bem como seu modo de organização e desenvolvimento.

## **2.2 As ações assistencialistas no Ensino Superior brasileiro**

Historicamente, data-se antes do início do século XX a preocupação do poder público com a manutenção dos estudantes carentes no ensino no Brasil. Cury (2007) apud Imperatori (2017), ao traçar o percurso histórico da política de educação, observou que em alguns momentos a educação foi garantida como direito, como na Constituição de 1824, enquanto em outros, como na Constituição Republicana de 1891, foi retirada do Estado a obrigatoriedade de ofertar a educação primária.

Assim, como o direito à educação, as ações assistenciais retomam aos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária, segundo Imperatori (2017). Nesta lógica, observa-se, por meio de análise literária, que a primeira ação com o intuito de amparar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante

Brasileiro, localizada em Paris, autorizada pelo Decreto nº 5.612, de 26 de dezembro de 1928. Conforme Costa (2010),

a assistência estudantil no Brasil, de algum modo sempre esteve associada às questões políticas que permeiam a realidade social do país. A primeira manifestação, com o intuito de apoiar os estudantes universitários, ocorreu em 1928 com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro. O estabelecimento se localizava em Paris e era destinado a auxiliar estudantes brasileiros que estudavam na capital francesa e tinham dificuldade em fixar residência. (COSTA, 2010, p. 55)

De acordo com o decreto, a Casa do Estudante teve como finalidade “facilitar a vida material dos estudantes na capital francesa” (BRASIL, 1928), o decreto apresentou poucas informações sobre tal ação, não fornecendo subsídios sobre a qual público de estudantes era destinado essa moradia ou quais condições estes deveriam apresentar para se encaixar no perfil de usuário. Por fim, o decreto resume-se à autorização da criação da Casa do Estudante em Paris. Consequente, em 1931, na gestão de Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública, foi promulgado o Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que se refere à criação do Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual apresenta medidas de providência e beneficência aos estudantes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para auxiliar os estudantes reconhecidamente pobres, conforme Art. 8º

para effectivar medidas de providencia e beneficencia, em relação aos corpos discentes dos institutos de ensino superior, inclusive para a concessão de bolsas de estudos, deverá haver entendimento entre a Sociedade dos Professores Universitarios e o Centro Universitario de Estudantes, a fim de que naquellas medidas seja obedecido rigoroso criterio de justiça e de oportunidade. (BRASIL, 1931a)

Assim, como em seu parágrafo único, descreve alguns serviços prestados à comunidade estudantil. “A secção de previdência e de beneficência da Sociedade de Professores organizará, de acordo com o Diretório Central dos Estudantes, o serviço de assistência médica e hospitalar aos membros dos corpos discentes dos institutos de ensino superior” (BRASIL, 1931a). Verifica-se, desta forma, que esse decreto estabeleceu ações de assistência aos estudantes das instituições de Ensino Superior, envolvendo concessão de bolsas de estudo, assistência médica e hospitalar.

No mesmo ano, foi anunciado, em 26 de outubro, o Decreto nº 20.559, que tratou sobre a aplicação dos valores oferecidos pelo povo, com o intuito de auxiliar o resgate da

dívida externa, em seu texto foram mencionados os recursos financeiros destinados à aquisição e manutenção da Casa do Estudante do Brasil.

Segundo Araújo (2007), houve a instalação da Casa do Estudante no Brasil, mais especificamente no Largo da Carioca - Rio de Janeiro, “Ao longo da era Vargas, a casa do Estudante, [...], recebeu vultuosas doações federais, mas continuou sendo essencialmente uma entidade de apoio aos estudantes, sobretudo na capital, sem conotações políticas nem corporativas”. (ARAÚJO, 2007, p. 24)

O Decreto Nº 20.559 apresentou em seu texto

considerando que, no momento, a "Casa do Estudante do Brasil" é a iniciativa de filantropia privada que mais de perto consulta aos interesses da nacionalidade de vez que os seus fins abrangem as mais justas reivindicações da classe acadêmica, e concorrem de modo preponderante para a solução de um dos fundamentais problemas do país, cada vez mais confiante na formação das gerações vindouras. (BRASIL, 1931b)

O art. 1º do decreto descreve que a fonte do capital financeiro utilizado para a manutenção das despesas da Casa do Estudante viria de “todas as importâncias oferecidas pelo povo, logo após a vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930, e depositadas na sede do Banco do Brasil, [...]” em seguida na alínea ‘c’ “[...] os demais valores, de diversas espécies, também no dito Banco depositados, passam a pertencer, por força deste decreto, ao acervo da “Casa do Estudante do Brasil””. (BRASIL, 1931b)

Outro documento oficial, a Constituição Federal de 1934, estabeleceu no Art 149 que “A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos poderes públicos, [...]”. (BRASIL, 1934). Sobre a questão da Assistência Estudantil foi primeiramente mencionada no art. 157 “A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação” (BRASIL, 1934). Naquele momento o Ensino Superior estava se organizando, a assistência aos universitários ocorria principalmente por meio de investimentos nas instituições, na tentativa de acomodar os estudantes, por essa razão se construíram as cidades universitárias. (COSTA, 2010).

Especificamente acerca da garantia de recursos para o auxílio aos estudantes a referida Constituição determinou no §2º do mesmo artigo, parcela destes fundos para aplicação em “auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (BRASIL, 1934).

Entra em vigor o Decreto nº 20.302 de 02 de janeiro de 1946 e aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde. Este documento estabeleceu as normas organizacionais destas modalidades de ensino. Logo sobre o Ensino Superior traçou normas quanto:

Art. 1º - promover, nos estabelecimentos sob a sua jurisdição, o melhoramento progressivo das instalações e do ensino; II - cooperar com o Serviço de Estatística da Educação e Saúde, fornecendo-lhe os dados estatísticos e elementos informativos que solicitar; III - fazer inspecionar os estabelecimentos que requerem as prerrogativas da autorização para funcionamento ou reconhecimento; IV - observar, no decurso da inspeção, a idoneidade, a assiduidade e as condições de admissão dos membros do corpo docente, bem como as possibilidades de desenvolvimento da entidade inspecionada; V - submeter ao Conselho Nacional de Educação, em tempo oportuno, os processos referentes à inspeção de estabelecimentos, para concessão das prerrogativas da autorização para funcionamento ou reconhecimento. (BRASIL, 1946)

Em seguida, a Constituição Federal de 1946 concretizou ações de assistência estudantil, tornando-a obrigatória para todos os sistemas de ensino (de acordo com esta Constituição, cada Estado e o Distrito Federal seriam responsáveis pela organização do seu próprio sistema de ensino), logo, conforme consta o art.172, “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946).

Na década de 1960, o movimento estudantil trabalhou em prol de uma reestruturação acadêmica através de uma Reforma Universitária por meio dos direitos estudantis. Greves estudantis aconteceram em vários estados do país, com a reivindicação por melhores condições e garantias de direitos aos estudantes neste período.

Assim, como Resultado do I Seminário Nacional da Reforma Universitária, promovido pela União Nacional dos Estudantes – UNE, apresentou-se o documento intitulado “A Declaração da Bahia” em 1961, o documento explicitava a preocupação dos estudantes frente ao caráter antidemocrático, tanto na formação dos profissionais quanto no acesso as universidades.

As propostas para o ensino superior tinham uma grande convergência com os setores do Estado que propunham a modernização desse nível, por meio de criação de institutos e departamentos, tempo integral para docentes, extinção da cátedra vitalícia, remuneração justa para professores e assistência aos estudantes dentre outras ações. Para o alcance dessas propostas, o fundamental era a conquista da autonomia universitária com o intuito de ter a liberdade de agir administrativa, pedagógica e financeiramente, rompendo com a luta de classe interna, por meio de garantia de participação paritária nos órgãos institucionais. (FREITAS et. al., 2007, apud ALBUQUERQUE, 2017, p. 44-45)



Cabe aqui ressaltar que, até então, a educação brasileira era restrita e não disponível a toda a população,

O ensino primário não era universal e nem se propunha a ser. O ensino médio, por meio dos cursos técnicos, era oferecido preponderantemente pela iniciativa privada, excluindo grande parte da população, e o ensino superior não tinha autonomia e sofria a intervenção do governo em todas as suas dimensões. (FREITAS et. al., 2007, p. 4)

Ao mesmo tempo, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, sobre a assistência estudantil observa-se a seguinte fala em seu art. 9º - alínea 'n', “estimular a assistência social escolar”, impulsionando as ações de assistência dentro das instituições escolares como um direito para todos os alunos que dela precisassem e não mais como uma ajuda.

O art. 90 dessa mesma lei distribuiu entre os entes federados a responsabilidade e o financiamento pela assistência estudantil. Nesse artigo está estabelecida a forma: “em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos”. Logo em seguida em seu art. 91 “a assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade”. (BRASIL, 1961).

Nota-se que a assistência estudantil abrange suas ações, na mesma medida em que divide a responsabilidade desta organização e o financiamento com os outros entes federados.

Em 1962, houve o II Seminário Nacional da Reforma Universitária em Curitiba, a intenção dos estudantes foi analisar as propostas apresentadas em Salvador pela Declaração da Bahia.

Em termos práticos – e até teóricos – o Seminário de Curitiba superou o de Salvador. Os universitários concluíram que a reforma é, antes de tudo, uma mudança na estrutura. Na época, avaliaram que, como todas as reformas de base, a reforma universitária interessava fundamentalmente o povo, pois somente para o povo o ensino superior era um problema grave e quase inalcançável. Nessa altura, a UNE assumia papel principal na defesa da educação de qualidade e para todos no Brasil. Do encontro em Curitiba resultou a Carta do Paraná, que passou a ser a orientação básica do movimento estudantil. (BLUMBERG, 2012)

Destaca-se, também, o papel da UNE neste momento, sobre a proposta de reformas não só no ensino Superior, como também reformas na base educacional e transformações gerais na sociedade.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1967 deu prosseguimento à garantia da educação como um direito de todos, acrescentando no art. 168 o direito à igualdade de oportunidades educacionais. Além disso, esta Constituição manteve, em seu art. 169, §2º, a obrigatoriedade de cada sistema de ensino possuir “serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1967).

Três anos após esta data, por meio do Decreto Nº 66.967 de 1970, as ações de assistência estudantil foram efetivadas, “com a criação de instâncias como os Departamentos/Coordenadorias de Assistência Estudantil, apesar dos “anos de chumbo” (BRASIL, 1970) a Reforma Universitária de 1968<sup>11</sup> abre espaços para avanços significativos no âmbito das Universidades”. (FONAPRACE, 1995)

Contudo, após a análise destes documentos, observou-se que políticas de assistência estudantil para apoio financeiro aos alunos de baixa renda do Ensino Superior, até este momento, eram tímidas e destinadas a pouca parcela da população, levando em consideração que o meio universitário era privilégio de poucos.

Desde modo, pretende-se verificar as atuais políticas de acesso e permanência nos tempos atuais no cenário brasileiro.

### **2.3 As atuais políticas de acesso e permanência no Ensino Superior brasileiro**

A intenção de reduzir as desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização do Ensino Superior e da própria sociedade, nesse sentido, buscam-se mecanismos que colaborem para a permanência e êxito dos estudantes nas instituições educativas. Portanto, implica-se a viabilidade da promoção de políticas que possam garantir a equidade desses direitos aos indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Responder ao desafio de garantir o direito à educação a toda população e a àqueles que, por qualquer motivo, foram excluídos do sistema educacional, exige a constituição de um sistema nacional de educação que considere a diversidade de condições socioeconômicas existentes no país, de forma a encaminhar para a superação dos inaceitáveis índices de exclusão educacional, tendo consciência de que esta realidade é resultado de exclusões mais amplas, de fundo econômico, político, social e cultural. (CRUZ, 2011 p. 11)

---

<sup>11</sup> Reforma universitária de 1968, trata-se de uma série de leis que modificaram o Ensino Superior no Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

Para superar os índices de exclusão educacional, torna-se necessário desenvolver estratégias de promoção à equidade, permitindo a inclusão das pessoas com baixa condição socioeconômica, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do processo de ensino destes estudantes, visto que não basta ter acesso, é preciso ter garantia e estabilidade de recursos para o prosseguimento das atividades educacionais. Promove-se, então, a criação de mecanismos que reduzam esses efeitos que dificultam o prosseguimento da vida acadêmica.

Levando em consideração a democratização do Ensino Superior, presenciemos no governo Lula (2003-2010), conforme demonstrado no Capítulo I deste trabalho, a recolocação do Estado como o principal indutor e garantidor da ampliação dos direitos sociais universais, uma mudança no direcionamento de políticas públicas que fomentam o ingresso e a continuidade na Educação Superior no Brasil, em que programas, como o Programa Universidade para Todos - PROUNI, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e a Lei de Cotas<sup>12</sup>, intervêm na democratização do acesso nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

Dando início à apresentação das políticas de acesso ao Ensino Superior, confere-se que o PROUNI, institucionalizado pela Lei N° 11.096, em 13 de janeiro de 2005, apresenta-se com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. (BRASIL, 2005)

O Programa é voltado para estudantes egressos do Ensino Médio da rede particular na condição de bolsistas integrais ou da rede pública com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, a finalidade do programa é a inclusão socioeducativa, conjugada a renúncia fiscal do governo federal de parte dos tributos federais cobrados às Instituições de Ensino Superior privadas, exigindo, em contrapartida, a concessão de bolsas a alunos carentes.

De acordo com Faceira (2009), “o PROUNI consiste numa política pública voltada à garantia do acesso, permanência e produtividade acadêmica desses estratos da população no Ensino Superior e, conseqüentemente, contribuindo para a sua inclusão social” (FACEIRA, 2009, p. 96). Oportunizando o estudo a um segmento da sociedade, que, historicamente, apenas uma pequena camada possuía o acesso.

---

<sup>12</sup> Garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

Em seguida, instituiu-se, a partir do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, o REUNI<sup>13</sup>, que cria mecanismos para ampliação do acesso e permanência na educação superior, além de combater as taxas de evasão, estendendo as políticas de inclusão e assistência estudantil.

O Reuni é um programa de reestruturação das universidades federais que busca resgatar a educação superior pública, com base na contratualização de metas que contribuem para a resolução de alguns problemas nesse nível educacional. Na prática, ele é marcado pelo tempo de existência e ainda se apresenta em fase de implementação. (BRITO, 2013, p. 83)

As Instituições Federais que optaram mediante proposta instruída no plano de reestruturação seguem as estratégias e as etapas para a realização dos objetivos do Decreto.

Embora o Ministério da Educação continue desenvolvendo novas políticas para o ensino superior, o REUNI é o grande instrumento de reestruturação das universidades em implementação, sendo o responsável pela nova etapa de expansão das IFES, pela realização de grande parte dos investimentos e por sua reestruturação interna, o que impacta diretamente no modelo de tomada de decisão, pois tem a capacidade de redefinir o poder dos atores tradicionais. (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 665)

O Ministério da Educação - MEC, ao consentir que as decisões sejam tomadas por cada instituição, considerando sua autonomia, cria condições mais assertivas em relação à cobrança de resultados, pois, em conformidade com este decreto, são as próprias instituições que determinam as metas a serem alcançadas com a participação no Programa. Pois, sua finalidade é a melhoria do Ensino Superior por meio de novos arranjos organizacionais e estruturais de gestão financeira, na busca de maior eficiência nos gastos públicos, com o intuito de expandir as universidades.

O REUNI configura-se como um dos tentáculos que vem fortalecer a universidade pública brasileira, dando suporte no cumprimento da sua função social de democratização do saber e inclusão de grupos tradicionalmente excluídos, especialmente com a ampliação da oferta de cursos e expansão do número de vagas. O programa traz ainda em seu bojo uma proposta inovadora para um problema de

---

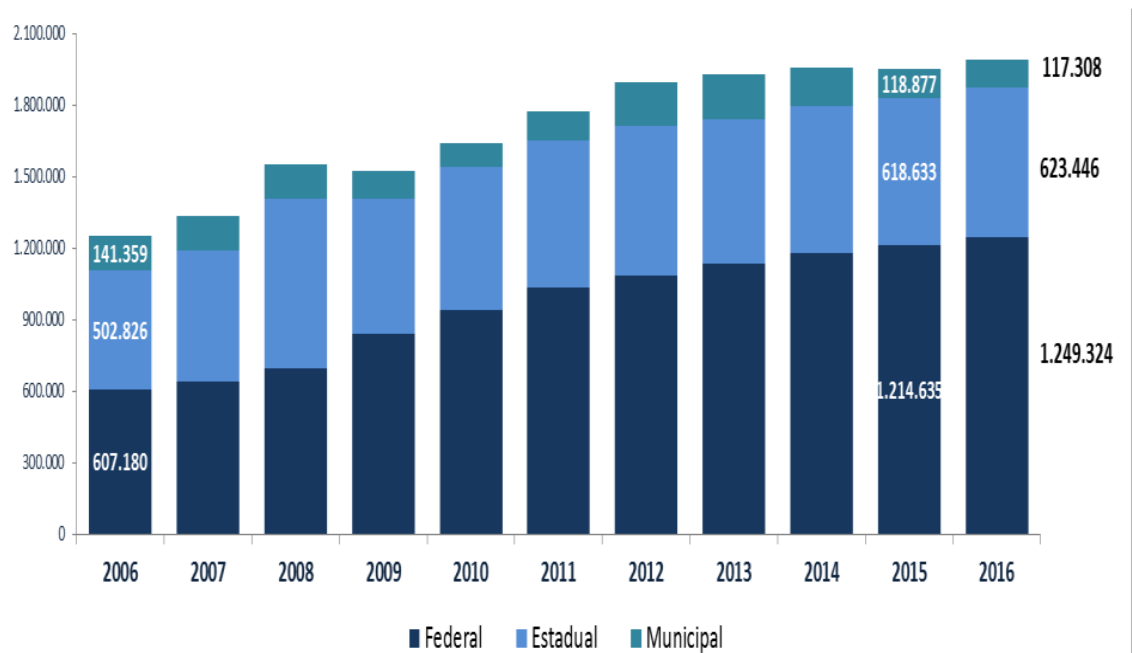
<sup>13</sup> A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do Ensino Superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Fonte: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 18 de maio de 2018. (BRASIL, 2007)

dimensão nacional, a redução da evasão escolar. Certamente que esse novo estado de coisas no cerne das universidades públicas brasileiras será uma alavanca para o pleno desenvolvimento da sociedade. Esse desenvolvimento pautado na qualidade poderá fazer germinar mudanças na Educação Superior e na transformação social do Brasil. As dimensões da expansão e do REUNI agregam ações e programas que, se bem conduzidos, contribuirão, de forma decisiva, para o desenvolvimento e correção das distorções que geram desigualdades inaceitáveis para uma sociedade cada vez mais globalizada. (AMBROSIO ET. AL., 2011, p. 135)

É importante salientar que, além do acesso por meio da expansão do número de vagas e matrículas, o Programa também focaliza a criação de estratégias que colaboram para a permanência dos estudantes na instituição, gerenciando condições de permanência a estudantes de camadas populares, sinalizando o processo de democratização da educação superior no Brasil, defendendo a importância da ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil como uma diretriz para alcançar tais objetivos e metas.

### Gráfico 1

Número de matrículas em cursos de graduação da rede pública, por categoria administrativa – Brasil – 2006-2016



Fonte: MEC/INEP – Censo da Educação Superior - 2016

Nota-se, desta forma, o aumento expressivo no número de matrículas em cursos de graduação na Rede Pública, em especial na Rede Federal. Sendo que desse total “86,7% das matrículas da rede federal estão em universidades” (BRASIL, 2016, p. 6), o que demonstra, em números, um dos objetivos do Reuni.

Cabe aqui uma observação quanto à expansão de vagas e matrículas em prol dos estudantes, sendo necessário levar em consideração, e ao não esquecimento, o objetivo maior da educação, pois, ao trazer para o ensino questões sobre eficácia, produtividade e indicadores, prende-se à educação conceitos do modelo gerencial<sup>14</sup>, alterando a missão destas instituições, que trabalham na formação da emancipação dos sujeitos.

Não restam dúvidas quanto aos números apresentados pelo Programa, porém deve-se analisar seus resultados de forma qualitativa, no que se refere ao percurso acadêmico dos estudantes e o número de concluintes.

Dando seguimento aos Programas que apresentam ações afirmativas e de democratização do acesso ao Ensino Superior, instituiu-se pela Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012, a Lei de Cotas, com finalidade de conceder acesso a candidatos pardos, negros e indígenas, propondo assim:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012)

O parágrafo único da lei trata que 50% (cinquenta por cento) das vagas do art. 1º deverão ser reservadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita. Constata-se que o objetivo da lei é ampliar o acesso às Universidades e aos Institutos Federais aos estudantes de escolas públicas, pardos, negros e indígenas.

Há que se registrar que esta lei está relacionada diretamente à meta nº 12 do PNE 2011-2020, apresentado anteriormente, estratégia 12.5, que prevê a ampliação, por meio de programas especiais, das políticas de inclusão e de assistência estudantil nas IES públicas. Desse modo, é prevista a ampliação das taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, além do apoio ao seu sucesso acadêmico. (BRITO, 2013, p. 81)

Verifica-se que o cenário da inclusão de cotas contribui de forma significativa para a inclusão de estudantes em condições de insuficiência financeira tanto em relação à renda familiar, quanto a gastos para se manterem na instituição (alimentação, vale-transporte e gastos com materiais didáticos), logo, em consonância com uma política de inclusão, observa-

---

<sup>14</sup> Modelo gerencial relacionado com a identificação de princípios mercadológicos de competitividade e excelência. Neste modelo as pessoas são conduzidas a incorporar os princípios gerenciais das relações do mercado como produtividade e qualidade, logo a absorção de tais princípios colabora para o nascimento de uma economia, em que o foco do mercado está na substituição do desenvolvimento humano e das relações sociais coletivas por espaços de competição.

se a relevância de políticas que colaborem para os estudantes no que se refere à permanência e que, além do apoio financeiro, desenvolvam ações para subsidiar o bom desempenho acadêmico destes.

Como observa-se nesta pesquisa sobre a política de cotas nos cursos de licenciatura presenciais da Universidade Federal de Goiás – UFG,

[...] através das políticas de cotas e das ações desenvolvidas pelo programa UFG/Inclui, a UFG Regional Goiânia vem ampliando o acesso, garantindo um percentual maior de alunos nos cursos. Nota-se uma maior representatividade dos estudantes de escola pública dentro da instituição, bem como negros, quilombolas e de indígenas. Porém, os dados mostram que a quantidade de alunos das licenciaturas que concluem a graduação é relativamente menor do que os que ingressam. A evasão ocorre devido a vários motivos, como reprovações, dificuldade de se conciliar trabalho e estudo, baixo desempenho nas disciplinas, problemas financeiros, falta de tempo para os estudos, não identificação com o curso e o não reconhecimento das potencialidades e singularidades. (BARRETO, 2015, p. 92)

A partir desse trecho, nota-se que esta política de ações afirmativas pelo ponto de vista desta instituição colaborou para o acesso de alunos pardos, negros, indígenas e quilombolas à instituição, porém só a política de acesso não é suficiente para o sucesso e a conclusão dos estudos destes jovens. É fundamental uma vivência escolar baseada em um acompanhamento próximo a estes estudantes, com função não só de verificação quanto aos rendimentos acadêmicos e práticas pedagógicas, mas também de quaisquer outras necessidades individuais a fim de contribuir para o êxito destes estudantes.

Não deixando de citar também o incentivo e ampliação da educação profissional por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em seu art. 2º

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais, além da verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, propõem articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na busca por uma formação de qualidade e qualificação dos sujeitos para atuação profissional nos diferentes segmentos do mercado de trabalho (BRASIL, 2008).

Para Pacheco et. al. (2010), esse modelo de formação geral e profissional, na perspectiva da educação integral e na manutenção dos arranjos produtivos, sociais e culturais de cada região, visa à inclusão de homens e mulheres deixados à margem da sociedade. Nota-se que houve grande investimento nas políticas de expansão e criação da Rede Federal de Educação Tecnológica, porém sua “realidade é complexa e a construir” (PACHECO et. al., 2010, p. 86).

Sendo a Rede ampla e complexa, cabe nesta perspectiva pesquisas sobre sua criação e implementação, bem como sobre as muitas outras políticas que permeiam sua estrutura e organização. Nesse aspecto, seguimos para a próxima seção, apresentando o contexto da Política de Assistência Estudantil em âmbito nacional e posteriormente sua aplicação na Rede Federal de Educação Tecnológica, em especial no IFTM e IFTM Campus Patrocínio.

#### **2.4 – O contexto de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em âmbito nacional**

Nossa atual Constituição Federal datada de 1988 avançou ao constituir como princípio do ensino a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Em seguida, a atual LDB de 1996 reafirma o disposto na CF de 88 no que diz respeito à garantia de permanência do estudante na escola, contemplando em seu art. 3º “O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Logo, no sentido de concretizar a igualdade de condições e principalmente a democratização da permanência dos estudantes de cursos superiores em instituições públicas, os pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis das IFES vêm demonstrando preocupação com a política social de promoção.

Partindo desse pressuposto, encontros regionais e nacionais foram realizados com o intuito de debater e fortalecer as ações desenvolvidas sobre o assunto, ao final de cada encontro documentos apresentaram as preocupações visando à permanência dos estudantes nas universidades dentro de condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade, como também a insistência sobre a necessidade de definição de políticas de ação, por parte do MEC, que atendessem às posições definidas pelos Pró-Reitores (FONAPRACE, 2012).

O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária que se tem registrado aconteceu na cidade de Florianópolis-SC, nos dias 27, 28, 29 e 30 de



novembro de 1985, e teve como tema a análise da política de assistência e apoio ao estudante e ao servidor. Ao final do encontro, concluiu-se que havia a necessidade de se criar um Programa na Secretaria de Ensino Superior (SESu)/ MEC, com a adequada dotação orçamentária, para atender à área de apoio e promoção de estudantes universitários. (FONAPRACE, 2012)

Desde a realização do I Encontro Nacional, deu-se sequência a outros vários encontros de Pró-Reitores tanto em nível regional como nacional, destas reuniões foram gerados vários documentos em defesa da promoção dos estudantes universitários, nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, em Belo Horizonte MG, foi deliberada no II Encontro Nacional a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários, o qual passaria a representar oficialmente e permanentemente os Pró-Reitores da área.

Este Fórum ficaria, ainda, encarregado de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante. Num primeiro momento, foi constituída uma Comissão Provisória, composta por um representante de cada região geográfica, em número de cinco, ficando encarregada de organizar e estruturar o Fórum Nacional, a instalar-se na cidade de Manaus na 2ª quinzena de outubro de 1987. (FONAPRACE, 2012)

Foi instalado o Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários, passando posteriormente a ser denominado Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, em 21, 22 e 23 de outubro de 1987, em Manaus/AM. Destaca-se neste período de criação do Fórum a fase em que a sociedade civil brasileira avançava na construção do estado democrático de direito.

No final da década de 80, houve a transformação do cenário da educação superior no Brasil, decorrente da intensificação do processo de democratização do país, e neste novo panorama, conseqüentemente, a criação de novos órgãos representativos dos vários segmentos universitários, dentre eles a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES<sup>15</sup>.

Assim, nos anos entre 1993 e 1996, foram realizadas pesquisas e levantamento de dados sobre residências universitárias, restaurantes universitários, saúde dos estudantes e outros, porém os dados do primeiro levantamento do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES não foram considerados por não terem a consistência necessária para o apontamento de políticas em âmbito local e nacional, desta forma, o FONAPRACE procurou

---

<sup>15</sup> ANDIFES foi criada em 23 de maio de 1989, sendo a representante oficial das Universidades Federais de Ensino Superior (IFES) na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnicos-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. (FONAPRACE, 2012)

desenvolver um trabalho sistemático nas IFES para determinação do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes<sup>16</sup>.

Com esses objetivos em mente, a ANDIFES e o FONAPRACE realizaram esta pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, dando continuidade aos estudos destinados a construir uma política de assistência, iniciados com a primeira pesquisa sobre o perfil do estudante, realizada no segundo semestre letivo de 1996 e apresentada em 1997. “Este trabalho materializou uma minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado a partir dos dados da Pesquisa do Perfil publicada em 1997 e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas IFES, observadas pelos setores responsáveis nas Instituições.” (FONAPRACE, 2012, p. 25)

No ano 2000, o governo federal, conforme sua prerrogativa, enviou ao Congresso um projeto de lei contendo as diretrizes e metas para educação brasileira por um período de 10 anos, após esse interstício a proposta é aprovada, consubstanciada na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para os anos de 2001 a 2010. O texto originário do projeto do executivo quanto às ações pertinentes à assistência estudantil. Dessa forma, o FONAPRACE apresentou o resultado da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos estudantes, oficializando um pedido de inserção da AE no PNE.

[...] no ano de 2000, o governo federal preparava o Plano Nacional de Educação – PNE, cujo relator era o Deputado Nelson Marchezam, e observou-se que no Plano nada constava relacionado à Assistência Estudantil. Assim, o FONAPRACE, em audiência com o relator do PNE, entregou um documento de apresentação do Fórum, um exemplar da I Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes, formalizando uma solicitação de inclusão, no PNE, da AE e de indicadores para a permanência estudantil nas IES públicas. (FONAPRACE, 2012, p. 24 - 25)

A inclusão da AE ao PNE foi acatada ao item 4.4 - Financiamento e Gestão da Educação Superior, dentre outras observações, explicita “a adoção de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho e outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.” (BRASIL, 2001, p. 37). Assim, o PNE foi aprovado e publicado no Diário Oficial em 10 de janeiro de 2001, incorporando a ele a proposta apresentada pelo FONAPRACE.

---

<sup>16</sup> I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Entre outros dados relevantes, demonstrou que 44,29% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E, apresentando demanda potencial por assistência estudantil. (FONAPRACE, 2012)

Após a inclusão da Assistência Estudantil como objetivo e meta do PNE, foi elaborada a minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil, formatado a partir dos dados da Pesquisa publicada em 1997 e das dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas IFES, observadas pelos setores responsáveis nas Instituições. O plano estabeleceu diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos e demonstrou aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil. A versão final do Plano Nacional de Assistência foi encaminhada à ANDIFES em 4 de abril de 2001, passando a ser documento base para todas as ações relativas ao tema, inclusive com elaboração de Propostas de Recursos Orçamentários para as IFES investirem em programas para Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012, p. 25)

Em novembro de 2000, foi realizada uma reunião, em Brasília, que contou com a presença do Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior - SESu, que naquele momento estava finalizando o orçamento para 2001.

Nesta reunião, foram apresentados dados de uma Pesquisa sobre o Rendimento Acadêmico das Universidades de Brasília (UnB) e de Santa Maria (UFSM), que comprovaram que os estudantes inseridos em programas de assistência estudantil apresentavam melhor rendimento acadêmico do que os demais estudantes do mesmo curso. (FONAPRACE, 2012)

Apesar da dificuldade orçamentária, o Diretor do Departamento mostrou a intenção de acatar um Programa de Assistência Estudantil com recursos específicos da própria SESu, desde que ele não se tornasse uma ameaça para a manutenção das IFES. Apesar da relevante atuação política do FONAPRACE e dos dados apresentados à SESu/MEC, ainda assim as IFES não conseguiram liberação de verbas por parte do Governo FHC para atender às demandas da Assistência Estudantil. (FONAPRACE, 2012)

Em 2002, houve um novo levantamento do FONAPRACE em todas as IFES sobre a situação dos RU's (Restaurante Universitário), moradia e bolsas de estudos, e os resultados foram apresentados em abril/2002. Neste contexto, o FONAPRACE identificou a necessidade de atualizar os dados sobre o perfil<sup>17</sup> dos estudantes de graduação das IFES na perspectiva de também atualizar o Plano Nacional de Assistência, contribuindo assim para a superação dos

---

<sup>17</sup> A II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras foi realizada no período de novembro/2003 a março/2004 e obteve forte participação de 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53. Nesta pesquisa, destacou-se que 42,8% dos estudantes encontram-se nas classes C, D, E, cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R\$ 927,00 e apresentavam uma situação de vulnerabilidade social. Na realidade, houve a confirmação dos dados da I Pesquisa, reafirmando a importância de financiamento para a Assistência Estudantil nas IFES. Embora o índice de estudantes que se encontravam em piores condições de renda familiar não tenha se alterado, da pesquisa de 1997 para esta, houve um incremento real de 10% para 13% no total daqueles assistidos pelos programas ora existentes, indicando o esforço, ainda que tímido, das IFES em ampliar esse atendimento. (FONAPRACE, 2012)

desafios colocados pela realidade das IFES, como a escassez de recursos, e por consequência para oferta de programas de assistência e apoio acadêmico.

Em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil foi atualizado. Este fato deu início a um processo de discussão junto ao MEC no sentido da implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil. O MEC, considerando a assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como de sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no Ensino Superior, instituiu, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Considerado um grande marco na história do FONAPRACE. Uma conquista para a Assistência Estudantil nas duas décadas de existência do Fórum. (FONAPRACE, 2012)

De tal modo, na 46ª Reunião do FONAPRACE no ano de 2009, considerou-se a consolidação do PNAES a partir de sua transformação em Lei Federal. Assim, em 19 julho de 2010, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto nº 7.234, que deu força de lei ao PNAES, que posteriormente teria função de documento base, para orientação sobre a caracterização do PNAES, seus objetivos e finalidades, bem como diretrizes procedimentais, instituídos para implementação desse programa no âmbito das IFES.

Devido ao crescimento do número de vagas no Ensino Superior público e conseqüentemente de ingressos por meio de ações afirmativas, os jovens de camadas populares ascenderam às IFES e conseqüentemente as situações relacionadas aos custos para a manutenção e permanência nas Instituições aumentaram.

Reconhece-se que as desigualdades educacionais são fruto de um processo mais amplo de exclusão socioeconômica, a qual não poderá ser combatida, exclusivamente, pela ação de um setor ou autarquia federal. É imprescindível que o Brasil avance no sentido de elaborar um projeto de desenvolvimento para o país que possa superar as graves desigualdades socioeconômicas existentes. (CRUZ, 2011 p. 32)

Diante desse cenário, os projetos nas áreas de assistência estudantil têm por objetivo alcançar esse contingente de estudantes, desenvolvendo ações nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, entre outros, que contribuem para a redução dos índices de retenção e evasão. Considerando o acesso e a permanência dos alunos, amplia-se a formação e a produção do conhecimento voltado para o ensino, pesquisa e extensão, melhorando o desempenho acadêmico desses novos estudantes nas IFES.

O objetivo principal dessa política pública é garantir a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, traçando ações educativas e de construção do conhecimento, que possibilitam ao estudante uma reflexão crítica do seu processo educacional.

Isto posto, são propostas melhorias no Ensino Superior, reduzindo os índices de evasão e retenção dos acadêmicos. É uma forma de combater as desigualdades sociais e regionais, bem como ampliar e democratizar as condições de permanência dos estudantes com insuficiência de condições financeiras nas IFES.

No trecho da pesquisa realizada com egressos dos cursos de Ciências Sociais, Ciências Biológicas, Direito e Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, observa-se o ponto de vista da pesquisadora Vargas (2011) sobre a contribuição para a permanência no Ensino Superior como resultado positivo da política de Assistência Estudantil.

O exame das informações referente à renda demonstrou que os rendimentos dos bolsistas são afetados pelos mesmos fatores que influenciam a composição dos rendimentos dos não bolsistas, ou seja, carreira, titulação e setor de atuação. Esse resultado indica que a assistência estudantil não apenas contribuiu para equalizar as condições de permanência no ensino superior, mas que, ao auxiliar universitários pobres a obter o diploma, também colaborou para a diminuição das disparidades entre as classes sociais, uma vez que o acesso ao ensino superior significou para os assistidos a obtenção de melhores condições de inserção no mercado de trabalho. (VARGAS, 2011, p. 158 – 159)

Percebe-se, neste trecho, o resultado dos discursos de estudantes que foram e não foram contemplados com a Assistência Estudantil. A autora sistematizou as entrevistas e apresentou o resultado de sua análise, que evidencia entre estes estudantes que o PNAES alcançou o objetivo de equalizar as condições de permanência no Ensino Superior.

Em outra pesquisa realizada com os estudantes matriculados nos cursos superiores na Universidade Federal de Brasília (UNB),

Conclui-se então que o PNAES é fundamental para a manutenção dos vulneráveis economicamente nas IFES sendo um instrumento essencial para a mobilidade educacional com a finalidade de corrigir ou minimizar as discrepâncias socioeconômicas brasileiras por meio da educação. Se o Estado abolir o Programa aumentará a evasão estudantil da IFES por conta da Lei de cotas para escolas públicas e conseqüentemente aumentará ainda mais a lacuna das desigualdades socioeconômicas entre ricos e pobres da população brasileira. O PNAES é um programa com retorno em longo prazo para a sociedade brasileira, mas é primordial para a diminuição da pobreza do Brasil no futuro. (QUEIROZ, 2015, p. 81 – 82)

Observa-se, neste outro trecho, a relação direta da política de assistência estudantil como um alicerce para a política de cotas, pois se acredita que, ao mesmo tempo que se institui uma política pública que estabelece condições de acesso a esta camada da população,

deve-se, também, estabelecer e manter políticas de permanência com o intuito de equiparar as diferenças socioeconômicas.

Verifica-se, desta forma, que pesquisas realizadas posteriores ao Decreto nº 7.234/10 – PNAES apontam para o caminho de realização e cumprimento de suas metas e objetivos, porém, como foi notado em alguns discursos, nem todas alcançaram resultados positivos ou suficientes para se chegar a tal conclusão.

### **CAPÍTULO 3**

## **O PAPEL DO INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO – IFTM FRENTE AO ACESSO E À PERMANÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**

Este capítulo aborda o papel do IFTM frente às políticas de acesso e permanência no Ensino Superior, bem como o contexto de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em âmbito institucional. Para seu desenvolvimento, analisou-se a Resolução nº 14 de 27 de março de 2018, que dispõe sobre o Regulamento do Programa de ações afirmativas da instituição, bem como as Resoluções e “Ad referendum” elaborados pelo IFTM, para fins de cumprimento ao Decreto nº 7.234/10 – PNAES.

A finalidade deste capítulo é verificar quais as políticas públicas de acesso e permanência são adotadas pela instituição e como são desenvolvidas em âmbito institucional e Campus Patrocínio.

### **3.1 – As Políticas de Acesso e Permanência no IFTM**

A ampliação do acesso à educação superior foi o primeiro passo na busca para a sua universalização e democratização. Este amplo acesso, e conseqüentemente o ingresso, se fez e se faz por meio de programas desenvolvidos pelo governo federal lado a lado com as Instituições Públicas de Ensino Superior. Não obstante, ao ampliar o acesso, houve também a necessidade de criação e ampliação de programas voltados para a permanência e qualidade deste ensino.

Para a concretização de tais programas, as IFES buscam, em suas particularidades regionais e culturais, a institucionalização destes projetos, construindo seus próprios regulamentos, tendo como embasamento as Leis e Decretos Federais, em prol de uma educação de qualidade.

Logo, no sentido de atender a estes programas governamentais e seus objetivos, a instituição estabeleceu, em 27 de março de 2018, Resolução nº 14, que dispõe sobre o regulamento do programa de ações afirmativas da instituição. Nesta Resolução apresentam-se as modalidades de ações afirmativas oferecidas pelo IFTM. Sendo:

Art. 4º a. Acesso: composto por ações vinculadas ao programa de inclusão social, ao ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e à isenção da taxa de inscrição dos processos seletivos para professores da rede pública e candidatos de baixa renda comprovada;

- b. Permanência: composta por ações vinculadas ao programa de assistência e auxílio estudantil, ao programa de bolsas acadêmicas, atividades científico-culturais em geral e outros;
- c. Acompanhamento: de ações de Nivelamento Acadêmico; de atividades de Monitoria; de atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE); do Programa de Educação Tutorial (PET); do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); e outras ações pertinentes.
- d. Dimensão estratégica dos Direitos Humanos: composta por estudos relacionados às políticas para a Educação em Direitos Humanos e o Polo de Inovação e Inclusão. (IFTM, 2018)

Entende-se que as ações afirmativas de acesso, no escopo das políticas institucionais do IFTM, têm como objetivo ampliar o ingresso de novos estudantes como forma de promover a Educação Profissional e Tecnológica, norteadas o processo de formação nas premissas de integração e articulação da ciência e tecnologia assim como ações voltadas para o ensino, pesquisa e extensão.

Para que essa promoção aconteça de forma a colaborar e estimular os estudantes da região, utiliza-se, como um dos instrumentos de promoção, o bônus<sup>18</sup> aos candidatos ao ingresso, trata-se da pontuação acrescida à nota da prova objetiva da instituição, somando-se até o limite de 30%, poderá ser solicitado:

- a. Bônus de 10% (dez por cento) ao candidato que resida na região de abrangência do IFTM, num raio de até 100 km (cem quilômetros) do Campus são qual se candidata ou limítrofe do município;
- b. Bônus de 20% (vinte por cento) ao candidato oriundo da escola rural;
- c. Bônus de 10% para professores em exercício do magistério do ensino fundamental e médio na rede pública que queira candidatar-se aos cursos de licenciatura. (IFTM, 2018)

Para solicitar o bônus, o candidato, no ato da inscrição para o processo de seleção do IFTM, deve informar seu interesse em receber o benefício. Sendo aprovado e tendo solicitado o bônus, o candidato tem a obrigatoriedade de comprovar tais informações no ato da matrícula, por meio de documentação específica declarada no edital próprio do processo de seleção.

Outro procedimento direcionado ao acesso, porém ao Ensino Superior, é a participação no SiSU, institucionalizado pela Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012; o SiSU é o Sistema de Seleção Unificada – este Sistema é informatizado e gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, esta instituída pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010.

---

<sup>18</sup> Ao pesquisar a legislação vigente, não foi encontrada qualquer informação sobre tal formato de pontuação e, ao questionar a Instituição sobre o documento que rege tal ação, não houve retorno.



Art. 2º O Sisu é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem. § 1º O processo de seleção dos estudantes para as vagas disponibilizadas por meio do Sisu é autônomo em relação àqueles realizados no âmbito das instituições de ensino superior e será efetuado exclusivamente com base nos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem. § 2º A Secretaria de Educação Superior - SESU dará publicidade, por meio de editais, aos procedimentos relativos à adesão das instituições públicas e gratuitas de ensino superior e aos processos seletivos do Sisu. (BRASIL, 2012)

No sentido de acesso por meio do Sisu, o IFTM disponibiliza seu total de vagas de Ensino Superior por meio do Sistema, em conformidade ao edital que regulamenta o processo de seleção. Podendo o candidato poderá se inscrever por meio do Sistema para qualquer curso superior do IFTM, utilizando a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

O candidato poderá, nesse momento, optar pela reserva de vagas, destinadas aos estudantes que cursaram integralmente o Ensino Fundamental e Médio em escola pública, baseado ou não na renda per capita familiar, como também os autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência, conforme previsto em legislação. Como se descreve no art. 11 da Resolução nº 14/2018,

Em conformidade com a Lei nº 12.711/2012 e suas alterações, para os cursos Técnicos e de Graduação, ofertados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, reserva 60% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental/médio em escolas públicas, sendo que 50% deste percentual para candidatos com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* e 50% para candidatos com renda superior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. Destas vagas um percentual é destinado aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (mediante laudo médico), em proporção no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência existentes na população de Minas Gerais, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (IFTM, 2018)

Para os cursos de Formação Inicial e Continuada, Pós-Graduação (Lato e Stricto Sensu) e atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação Tecnológica<sup>19</sup>, há também a reserva de 20% de vagas para candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), quilombolas e indígenas, independentemente de renda familiar e escola de origem, assim como 5% vagas para pessoas com deficiência (mediante laudo médico), independentemente de renda familiar e escola de origem.

---

<sup>19</sup> O número de vagas ou percentual destinado à reserva de vagas serão definidos pelos próprios regulamentos dos setores do Ensino, Pesquisa e Extensão do IFTM. (IFTM, 2018)

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT<sup>20</sup> (IFES), além das cotas destinadas à pós-graduação *Stricto Sensu*, destina o restante das vagas para 50% servidores e 50% para ampla concorrência.

Dando continuidade às políticas de acesso instituídas e desenvolvidas pelo IFTM, identifica-se também a isenção da taxa de inscrição, conforme a Lei nº 12.799/2013, por meio desta lei a isenção é garantida ao candidato que comprove insuficiência de recursos financeiros, ou ao professor em exercício do magistério do Ensino Fundamental e Médio na rede pública que queria se candidatar aos cursos de licenciatura.

Como o IFTM participa do SiSU, esta ação afirmativa é direcionada especificamente para os outros processos de seleção, como processo seletivo para o ingresso ao Ensino Médio Integrado, Cursos Técnicos e cursos de Pós-graduação.

Continuamente sobre as políticas de ações afirmativas, nota-se que a instituição desempenha seu trabalho na perspectiva da estabilidade dos estudantes, sobretudo na valorização da equidade de condições para sua permanência, minimizando os efeitos das desigualdades sociais, diminuindo as taxas de retenção e evasão.

Como instrumento para consolidação destas ações, a instituição desenvolve o programa de bolsas acadêmicas e o programa de assistência estudantil.

No que concerne ao programa de bolsas acadêmicas, sua finalidade é instigar atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, nas modalidades do Ensino Médio, Técnico e Superior, por meio de concessão de bolsas. As bolsas acadêmicas dividem-se em três categorias em conformidade com o art. 27 da Resolução nº 14/2018,

- a. Bolsa Ensino: destinada ao desenvolvimento de atividades de monitoria em disciplinas/laboratórios e à atuação em programas de reforço e ao programa interno de educação tutorial;
- b. Bolsa Pesquisa: destinada à atuação em projetos de pesquisa sob orientação de servidor pesquisador do quadro permanente, devidamente habilitado;
- c. Bolsa Extensão: destinada à atuação em programas e/ou projetos de extensão, sob orientação de servidor do quadro permanente, devidamente habilitado. (IFTM, 2018)

Nota-se o reconhecimento e a importância da articulação destas três modalidades postas em ação, para desenvolver a produção de novos conhecimentos, bem como influenciar os processos sociais locais e/ou regionais, como também saberes na formação profissional dos

---

<sup>20</sup> Com duas linhas de pesquisa – em práticas educativas em educação profissional e tecnológica (EPT) e em gestão e organização do espaço pedagógico em EPT –, o mestrado é fruto de parceria do MEC, por meio da Setec, com 18 institutos federais de educação profissional, científica e tecnológica. Seu objetivo é proporcionar a formação em educação profissional e tecnológica aos servidores, visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/43721>> Acesso em: 28 nov. 2018.

estudantes. Nesse sentido, com a finalidade de normatizar as atividades e os procedimentos relacionados à monitoria em âmbito Institucional, utiliza-se a Resolução nº 49/2013, de 27 de agosto de 2013, que traz em seu art. 2º e 3º,

Art. 2º. O Programa de Monitoria consiste em uma estratégia institucional que visa à melhoria do processo ensino-aprendizagem nos cursos ofertados pelo Instituto, em cada um dos seus Campus.

Art. 3º. A Monitoria é uma atividade acadêmica de âmbito institucional, exercida por estudantes regularmente matriculados e diretamente supervisionados por professores orientadores, visando contribuir para a qualidade do ensino nos cursos do IFTM e promover a cooperação entre docentes e discentes. (IFTM, 2013a)

No sentido de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nos cursos da instituição, as atividades de monitoria, com auxílio e colaboração de professores e discentes, fornecem auxílio àqueles que necessitam fortalecer o aprendizado em determinadas disciplinas e práticas laboratoriais, com a finalidade de superar as dificuldades de aprendizagem e produzir novos conhecimentos.

Além da monitoria, as atividades de Pesquisa e Inovação Tecnológica são desenvolvidas e estimuladas na instituição, como mostra a própria Resolução que trata das ações afirmativas:

Art. 25 o programa institucional de bolsas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (Resolução nº 26/2012), nas modalidades de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), Iniciação Científica Júnior (BIC Jr e PIBIC-EM), financiado pelo CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), tem como finalidade estimular o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa, o desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação, para estudantes de ensino médio, técnico e superior, através da concessão de bolsas de iniciação científica e tecnológica. (IFTM, 2013a)

O objetivo desta modalidade é desenvolver e estimular o pensamento criativo dos estudantes, estimulando e impulsionando o desenvolvimento da pesquisa e inovação contribuindo, assim, para formação intelectual humana e de produção.

Em relação ao documento que institucionaliza as atividades de extensão no âmbito do IFTM, nota-se que a Resolução nº 27/2012, de 26 de novembro de 2012, contempla, em seu texto, objetivos e finalidades de programas e projetos afins. Nesse sentido, afirma que

Art. 1º [...] Extensão no âmbito do IFTM é tida como o processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora do Instituto em diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, a socialização da cultura e do conhecimento técnico científico. (IFTM, 2012a)

No que se diz respeito às atividades que regem tal modalidade, verifica-se que são trabalhadas e articuladas entre o conhecimento científico e a realidade socioeconômica da região e/ou local, ambientes em que educação, ciência e tecnologia se articulam com a perspectiva de desenvolvimento a partir da interação dos saberes acadêmicos e a prática.

Outra ação que colabora para a permanência dos estudantes é o Programa de Assistência Estudantil, que, em conformidade com o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, trabalha com a intenção de aumentar as possibilidades de permanência dos estudantes na educação superior pública federal.

O documento estabelece os núcleos nos quais o Programa de Assistência Estudantil deve atuar na busca de minimizar os efeitos das desigualdades sociais, nesta direção, com a intenção de elucidar e fortalecer o Programa, a instituição, embasada pela legislação maior, instituiu seu próprio Regulamento, que oferece estratégias e mecanismos de democratização ao padrão dos estudantes mencionados pelo decreto.

Art. 2º O programa de assistência estudantil tem como finalidade conceder os benefícios “Auxílio Estudantil” e “Assistência Estudantil” com vistas à promoção do desenvolvimento humano, ao apoio ao desenvolvimento, à igualdade de oportunidades e à formação acadêmica e garantia da permanência de estudantes dos cursos regulares do IFTM, favoráveis ao êxito no percurso formativo e a inserção socioprofissional. (IFTM, 2018)

Nesta lógica, divide-se o Regulamento do Programa em dois formatos para a concessão de benefício “auxílio estudantil” e “assistência estudantil”. Logo, por auxílio estudantil, entende-se:

§ 2º o apoio a estudantes, financeiro ou não, para atenção à saúde, acessibilidade e para incentivo à cultura e ao esporte, concessão de alojamento nos campi e participação em atividades/eventos de caráter técnico-científico, didático-pedagógico (acadêmico), esportivo e cultural e seguros. (IFTM, 2018)

Nesta categoria, a instituição colabora para os estudantes por meio de recursos financeiros para auxílio no transporte, alimentação e hospedagem quando participarem de atividades e eventos científicos, esportivos e culturais em nome da instituição, bem como no auxílio residência, na disponibilização de alojamento (quando o Campus possuir), no intuito de amparar os estudantes sem condições de arcar com moradia fora da instituição.

Fornece, também, auxílio para atenção à saúde e acessibilidade, subsidiando despesas com profissionais terceirizados, que acompanham os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e, por fim, o pagamento anual do seguro de

vida dos estudantes, que, por meio de contratação de pessoa jurídica, convencionou o serviço de seguros aos estudantes regularmente matriculados na instituição.

A próxima categoria, assistência estudantil, é entendida pela instituição, como: “§ 3º apoio financeiro concedido a estudante de baixa renda, sem contrapartida para a instituição, para garantia de sua permanência nos estudos, com o objetivo de promover a inclusão social pela educação” (IFTM, 2018). Subsidiando condições para a permanência na instituição e consequentemente gerando condições para o aproveitamento acadêmico.

A distribuição dos benefícios por meio desta categoria se faz por editais próprios com as especificidades de cada Campus. É distribuída, anualmente e/ou semestralmente, quantidade de benefícios destinados aos estudantes divididos por segmentos, como: socioeducacional, benefício de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais durante 8 meses, e socioeducacional (moradia), benefício de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) mensais, por meio de comprovação de mudança do município de origem para o município da instituição onde está matriculado.

Os valores dos benefícios são definidos anualmente pelo Colégio de Dirigentes<sup>21</sup> da instituição, sendo divulgados por meio de portaria específica. Essa definição orienta e colabora para os Campi ligados à instituição, no sentido de unificação na distribuição dos benefícios. Dando seguimento às ações que cooperam para a permanência, verificam-se as atividades ligadas ao acompanhamento dos estudantes por meio de alguns programas e ações institucionalizadas, estas atividades possuem uma abordagem de verificação conjunta aos estudantes e seu desempenho acadêmico, como forma de prevenção às retenções e evasões escolares.

O nivelamento acadêmico faz-se como uma destas ações, pois tem por objetivo oportunizar aos estudantes uma revisão de conteúdo, proporcionando, a eles, esclarecimento de dúvidas, aprofundando e apropriando novos saberes que contribuirão para um melhor desempenho nas atividades acadêmicas, esse tipo de ação é organizado por módulos (presencial e/ou a distância) sob responsabilidade docente.

---

<sup>21</sup> O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, cuja composição, competências, atribuições, organização e funcionamento estão definidos e regulados no Estatuto, neste Regimento Geral e em Regulamento Interno. É composto pelo Reitor, como presidente, os Pró-Reitores, pelos Diretores Gerais dos Campi e Diretores dos Campi Avançados. Será presidido pelo Reitor e, na sua ausência ou impedimentos legais, assumirá a presidência seu substituto. A função do Colégio de Dirigentes é aprovar as normas de seu funcionamento, podendo constituir comitês, comissões permanentes e especiais em conformidade com seu Regulamento Interno. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/colégio-dirigente>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

Da mesma forma, o Programa de Monitoria também atua na permanência e acompanhamento, pois contribui para os estudantes que pretendem aprimorar e aperfeiçoar os conhecimentos em determinadas disciplinas, a intenção da instituição com esta ação é disponibilizar um aluno/monitor (selecionado por meio de edital próprio) para subsidiar a superação de dificuldades de aprendizagem apresentadas por outros estudantes, dando suporte a eles.

As atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), têm por finalidade a valorização da identidade étnico-racial dos negros, afrodescendentes e indígenas. O núcleo organiza durante o ano diversas atividades que contemplam aspectos históricos e culturais da formação da população brasileira, tendo como temas norteadores a história da África e dos africanos, bem como a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil.

O objetivo deste núcleo, enquanto ação de permanência e acompanhamento, é compreender a história e produção cultural do negro e do indígena frente à identidade brasileira para, assim, criar na instituição valores antirracistas, revertendo estereótipos negativos e permitindo aos estudantes a construção de uma autoimagem positiva, exercendo, também, o papel frente à comunidade escolar de reconhecimento das marcas das culturas africanas e indígenas representadas hoje em nossa sociedade brasileira.

Além disso, apresentam-se as ações do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), voltadas para a promoção de uma educação inclusiva, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar do estudante com necessidades específicas. O trabalho do núcleo inicia antes do ingresso do estudante na instituição, pois uma de suas ações é promover condições para o ingresso destes estudantes, que no ato da inscrição para o processo de seleção se declaram portadores de alguma necessidade específica e, assim, sua avaliação passa por adequação, conforme a necessidade do candidato.

Em relação aos alunos matriculados que possuem alguma necessidade específica e necessitam de um acompanhamento correspondente, a instituição, dentro de suas possibilidades, procura adequar o ambiente, se necessário elabora materiais didáticos funcionais, bem como subsidia formas de atendimento que o estudante possa necessitar, seja por meio da contratação de pessoa jurídica (por meio do recurso de auxílio estudantil, destinado à atenção à saúde e acessibilidade) ou de parcerias com órgãos públicos e instituições que desenvolvam atividades de inclusão e de atendimento a pessoas com necessidades específicas.

Neste sentido, o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) assegura a implementação destas diretrizes e políticas educacionais voltadas para o bom desempenho do ensino. Este Núcleo apoia e auxilia direções de ensino ou equivalentes e os docentes da instituição no que se refere a apoio pedagógico e didático, exercendo o acompanhamento das atividades acadêmicas e dos estudantes, contribuindo para sua permanência e sucesso escolares.

Sobre o Programa de Educação Tutorial (PET), o art. 46 da Resolução 14/2018 dia

O Programa visa apoiar atividades acadêmicas que integrem ensino, pesquisa e extensão e destina-se a grupos de estudantes que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas em cursos de graduação, os quais, sob a orientação de um tutor, têm a oportunidade de realizar atividades extracurriculares que ampliem e aprofundem os objetivos e conteúdos programáticos que integram sua matriz curricular, complementando sua formação acadêmica. (IFTM, 2018)

A intenção é promover a ampla formação com qualidade acadêmica dos estudantes de graduação envolvidos no processo educacional, ampliando sua formação global e favorecendo a formação acadêmica, tanto para a pós-graduação como também para o mercado de trabalho.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) também é uma ação para promover a permanência e acompanhamento dos alunos na instituição, sua intenção é valorizar futuros profissionais docentes no processo de formação com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Art. 51 O Programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao desenvolvimento de atividades nas escolas públicas conveniadas.

Art. 52 O Programa tem por objetivo geral proporcionar aos licenciandos bolsistas a oportunidade de inserção no cotidiano escolar, como sujeitos com vista à participação em experiências metodológicas, ao desenvolvimento de conteúdo / materiais / recursos, tendo como referência a tecnologia, a iniciação à ciência, a arte e cultura locais, o respeito ao ambiente e a cidadania como eixos transversais. (IFTM, 2018)

A função do programa é subsidiar, aos estudantes, a observação das metodologias e práticas docentes efetivadas no Ensino Médio, bem como colaborar para o seu aprendizado no que se refere ao planejamento de atividades, à execução e à avaliação no processo educativo do cotidiano da sala de aula. Dessa forma, promover e estimular o trabalho docente, reduzindo seu distanciamento entre saberes produzidos no âmbito acadêmico e saberes produzidos pelos profissionais docentes, elevando a qualidade da formação inicial destes profissionais.

Observa-se, dessa forma, que a instituição e seus Campi desempenham, em colaboração, programas e ações na promoção do acesso e permanência dos estudantes na

instituição. Nota-se que essas atividades auxiliam significativamente no processo de equidade de oportunidades frente às políticas de ações afirmativas, pois fornecem elementos de justiça e igualdade dos direitos fundamentais.

### **3.2 – O contexto de implementação e institucionalização do Programa de Assistência Estudantil no IFTM e Campus Patrocínio**

Com a intenção de analisar a implementação e institucionalização do PNAES no IFTM e Campus Patrocínio, considera-se o levantamento e aferição dos documentos elaborados pela instituição, bem como suas alterações no que se diz respeito às ações e aos recursos destinados aos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Nesta perspectiva, fez-se necessário o destaque em cada ad referendum e resolução, que regulamenta a criação, manutenção e alteração de ações destinadas ao cumprimento do Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, que normatiza o PNAES em âmbito nacional. No sentido de contemplação dessas ações, o IFTM dá início à construção do seu próprio regulamento.

Logo, a primeira edição aprovada pelo Conselho Superior – CONSUP<sup>22</sup>, trouxe à luz a Resolução “ad referendum” nº 39/2010, de 05 de outubro de 2010. Trata-se do regulamento para concessão de auxílio financeiro a estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro para custear a participação em atividades acadêmicas diversas. Observa-se que a finalidade desta resolução foi a apresentação dos procedimentos operacionais para a execução do referido Programa.

Após análise documental dessa Resolução, frente aos referenciais do próprio Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010, verificou-se que a Resolução “ad referendum” nº 39/2010, de 05 de outubro de 2010, definiu critérios para a concessão de auxílio financeiro a estudantes devidamente matriculados em disciplinas dos cursos regulares ofertados pelo IFTM, com fins exclusivamente destinados a auxiliar na participação de atividades e eventos acadêmicos diversos: de caráter técnico/científico, didático-pedagógico (acadêmico), esportivo e cultural – por intermédio do Professor ou Coordenador do curso matriculado.

---

<sup>22</sup> Art. 2º O IFTM tem como instância máxima de caráter deliberativo e consultivo o Conselho Superior, cujo funcionamento e organização são definidos nos termos deste regulamento.

Art. 3º O Conselho Superior é órgão colegiado que tem por finalidade analisar e regular as diretrizes de atuação do IFTM, no âmbito acadêmico e administrativo, buscando o processo educativo de excelência.

Art. 4º O Conselho Superior é composto por membros natos e por representantes titulares e suplentes de docentes, de servidores técnico-administrativos, de discentes, de diretores gerais, de pró-reitores, de egressos da instituição, de entidades patronais, de entidade de trabalhadores, do setor público e de ex-reitores. (IFTM, 2015)



Notam-se algumas características deste primeiro documento elaborado pela instituição no que concerne à concessão de auxílio aos estudantes com finalidade de participação em eventos: I) em relação ao prazo de solicitação do benefício estabeleceram-se 10 dias anteriores à data do evento; II) a liberação do benefício seria apenas com convite oficial da instituição para participação no evento; III) não concedendo benefício financeiro para participação como ouvintes e/ ou em casos de coautoria.

Em relação aos valores concedidos aos alunos solicitantes do benefício de auxílio estudantil para participação em eventos, a Resolução “ad referendum” nº 39/2010 em seu art. 5º, § 1º, alínea ‘a’, determina que o valor concedido ao estudante, em que o local do evento não disponibilize alimentação e hospedagem:

Caso a duração seja de 0,5 (dia) sem pernoite, o valor concedido será de R\$ 30,00 reais; para 1,5 (dia) uma pernoite, valor de R\$ 90,00 reais; para 2,5 (dia) duas pernoites, valor de R\$ 150,00 reais; para 3,5 (dia) três pernoites, valor de 210,00 reais; para 4,5 (dia) quatro pernoites, valor de 270,00 reais e para 5,5 (dia) cinco pernoites, valor de 330,00 reais. Sendo também concedido para evento onde disponibilize alimentação e hospedagem R\$ 60,00 reais independentemente da duração do evento. (IFTM, 2010)

O estudo documental desta norma permitiu identificar que neste momento a instituição contemplou em partes o Decreto que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Sendo que sua essência está na concessão de auxílio aos estudantes com finalidade de participação em eventos não contemplando também outras ações do PNAES como: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; creche e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Para sanar as ações que antes não estavam sendo consideradas neste decreto institucional, o IFTM a seguir apresenta a Resolução “Ad Referendum” nº 25/2011 de 02 de maio de 2011, que dispõe sobre o regulamento do programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM.

Após análise, observou-se que a concessão do benefício de auxílio financeiro para atividades e eventos diversos permanece (com algumas alterações), além de apresentar, pela primeira vez, o Regulamento para o Programa de Assistência Estudantil,

Art. 2º o Programa de Assistência Estudantil tem como finalidade conceder “Auxílio Estudantil” e “Assistência Estudantil” com vistas à promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e garantia da permanência de estudantes dos cursos regulares do IFTM, favoráveis ao êxito no percurso formativo e a inserção sócio-profissional. (IFTM, 2011)

Em seguida, em seu § 1º, apresenta características e critérios para a concessão do auxílio estudantil:

por auxílio estudantil, é entendido ao apoio a estudantes, financeiro ou não, para atenção à saúde biopsicossocial, concessão de alojamento nos Campi e participação em atividades/eventos de caráter técnico-científico, didático-pedagógico (acadêmico), esportivo e cultural. (IFTM, 2011)

Acompanhado pela definição de Assistência Estudantil por meio do § 2º, que é entendido por “(...) apoio financeiro concedido a estudante, sem contrapartida para a instituição, para garantia de sua permanência nos estudos”. (IFTM, 2011)

Observa-se que, em relação à Resolução “ad referendum” nº 39/2010 e Resolução “ad referendum” nº 25/2011, a Resolução 39/2010 baseia-se suas orientações em relação à distribuição de recursos para a participação de atividades e eventos acadêmicos diversos, quando a Resolução 25/2011, além de alterar os valores direcionados a tais benefícios, inclui o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, que apresenta a estrutura organizacional do programa e as atribuições destinadas a seu desenvolvimento, agrega à solicitação de auxílio estudantil apoio ao estudante para atenção à saúde biopsicossocial, financeiro ou não (interpretando como ajuda profissional) e concessão de alojamento nos Campi que o disponibilize.

Dando seguimento, o IFTM publica a Resolução nº 30/2011, de 21 de junho de 2011, que aprova a Resolução “ad referendum” nº 25/2011 sobre o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, após análise entende-se que as alterações encontradas na Resolução não apresentaram mudanças significativas em relação ao “Ad referendum”.

Nota-se, até o momento, que a instituição tem por finalidade a busca pela definição de uma identidade quanto à Assistência Estudantil a fim de contemplar o Decreto nº 7.234 – PNAES. Tão logo, em 14 de agosto de 2012, é publicada a Resolução nº 14/2012, que aprova novo Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM e revoga a Resolução nº 30, de 21 de junho de 2011, e todas as disposições em contrário.

Após a análise, aferem-se algumas modificações efetuadas acerca de cumprimento ao Decreto: inclusão do § 2º ao art. 1º da resolução que aborda “Serão atendidos pelo programa, prioritariamente, estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio ou oriundos da rede pública de educação básica, sem prejuízo de demais requisitos fixados pela Instituição”. (IFTM, 2012a)

A inclusão deste parágrafo fez-se necessária, devido ao primeiro edital de seleção de estudantes para a distribuição dos benefícios vinculados ao Programa.

Como as Resoluções anteriores definiram a seleção dos estudantes (prioritariamente até um salário mínimo e meio) em alguns Campi, como o próprio Campus Patrocínio, houve a seleção de estudantes com renda per capita superior a um salário mínimo e meio. Logo, para trabalhar-se em consonância com o Decreto, esta mudança foi instituída tendo em vista a restrição de recursos e as demandas apresentadas.

Neste próximo parágrafo, compreendem-se novas ações de auxílio estudantil no que se diz respeito a atividades de “acessibilidade” e “pagamento de seguros”, apresenta-se, então, como mais uma conduta deste segmento, ampliando o leque de atendimentos aos estudantes matriculados no IFTM.

Art. 2º, § 1º

por Auxílio Estudantil é entendido o apoio a estudantes, financeiro ou não, para atenção à saúde biopsicossocial e acessibilidade, concessão de alojamento nos *campi* e participação em atividades ou eventos acadêmicos de caráter técnico, científico, esportivo ou cultural e pagamento de seguros. (IFTM, 2012a)

Foram incluídos também ao art. 2º o § 4º que trata dos alunos matriculados em cursos não presenciais, “Os alunos de cursos não presenciais do IFTM somente poderão ser beneficiados com o pagamento de seguro de vida, conforme art. 10, “d” deste regulamento”, e o § 5º que trata dos alunos vinculados ao Pronatec “os alunos vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec não serão beneficiados pelos dispositivos deste regulamento, sendo aplicado o disposto em legislação específica” (IFTM, 2012b).

Apura-se que a inclusão destes parágrafos na Resolução teve o efeito delimitador no que se diz respeito ao público-alvo do Programa, não deixando dúvidas sobre a intenção de colaborar para a permanência dos estudantes regulares dos cursos superiores.

No mesmo ano, em 26 de novembro de 2012, foi publicada a Resolução nº 28/2012, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, e revogada a Resolução nº 14 de 14 de agosto de 2012.

Neste contexto, foi excluído o § 2º do art. 1º, (incluído pela última Resolução), porém os elementos e informações sobre a seleção dos editais foram conferidos ao Parágrafo Único do art. 28º, como se mostra:

A seleção de estudantes para o programa de assistência estudantil na modalidade disposta no §1º do art. 25 deste regulamento somente poderá ser feita mediante

edital específico para esta finalidade, seguindo modelo apresentado pela pró-reitoria de extensão e previamente aprovado pela procuradoria jurídica deste Instituto. (IFTM, 2012b)

Constata-se, também, que a palavra presenciais foi retirada do art. 2º, contrapondo-se ao Decreto nº 7.234/2010, que em seu art. 3º demonstra como desenvolver o Programa na prática, “O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior”. (BRASIL, 2010)

Fazendo uso do art. 4º do Decreto para justificar essa alteração, ampliando, dessa forma, o público-alvo do Programa

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010)

Dando sequência à análise, nota-se pela primeira vez, nas Resoluções do IFTM, a referência ao Decreto Nº 7.234/2010 do PNAES, no art. 2º

§ 1º No intuito de atender ao decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil - PNAES, em especial ao disposto nos arts. 2º e 3º, § 1º incisos V, VI e IX, poderão ser realizadas ações de investimento e custeio mediante apresentação de projetos nos termos da seção III, capítulo V deste regulamento. (IFTM, 2012b).

Os parágrafos 4º e 5º do mesmo artigo apresentaram alteração na redação, o § 4º que antes tratava dos alunos matriculados em cursos não presenciais excluiu sua redação e exemplificou o entendimento da Resolução por “cursos regulares”. O § 5º que abordava sobre o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) alterou a redação, excluindo esse programa específico, porém acrescentando programas de forma geral.

Avançando a análise, em seu art. 27, o texto altera a informação sobre os valores do benefício, anterior a essa Resolução, os valores eram informados pelo próprio documento, a partir deste momento os valores passam a ser atualizados anualmente, definidos por reuniões do Colégio de Dirigentes e divulgados por meio de portaria específica. Dessa forma, o procedimento de atualização de valores passa a ser mais dinâmico, visto a atenção às demandas.

Identifica-se nesta Resolução também a orientação aos Setores destinados ao acompanhamento das frequências dos alunos beneficiados pelo Programa, como o próprio parágrafo único do art. 36 apresenta,

A coordenação geral de assistência ao educando ou setor equivalente solicitará, mensalmente, à coordenação de registro e controle acadêmico – CRCA, o relatório de frequência do estudante beneficiado para acompanhamento e autorização do pagamento, observados os dispositivos do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAS. (IFTM, 2012b)

As Resoluções anteriores reforçam a contrapartida dos estudantes por meio da frequência escolar como forma de manterem-se no Programa, porém, até momento, os setores responsáveis não contavam com a regulamentação desta normativa no processo destas informações, logo, no que refere-se à aferição destas frequências, esse parágrafo contribuiu de forma significativa para os colaboradores do Programa em cada Campus, instituindo a unificação do trabalho entre os Campi.

No ano seguinte, em 21 de janeiro de 2013, foi aprovada a Resolução “Ad Referendum” nº 03/2013, que dispõe sobre a revogação de artigos da Resolução IFTM nº 28/2012. Art. 1º “Aprovar “Ad Referendum” a revogação dos artigos 37, “g”, e 40 da Resolução IFTM nº 28/2012.

Posteriormente, em 05 de março de 2013, fica aprovada a Resolução nº 02/2013, que dispõe sobre a Aprovação da revogação dos artigos 37, “g”, e 40 da Resolução IFTM nº 28/2012 – Regulamento do Programa Assistência Estudantil.

Os referidos art. 37 alínea ‘g’ e o art. 40 discorrem respectivamente sobre a suspensão do benefício caso o aluno cometa alguma infração ou penalidade no âmbito da instituição nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFTM, logo após essa alteração, advertências e/ou suspensões não seriam considerados para essa finalidade.

Tão logo, em 27 de junho de 2013, fica aprovada Resolução “Ad Referendum” nº 45/2013, que inclui na Resolução 28/2012 os § 3º e 4º no art. 12º. O § 3º trata do deslocamento dos estudantes para participação em eventos internacionais, em que o próprio esteja representando a instituição, podendo ter seu auxílio estudantil acrescido em até 05 vezes a critério da instituição, em seguida o § 4º solicita que, para esse pedido ser aprovado, ele deve ser encaminhado à reitoria para apreciação e autorização do pedido (IFTM, 2013a).

Em seguida, em 10 de julho de 2013, aprova-se outra Resolução “Ad Referendum”, a nº 50/2013, ela acrescenta novos parágrafos únicos a dois artigos (art. 30 e art. 32) da

Resolução nº 28/2012, inclui-se, desta forma, parágrafo único ao art. 30 da resolução 28/2012, elucidando o conceito de grupo familiar,

Para efeito da seleção de que trata o caput deste artigo, grupo familiar é composto pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, parentes em linha reta e colateral, até segundo grau e seus respectivos cônjuges e, na ausência de um deles, a madrasta, o padrasto ou tutor, legal ou judicialmente indicado, e demais agregados, desde que vivam sob o mesmo teto e influenciem nas receitas e/ou despesas do referido grupo. (IFTM, 2013b)

A inclusão deste conceito à Resolução contribuiu para esclarecimento e padronização institucional aos executores do PNAES, quanto à análise dos pedidos de benefício.

Sobre a inclusão do parágrafo único ao art. 32, apresenta para a Resolução a contemplação do benefício de Assistência Estudantil aos alunos matriculados pelo Programa PROEJA, serão contemplados com o benefício, independentemente de processo seletivo, bastando-se apenas a comprovação de matrícula em curso vinculado ao programa, (IFTM, 2013b).

Assim, em 27 de agosto de 2013, fica aprovada a Resolução nº 55/2013, que em seu art. 1º define - “Aprovar a inclusão dos parágrafos § 3º e § 4º no art. 12 e parágrafo único nos artigos 30 e 32 na Resolução IFTM nº 28/2012”. Endossando os “Ad Referendum” nº 45/2013 e nº 50/2013.

Posteriormente a esta data, entra em vigor a Resolução “Ad Referendum” Nº 73/2013, de 21 de Outubro de 2013, que inclui § 5º e 6º ao art. 12º da Resolução, tendo o § 5º tratando do deslocamento de alunos para participação em eventos nacionais e/ou internacionais, em que o próprio esteja representando a instituição, podendo o aluno acrescer do valor do benefício valores para aquisição de passagens aéreas ou rodoviárias, o § 6º solicitando que, para o pedido ser aprovado, deve ser encaminhado à reitoria juntamente com pesquisa de mercado para apreciação e autorização do pedido.

Logo, a Resolução nº 80/2013 de 16 de Dezembro de 2013 dispõe sobre a aprovação da Resolução “Ad Referendum” nº 73/2013 e demais alterações. Conforme seu art. 2º “Fica alterada a alínea “a” do artigo 12 da Resolução 28/2012 e incluído parágrafo 3º no artigo 13 da mesma Resolução, conforme anexo” (IFTM, 2013d), a alteração da alínea ‘a’ foi meramente textual, não havendo modificação na distribuição do benefício; em relação à inclusão do § 3º ao art. 13, fica definido que o estudante deve apresentar comprovantes de passagens aéreas e/ou rodoviárias, caso solicite este acréscimo ao pedido de auxílio estudantil, complementando os dizeres da Resolução “ad referendum” nº 73/2013.

Em 13 de fevereiro de 2014, a Resolução “Ad Referendum” nº 04/2014 apresenta a exclusão da expressão “por unidade curricular” dos artigos 37 “c” e 39 “f” da Resolução 28/2012.

Anterior a isto, o cálculo das frequências era realizado mensalmente, baseando-se em 75% de frequência por unidade curricular, como o estudante possui o semestre completo para ser reprovado ou não em cada disciplina, esta ação foi repensada, exigindo-se a média total da frequência, em consideração as disciplinas matriculadas por período. Aperfeiçoando, mais uma vez, a Resolução Institucional, em consonância com os objetivos do Programa.

No mesmo ano, fica aprovada a Resolução “Ad Referendum” nº 75/2014 de 26 de novembro de 2014, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, contendo todas as alterações anteriores. AE assim, endossando essas alterações, entra em vigor em 01 de dezembro de 2014 a Resolução nº 84/2014, que aprova a Resolução “Ad Referendum” nº 75/2014 e revoga a Resolução nº 28/2012.

No que se refere ao trabalho dos executores do Programa em cada Campus do IFTM, suas ações giram em torno da atual Resolução nº 84/2014, porém, com algumas ressalvas, conforme os seguintes “ad referendum”.

Resolução “Ad Referendum” nº 14/2016, de 15 de fevereiro de 2016, altera a Resolução 84/2014 – excluindo o § 2º do artigo 29, este parágrafo tratava sobre os valores eventuais percebidos para base de cálculo da renda familiar para a classificação nos editais de seleção de Assistência Estudantil. Verifica-se, desta forma, mais uma ação institucionalizada, com o objetivo de melhor atendimento ao Decreto do PNAES, bem como a busca pela identidade do Programa frente à realidade do IFTM e as especificidades de seu público-alvo.

No sentido de busca por melhorias no trabalho, no que se refere à seleção dos estudantes para o recebimento do benefício de assistência estudantil, entra em vigor, em 04 de janeiro de 2017, a Resolução “Ad Referendum” nº 01/2017, este documento altera o art. 10, ‘f’, e inclui a apresentação de declaração de residência firmada pelo próprio interessado (IFTM, 2017a) conforme disposto na Lei nº 7115 de 29 de agosto de 1983, para os casos quando o estudante não conseguir apresentar documentos oficiais para a comprovação dela.

Nesta mesma Resolução, inclui-se também o parágrafo único no art. 13, que esclarece e possibilita a concessão do benefício de auxílio estudantil, posterior reparação, quando o estudante possuir pendências no setor. Esses dizeres reforçam apenas o caput do art. 13 da resolução vigente “Não será permitido qualquer tipo de auxílio a estudante que tenha

prestação de contas pendente em relação a outro auxílio que tenha sido concedido pelo programa de assistência estudantil do IFTM” (IFTM, 2017a)

Logo, em 27 de março de 2017, passa a vigorar a Resolução nº 05/2017, que aprova as mudanças propostas pela Resolução “Ad Referendum” nº 01/2017. Apresentando alterações textuais.

Ainda, no mesmo ano, em 09 de agosto de 2017, entra em vigor a Resolução “Ad Referendum” nº 47/2017, contendo novas alterações à Resolução nº 84/2014, como o art. 2º, § 4º, que passa a vigorar com o seguinte texto; “Por cursos regulares são entendidos aqueles oferecidos em todas as modalidades pelos campi vinculados ao IFTM, conforme definido em regulamentação específica, sendo também considerados, para efeito de percepção de benefícios, os cursos ofertados na modalidade PROEJA FIC”. IFTM (2017b).

Bem como o art. 24, § 2º, que inclui os cursos PROEJA FIC, para a concessão de auxílio financeiro para a manutenção de seus estudos, visando ao custeio complementar de despesas com transporte, alimentação e aquisição de material didático. Por fim, o art. 42 que passa a vigorar com nova redação “As disposições deste regulamento serão aplicadas, na ausência dos cargos citados, aos cargos equivalentes que desempenhem funções semelhantes nos campi e campi avançados”. IFTM (2017b).

Cabe ressaltar que as equipes responsáveis pelo Setor de Assistência Estudantil em cada Campus buscam a melhoria constante nos processos de seleção dos alunos, em razão disto, novas discussões e conseqüentemente alterações procedimentais ocorreram e ocorrem ao longo dos anos de trabalho, visando a melhores mecanismos de democratização e integridade.

Neste sentido, após análise das Resoluções e “Ad Referendum”, vinculados pelo IFTM para orientação das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil, percebe-se que a instituição mantém o Programa em constante atualização, buscando sua identidade na instituição com o intuito de viabilizar a equidade de oportunidades, desenvolvendo ações que colaboram para o bom desempenho acadêmico, evitando a retenção e evasão decorrentes de insuficiência financeira democratizando a permanência dos alunos na instituição, otimizando seu processo de ensino e aprendizagem com qualidade e zelo, baseando suas ações no Decreto nº 7.234 – PNAES.



## **CAPÍTULO 4**

### **AValiação DO PNAES NO IFTM – CAMPUS PATROCÍNIO – EFICÁCIA E EFETIVIDADE NA PERMANÊNCIA DE ALUNOS EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIOECONÔMICA**

Este capítulo aborda os mecanismos implementados, pela instituição, em especial, o Campus Patrocínio, campo empírico dessa investigação, de distribuição do benefício de Assistência Estudantil, e apresenta-se o levantamento do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos superiores em tecnologia de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Gestão Comercial, separados em dois grupos beneficiados e não beneficiados pelo programa, compreendendo o período de 2015 e 2016. Demonstra os resultados da pesquisa quanto à percepção dos estudantes que receberam o benefício de Assistência Estudantil por meio da análise das respostas do questionário fechado e das questões abertas.

#### **4.1 – Distribuição do benefício de Assistência Estudantil**

A consolidação da política de assistência estudantil passa pela pluralidade das demandas provenientes dos sujeitos envolvidos, logo entendendo que por meio do PNAES (Decreto nº 7.234/2010) institucionalizou-se o repasse às IFES, para a implementação das ações de AE, considerando suas especificidades de acordo com cada particularidade institucional e/ou regional.

Essas instituições ficam responsáveis por determinarem os critérios e metodologia para a seleção dos estudantes que pleitearam o benefício, bem como estabelecer, acompanhar e avaliar os estudantes beneficiados pelo Programa, com prioridade os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010).

No âmbito do IFTM, a Reitoria<sup>23</sup>, no sentido de organizar institucionalmente o Programa, definiu a instância, Pró-Reitoria de Extensão, como a responsável pela implementação, elaboração das normas e a supervisão do Programa.

Levando em consideração o trabalho da instituição desde 2010 até os dias atuais, como já foi abordado no Capítulo III, assim como foi-se adaptando os critérios e a

---

<sup>23</sup> Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a Reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores. (Lei nº 11.892/2008)

metodologia de seleção dos estudantes, neste subtítulo trataremos do processo de divulgação do edital, até o primeiro pagamento dos estudantes beneficiados pelo Programa na instituição.

Sobre o valor destinado ao Programa, no ano anterior é feito o planejamento para as ações no ano seguinte, neste momento a Reitoria encaminha a cada Campus a dotação orçamentária destinado ao ano seguinte, solicitando a cada Campus o planejamento detalhado de cada recurso distribuído, compete aos campi a definição do quantitativo para cada ação que será implementada, garantindo dessa forma a autonomia dos Campi.

Em relação ao Campus Patrocínio, a análise dos documentos oficiais permitiu verificar que houve uma evolução em relação a estas distribuições. Inicialmente, em 2011, o recurso era destinado ao edital de assistência estudantil para pagamento de benefícios aos estudantes de baixa renda e o restante do recurso era destinado a ações voltadas a ensino, à pesquisa e à extensão no que se refere à participação de visitas técnicas e participação em eventos.

No início, o recurso era encaminhado a cada Campus em um montante único, atualmente o recurso é encaminhado ao Campus separado por modalidade de ensino – Ensino Médio/Técnico e Ensino Superior, baseado no número de matriculados em cada modalidade no ano anterior. Diante da realidade socioeconômica dos estudantes do Campus Patrocínio, formada por uma renda per capita relativamente baixa, o Campus opta por distribuir a maior parte do recurso de assistência estudantil, por meio dos editais de assistência estudantil modalidade socioeducacional e moradia.

Para os estudantes do Ensino Médio/Técnico, é feito um edital anual com duração de 08 meses. Para os estudantes do Ensino Superior, há a divulgação do edital em dois momentos, no primeiro semestre, com duração de 08 meses, e no segundo semestre (para contemplar os estudantes com entrada no segundo semestre) com duração de 04 meses. Os editais possuem validade de acordo com o ano vigente, justamente para verificação anual da situação de vulnerabilidade social dos estudantes.

Os critérios de seleção e acompanhamento dos estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil do IFTM são definidos anualmente pela Reitoria, com respaldo dos Setores de Assistência Estudantil responsáveis pelo trabalho em cada Campus. São realizadas reuniões anuais para verificação das metodologias e critérios utilizados para seleção, assim como o formato para acompanhamento dos estudantes beneficiários do Programa.

A Pró-Reitoria de Extensão, por meio da Coordenação Geral de Extensão e Assistência Estudantil, é responsável por estabelecer o contato diretamente com os responsáveis pelos setores dos Campi, dando suporte e acolhimento durante os trabalhos desenvolvidos.

Neste sentido, nas próprias reuniões anuais, define-se e estabelece um formato de edital unificado, que, posteriormente à aprovação do Procurador Institucional, é encaminhado aos Diretores e utilizado como modelo por cada Campus da instituição, deixando, a cargo dos mesmos, o cronograma de atividades, bem como número de benefícios a serem distribuídos.

Os setores de cada Campus ficam responsáveis pelo preenchimento das informações necessárias, encaminhando ao Diretor Geral para análise e verificação e, assim, conforme estabelecer, publicar os editais por meio do site da instituição, em murais do Campus e outras formas que a instituição julgar necessárias para alcançar o maior número de estudantes.

Com o início do Programa em 2011, as inscrições para o processo de seleção eram feitas pessoalmente por meio de cópias dos documentos obrigatórios e verificação dos originais, porém em 2017, em consonância com o Projeto Papel Zero<sup>24</sup>, foi criada a plataforma AE (Assistência Estudantil) dentro do Sistema Virtual IF, já utilizado pelos estudantes para acompanhamento de notas e frequências.

A seleção dos estudantes, tanto as inscrições feitas por meio da entrega de documentos como através do módulo AE, são efetuadas por meio de uma Comissão nomeada pela Direção Geral de cada Campus, que utilizará os critérios compostos pelo próprio edital para subsidiar a análise dos documentos, bem como o cálculo da renda per capita de cada estudante e, assim, classificar os estudantes da menor a maior renda per capita, sendo desclassificados aqueles estudantes que apresentarem renda per capita maior que um salário mínimo e meio.

#### **4.2 – Avaliação do Desempenho Acadêmico dos estudantes beneficiados e não beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil no ano de 2015**

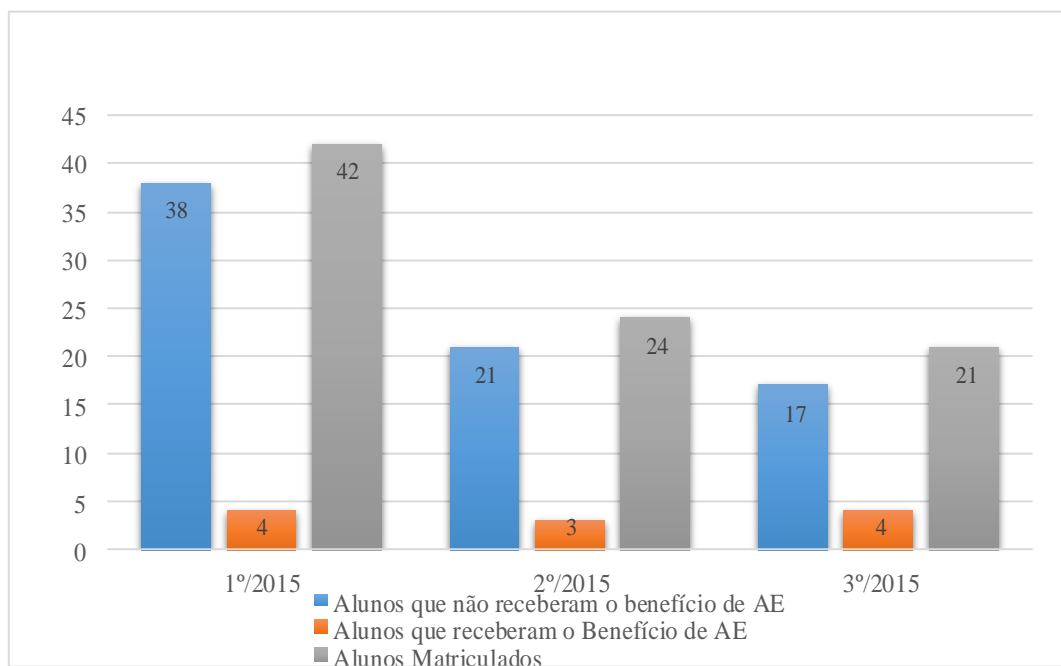
Para avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados pelo Programa, buscamos por meio do resultado final homologado do edital do Programa de Assistência Estudantil – Ensino Superior 2015 – 1º semestre – os estudantes contemplados com o benefício.

---

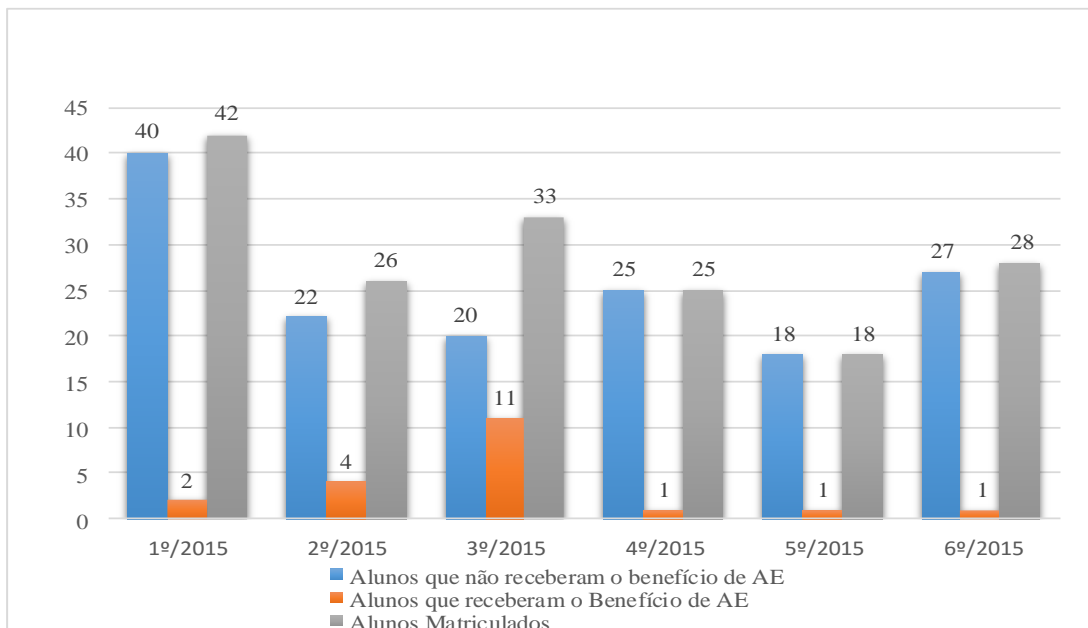
<sup>24</sup> O Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 instituiu que todos os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deveriam adotar o uso do meio eletrônico para a formalização do processo administrativo. O IFTM por meio da Portaria Normativa nº 002 de 29/12/2017 estabeleceu a obrigatoriedade da abertura, formalização e tramitação de processos e documentos oficiais (despacho, ofício, ofício circular, memorando, memorando circular, entre diversos outros), exclusivamente, por meio eletrônico, a partir do dia 01/01/2018. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br/dgpinfo/informativos/papel-zero.html>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

A distribuição dos benefícios no ano de 2015 foi de acordo com a seleção da menor renda per capita familiar para a maior, sem distinção de curso e/ou período, foram disponibilizados 31 benefícios para o Ensino Superior, nesse lógica foram classificados 20 alunos do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e 11 alunos do Curso de Gestão Comercial. Como mostram respectivamente o gráfico 2 e 3.

**Gráfico 2: Distribuição do benefício de Assistência Estudantil no curso de análise e desenvolvimento de sistemas – 2015**



**Gráfico 3: Distribuição do benefício de assistência estudantil no curso de Gestão Comercial 2015**



Como forma de padronização no formato de análise e verificação do desempenho acadêmico dos estudantes para a pesquisa, foram reconhecidos como aprovados aqueles que obtiveram média superior ou igual a 60% de aproveitamento em cada disciplina que estava matriculado por período no ano de 2015.

#### 4.2.1 - Curso Análise e Desenvolvimento de Sistemas - ADS

**Tabela 1 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre ADS – 2015**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
1º/2015	2	2	100%	40	20	50%
2º/2015	4	2	50%	22	8	36,36%
3º/2015	11	5	45,45%	22	6	27,27%
4º/2015	1	1	100%	24	11	45,83%
5º/2015	1	1	100%	17	8	47,05%
6º/2015	1	1	100%	27	21	77,77%

Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

A tabela 1, apresenta duas categorias de estudantes, aqueles matriculados na instituição, com benefício de Assistência Estudantil, e aqueles matriculados sem o benefício e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria. Após análise dos dados, verificou-se que o índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos estudantes que não receberam no 1º semestre de 2015 foi maior em todos os períodos.

**Tabela 2 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre ADS – 2015**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
2º/2015	2	1	50%	33	20	60,60%
3º/2015	10	7	70%	25	9	36%
4º/2015	5	2	40%	22	12	54,54%
5º/2015	2	1	50%	25	16	64%
6º/2015	1	1	100%	22	18	81,81%

*Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro*

A tabela 2 apresenta as mesmas duas categorias de estudantes e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria, porém trata-se do desempenho destes estudantes no 2º semestre de 2015. Após análise dos dados, verificou-se que o índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos estudantes que não receberam o benefício diminuiu, tendo resultado superior somente no 3º e 6º períodos.

Ao final calculamos a média geral total, logo em relação às notas obtidas e ao aproveitamento das disciplinas foi verificado que a média do desempenho acadêmico ao final do ano de 2015 dos alunos que receberam o benefício foi de 62% em contrapartida aos alunos que não receberam o benefício, em que a média foi de 59,39%.

Observa-se, desta forma, que, em relação aos estudantes do Curso em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, o índice de aprovação maior está com os estudantes que receberam o benefício de Assistência Estudantil no ano de 2015.

#### 4.2.2 - Curso Gestão Comercial – GC

**Tabela 3 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre – GC - 2015**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
1º/2015	4	4	100%	38	20	52,63%
2º/2015	3	0	0	21	9	42,85%
3º/2015	4	2	50%	17	13	68,42%

Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

A tabela 3, também apresenta duas categorias de estudantes, aqueles matriculados na instituição com benefício de Assistência Estudantil e aqueles matriculados sem o benefício e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria. Após análise dos dados, verificou-se que o índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos estudantes que não receberam no 1º semestre de 2015 foi maior no 1º período, porém no 2º e 3º períodos o índice de aprovação foi menor em relação aos estudantes que não receberam o benefício.

**Tabela 4 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre 2015**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
2º/2015	6	4	66,66%	30	19	63,33%
3º/2015	2	0	0	18	12	66,66%
4º/2015	3	3	100%	21	12	57,14%

Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

A tabela 4 apresenta as mesmas duas categorias de estudantes e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria, porém trata-se do desempenho destes estudantes no 2º semestre de 2015. Após análise dos dados, verificou-se que o índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos estudantes que não receberam o benefício foi maior no 2º e 4º períodos, porém no 3º período o índice de aprovação foi menor

em relação aos estudantes que não receberam o benefício, não tendo nenhum aluno beneficiário como aprovado.

Ao final calculamos a média geral total, logo em relação às notas obtidas e ao aproveitamento das disciplinas foi verificado que a média do desempenho acadêmico ao final do ano de 2015 dos alunos que receberam o benefício foi de 55,55% em contrapartida aos não receberam o benefício, em que a média foi de 62,37%.

Observa-se, desta forma, que, em relação aos estudantes do Curso em Gestão Comercial, o índice de aprovação maior está com os estudantes que não receberam o benefício de Assistência Estudantil no ano de 2015.

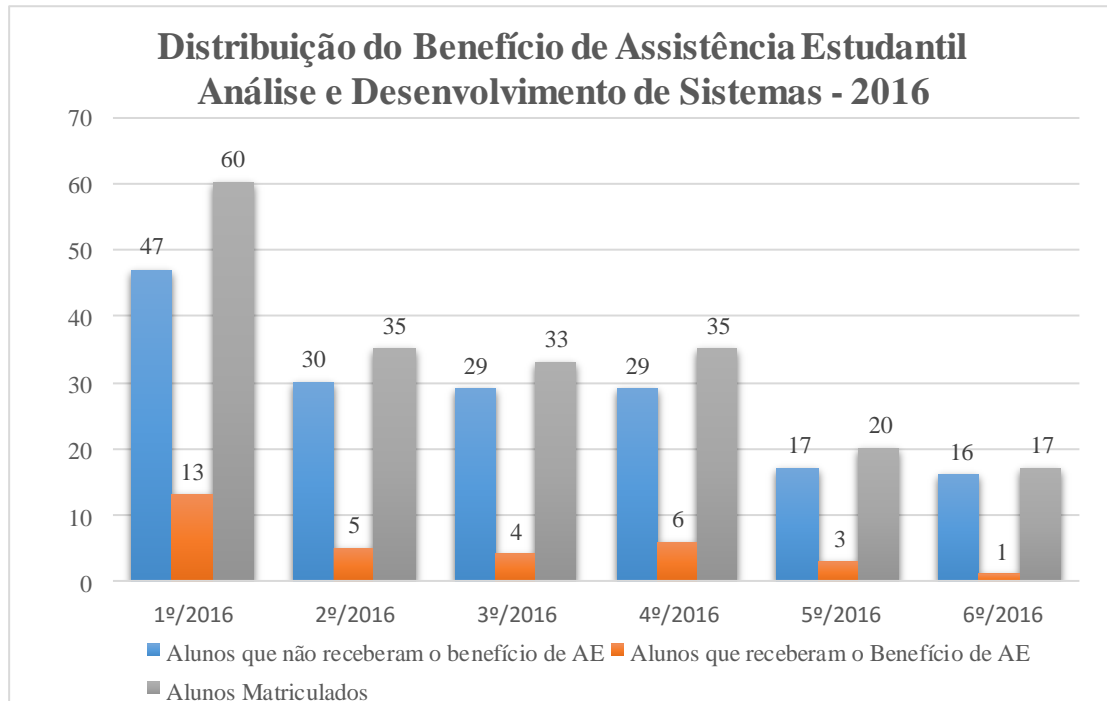
#### **4.3 – Avaliação do Desempenho Acadêmico dos estudantes beneficiados e não beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil no ano de 2016**

Para avaliar o desempenho acadêmico dos estudantes beneficiados pelo Programa, buscamos, por meio do resultado final homologado do edital do Programa de Assistência Estudantil – Ensino Superior 2016 – 1º semestre, os estudantes contemplados com o benefício.

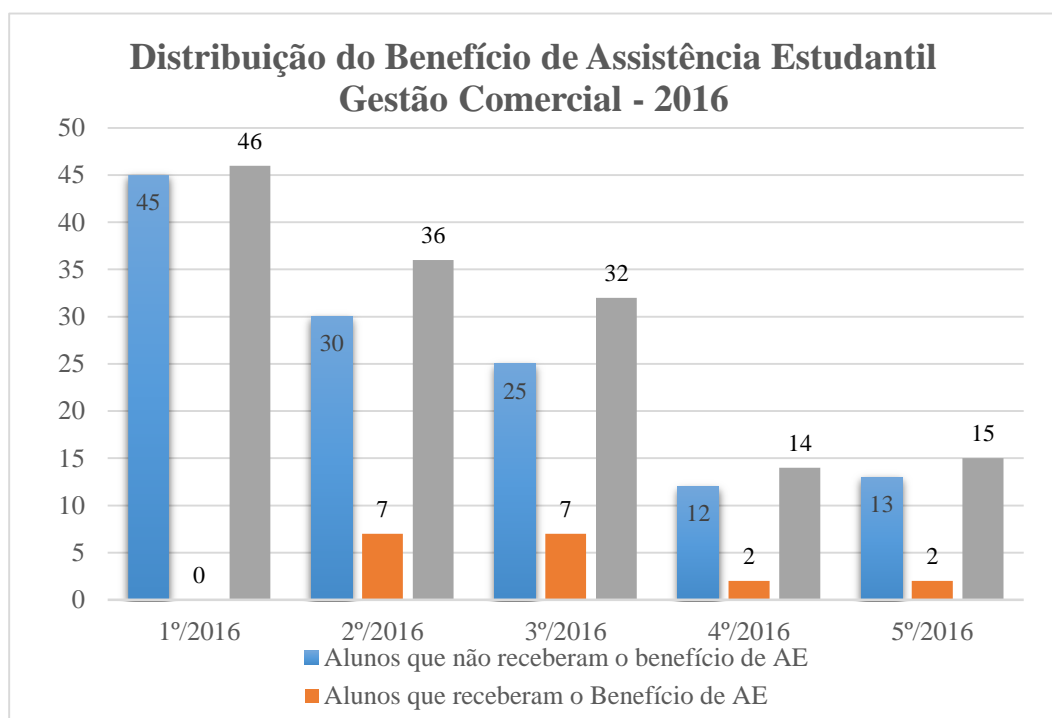
Verificou-se que, para o ano de 2016, houve um aumento de 40% no número de benefícios voltados para o Ensino Superior, o modo de distribuição dos benefícios no ano de 2016 manteve o mesmo formato do ano anterior, de acordo com a seleção da menor renda per capita familiar para a maior, sem distinção de curso e/ou período, logo foram disponibilizados 50 benefícios para essa modalidade de ensino, sendo classificados 32 alunos do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e 18 alunos do Curso de Gestão Comercial. Conforme gráficos 4 e 5 respectivamente.



**Gráfico 4: Distribuição do benefício de Assistência Estudantil no curso de análise e desenvolvimento de sistemas – 2016**



**Gráfico 5: Distribuição do benefício de assistência estudantil no curso de Gestão Comercial 2016**



Como forma de padronização no formato de análise e verificação do desempenho acadêmico dos estudantes para a pesquisa, foram reconhecidos como aprovados aqueles que obtiveram média superior ou igual a 60% de aproveitamento em cada disciplina que estava matriculado por período no ano de 2016.

#### 4.3.1 - Curso Análise e Desenvolvimento de Sistemas - ADS

**Tabela 5 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre 2016**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
1º/2016	13	6	46,15%	47	11	23,40%
2º/2016	5	2	40%	30	9	30%
3º/2016	4	2	50%	29	16	55,17%
4º/2016	6	5	83,33%	29	15	51,72%
5º/2016	3	3	100%	17	10	58,82%
6º/2016	1	1	100%	16	15	93,75%

Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

A tabela 5 apresenta também, duas categorias de estudantes, aqueles matriculados na instituição com benefício de Assistência Estudantil e aqueles matriculados sem o benefício e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria. Após análise dos dados, verificou-se que o índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos estudantes que não receberam no 1º semestre de 2016 foi maior em cinco períodos, tendo apenas o 3º período com índice superior de aprovação dos estudantes que não receberam o benefício.

**Tabela 6 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre 2016**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
1º/2016	4	1	25%	51	15	29,41%
2º/2016	11	6	54,54%	41	12	29,26%
3º/2016	3	3	100%	25	13	52%
4º/2016	3	2	66,66%	23	16	69,56%

5º/2016	5	3	60%	23	15	65,21%
6º/2016	2	2	100%	25	18	72%
Trancados	3	-	-	-	-	-
Finalizados	1	-	-	-	-	-

Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

A tabela 6, apresenta as mesmas duas categorias de estudantes e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria, porém trata-se do desempenho destes estudantes no 2º semestre de 2016. Após análise dos dados, verificou-se que o índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos estudantes que não receberam o benefício diminuiu, tendo resultado superior somente no 2º, 3º e 6º períodos. Contando também com 3 alunos que trancaram o curso e 1 aluno formado.

Ao final calculamos a média geral total, em relação às notas obtidas e ao aproveitamento das disciplinas foi verificado que a média do desempenho acadêmico ao final do ano de 2016 dos alunos que receberam o benefício foi de 67% em contrapartida aos alunos que não receberam o benefício, em que a média foi de 52,90%.

Observa-se, desta forma, que, em relação aos estudantes do Curso em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, o índice de aprovação maior está com os estudantes que receberam o benefício de Assistência Estudantil no ano de 2016.

#### 4.3.2 - Curso Gestão Comercial - GC

**Tabela 7 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 1º semestre 2016**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
1º/2016	0	0	-	45	26	57,77%
2º/2015	7	7	100%	30	22	73,33%
3º/2015	7	7	100%	25	18	72%
4º/2015	2	2	100%	12	11	91,66%
5º/2015	2	2	100%	13	10	76,92%

Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

Na tabela 7 apresenta-se duas categorias de estudantes, aqueles matriculados na instituição com benefício de Assistência Estudantil e aqueles matriculados sem o benefício e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria. Após análise dos dados, verificou-se que o índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos

estudantes que não receberam no 1º semestre de 2016 foi maior em quatro períodos, mas como observa-se no 1º período não apresenta nenhum estudante que recebeu o benefício.

**Tabela 8 - Comparativo de aprovação - Alunos beneficiários e não beneficiários de Assistência Estudantil – 2º semestre 2016**

Período	Alunos matriculados com benefício	Aprovados com benefício	Percentual de aprovados com benefício	Alunos matriculados sem benefício	Aprovados sem benefício	Percentual de aprovados sem benefício
2º/2016	1	1	100%	31	26	83,87%
3º/2015	6	6	100%	23	19	82,60%
4º/2015	7	6	85,71%	21	18	85,71%
5º/2015	2	2	100%	15	11	73,33%
Estágio	2	2	100%	-	-	

*Fonte: Módulo Gestão de Cursos – Virtual IF – Instituto Federal do Triângulo Mineiro*

A tabela 8, apresenta as mesmas duas categorias de estudantes e respectivamente o índice de aprovação de cada categoria, porém trata-se do desempenho destes estudantes no 2º semestre de 2016. Após análise dos dados, verificou-se uma alteração no índice de aprovação dos estudantes que receberam o benefício em relação aos estudantes que não receberam o benefício, ele diminuiu, tendo resultado superior somente no 2º, 3º, 5º e estágio e no 4º período a proporção do índice de aprovação apresentou o mesmo percentual.

Ao final calculamos a média geral total, em relação às notas obtidas e ao aproveitamento das disciplinas foi verificado que a média do desempenho acadêmico ao final do ano de 2016 dos alunos que receberam o benefício foi de 96,42% em contrapartida aos alunos que não receberam o benefício, em que a média foi de 81,12%.

Observa-se, desta forma, que, em relação aos estudantes do Curso de Gestão Comercial, o índice de aprovação maior está com os estudantes que receberam o benefício de Assistência Estudantil no ano de 2016.

#### **4.3.3 – Análise dos resultados**

No montante desta pesquisa, concluímos que os estudantes do Curso em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – IFTM – Campus Patrocínio apresentaram média superior sobre o aproveitamento acadêmico em relação aos estudantes que não receberam o benefício, tanto em 2015 quanto em 2016.

Em relação ao curso de Gestão Comercial, os estudantes que receberam o benefício de Assistência Estudantil mostraram média inferior sobre aproveitamento acadêmico, em relação aos alunos que não receberam o benefício em 2015. Porém, em 2016, apuramos a inversão, pois a média do aproveitamento acadêmico foi maior entre os alunos que receberam o benefício em comparação aos alunos que não receberam o benefício.

Nota-se então, com este resultado que, quantitativamente o benefício de Assistência Estudantil, distribuído diretamente aos estudantes, colabora diretamente para sua permanência e desempenho acadêmico na instituição, sendo uma política que colabora para a redução dos índices de evasão e retenção escolar.

A seguinte seção trata do resultado alcançado, referente à análise do questionário aplicado aos estudantes que receberam o benefício nos anos de 2015 e 2016.

#### **4.4 – Análise da percepção dos estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil nos anos de 2015 e 2016**

Esta seção apresenta os resultados advindos da pesquisa quantitativa e qualitativa. Primeiramente, são apresentados os resultados da pesquisa quantitativa, baseando-se nas respostas dadas pelos estudantes ao questionário fechado, em seguida os resultados da pesquisa qualitativa, fundamentada pelas respostas dos estudantes às perguntas abertas. Tanto as perguntas fechadas quanto as perguntas abertas estão relacionadas ao desenvolvimento e às ações do Programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFTM Campus Patrocínio, baseando-se nisso, as perguntas foram elaboradas de modo que os estudantes respondessem de acordo com sua percepção sobre o programa.

Após a elaboração do questionário, este foi aplicado a estudantes que não fizeram parte da pesquisa, a intenção da aplicação do questionário teste foi verificar a execução dele, bem como retirar ou alterar o formato da pergunta. No sentido de melhorar a aplicabilidade, posteriormente ao questionário teste, alguns estudantes recomendaram que uma das perguntas fechadas fosse aplicada como questão aberta, justamente para que os estudantes pudessem sugerir novos procedimentos ao qual a pergunta se referia.

Verificou-se, então, que a observação dos estudantes foi pertinente, logo acatada por esta pesquisa, sendo posteriormente encaminhada ao Conselho de Ética em Pesquisa juntamente ao Projeto para apreciação e autorização da pesquisa.

Em sequência, os questionários foram elaborados e distribuídos pela plataforma *google forms*, por meio dos e-mails cadastrados pelos estudantes no Sistema Virtual IF, no ato da matrícula na instituição. A primeira tentativa de envio ocorreu no mês de maio/2018, a segunda tentativa em junho/2018, a terceira em agosto/2018 e o último contato foi feito em setembro/2018, sendo que, nessa última tentativa, houve também o contato com os estudantes pelo telefone, para explicar novamente os objetivos da pesquisa e solicitar a contribuição deles por meio do questionário enviado aos respectivos e-mails.

Em relação ao questionário enviado aos 81 estudantes envolvidos na pesquisa, obtivemos 37 respostas. Logo, nossa amostragem conta com a participação de 45,67% dos estudantes beneficiados com o Programa de Assistência Estudantil, nos anos de 2015 e 2016.

A próxima seção apresentará a análise do ponto de vista dos estudantes referente ao entendimento e aos objetivos do Programa na instituição, bem como o modo de implementação no Campus.

#### **4.4.1 – Análise do questionário fechado**

Como procedimento metodológico adotado, informamos aos sujeitos da pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a respeito do tema da pesquisa, os objetivos, para que eles optassem por aceitar ou não participar da pesquisa. Aqueles que responderam SIM tiveram acesso ao questionário completo para participarem da pesquisa.

As perguntas fechadas do questionário contavam com as opções de resposta: (SIM ou NÃO), nesse sentido a primeira pergunta realizada aos estudantes participantes da pesquisa foi: No momento do seu ingresso no IFTM, informaram-lhe sobre o Programa de Assistência Estudantil? No que se diz respeito a essa pergunta, dos 37 alunos que participaram da pesquisa, 33 (89,2%) dos estudantes disseram que sim, contrapondo-se a 4 (10,8%) dos estudantes que disseram não terem sido informados sobre o Programa de Assistência Estudantil quando ingressaram no IFTM.

O intuito desta pergunta foi a verificação das ferramentas de comunicação empregadas pelo Setor de Assistência Estudantil do IFTM - Campus Patrocínio junto aos setores ligados ao ingresso dos estudantes na instituição. A partir desse dado, o Campus poderá criar mecanismos de publicação da informação sobre o PNAES, não deixando nenhum estudante desconhecedor de seus direitos enquanto estudantes do Ensino Superior. A comunicação ampla é um elemento intensificador da ampliação da democratização do acesso ao edital. A

ausência ou até mesmo uma comunicação precária prejudica os estudantes, porquanto limita ou pode até impedir a participação no edital.

A segunda pergunta da pesquisa foi: Você conheceu o Programa de Assistência Estudantil e seus objetivos? Ao se tratar desta pergunta, todos os 37 (100%) estudantes pesquisados informaram que conheceram o Programa de Assistência Estudantil e seus objetivos. Consta-se, a partir desse resultado, que, em comparação à pergunta anterior, o Programa de Assistência Estudantil não foi apresentado a todos os estudantes na fase de ingresso na instituição, porém, posteriormente a esta etapa, todos os envolvidos afirmaram conhecer aos objetivos da Assistência Estudantil.

A terceira questão foi referente a se o quantitativo de vagas disponibilizadas nos editais é suficiente para a demanda dos estudantes no IFTM. A maioria dos estudantes, um total de 29 (78,4%), responderam que o número de vagas para concorrer aos benefícios de Assistência Estudantil não é suficiente, levando em consideração a demanda da instituição, contrapondo-se a oito (21,6%) estudantes que responderam que as vagas são suficientes.

Mesmo o setor em contato com os dados e informações dos estudantes que participaram do processo e aqueles que ficaram em lista de espera, tendo a necessidade de recebimento do benefício e não o fazendo por questões de recursos destinados a essa finalidade (como vimos anteriormente, são algumas categorias que o recurso deve contemplar), esse percentual de estudantes que defendem o aumento de benefícios mostra que essa categoria deve ser repensada e replanejada em caráter de distribuição de recursos. Pois, como visto anteriormente, o rendimento acadêmico daqueles estudantes que receberam o benefício foi maior do que daqueles que não receberam.

Reforçando este pensamento, a quarta questão foi: Em sua opinião o benefício de assistência estudantil contribuiu para a sua permanência no IFTM? Logo, a maioria dos estudantes, 33 (89,2%), responderam que sim, que o benefício contribuiu para a sua permanência no IFTM, opondo-se a 4 quatro (10,8%) dos estudantes que afirmaram o contrário. Baseado nesta informação, acredita-se que, para estes quatro estudantes, a renda familiar não seria um fator decisivo para a manutenção de sua permanência na instituição.

A quinta questão refere-se ao envolvimento dos estudantes nas atividades acadêmicas. Foi perguntado aos estudantes: Você concorda que o Programa contribuiu para melhoria de seu desenvolvimento nas atividades acadêmicas? Para 36 (97,3%) dos estudantes sim, a participação no programa ampliou o envolvimento nas atividades acadêmicas, conseqüentemente receber o benefício de Assistência Estudantil contribuiu de forma positiva

para o envolvimento nas atividades acadêmicas, contrapondo-se a um (1) (2,7%) estudante que afirmou que não houve melhora no seu envolvimento nas atividades acadêmicas.

A intenção desta pergunta foi verificar a que ponto o Programa de Assistência Estudantil interfere na participação dos estudantes nas atividades acadêmicas como ensino, pesquisa e extensão, mesmo porque estas atividades nem sempre acontecem nos turnos em que o estudante está matriculado, tendo, algumas vezes, que custear seu deslocamento para a participação destas. Acredita-se, também, que, para alguns destes estudantes, o benefício custeia os gastos durante sua formação acadêmica, podendo o estudante optar por não desempenhar atividades remuneradas e dedicar seu tempo aos estudos e conseqüentemente participar de atividades acadêmicas promovidas pela instituição, bem como de atividades como de outras instituições de ensino e visitas técnicas às empresas correlacionadas ao respectivo ramo de atuação.

Dando seqüência às perguntas do questionário, a sexta questão refere-se à influência do Programa na renda do estudante. Foi perguntado aos estudantes: Em sua opinião o Programa contribuiu de forma significativa para a sua renda? De um total de 37 estudantes pesquisados, 33 (89,2%) responderam que sim, que o benefício contribuiu de forma significativa para a sua renda, contrapondo-se a 4 (10,8%) que responderam não.

O intuito deste questionamento foi verificar a influência do benefício na renda do estudante, pois, como foi dito anteriormente, acredita-se que alguns estudantes beneficiários do Programa utilizam a quantia recebida para subsidiar os gastos durante o curso de graduação, gastos que podem ser destinados ao transporte, à alimentação, a materiais didáticos e à participação em eventos quando a instituição não custear por meio de auxílio estudantil.

O próximo questionamento aos estudantes trata da ciência dos estudantes em relação às propostas de avaliação e revisão das políticas de assistência na instituição: Você tem conhecimento se o Setor de Assistência Estudantil realiza pesquisas com objetivo de subsidiar avaliações e propostas de revisão das políticas da instituição? De um total de 37 estudantes, 19 (51,4%) responderam que sim, sobre o setor avaliar e revisar as políticas de assistência na instituição, opondo-se a 18 (48,6%) estudantes que disseram não ter conhecimento sobre esse assunto. A intenção da pergunta foi verificar se os estudantes participam ou participaram de alguma avaliação do Programa na instituição, em que os próprios sejam capazes de opinar e revisar o modo de trabalho da instituição. Conhecendo o Setor de Assistência Estudantil do Campus Patrocínio, verifica-se que a percepção dos estudantes que responderam sim a este questionamento levou em consideração a avaliação institucional anual da instituição, pois, em



todos esses anos de atuação na instituição, observou-se que não foi realizado nenhum modo de avaliação do Programa frente aos estudantes, seja subsidiada pelo Setor do Campus Patrocínio, bem como pela Pró-Reitoria de Extensão, setor responsável pela orientação das atividades nos Campi do IFTM.

Avalia-se, com essa questão, uma orientação, aos responsáveis pelo Programa, que, para os próximos processos de seleção, podem contar com a colaboração dos estudantes que participaram do edital para avaliar o programa e o processo de seleção e, assim que as informações forem coletadas, entender o Programa na perspectiva desses estudantes. E, se necessário for, revisar os pontos a fim de melhorar o andamento das atividades relacionadas ao setor e à seleção.

A questão oitava foi sobre o acompanhamento pedagógico dos estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil: Você enquanto beneficiário do Programa de Assistência Estudantil recebeu orientação/acompanhamento pedagógico em relação ao seu desempenho acadêmico? Ao questionar sobre o acompanhamento pedagógico dos estudantes beneficiados pelo Programa, 21 (56,8%) estudantes disseram que sim, que receberam orientação/acompanhamento pedagógico sobre seu desempenho escolar, contrapondo-se a 16 (43,2%) estudantes que responderam não.

Do mesmo modo, como foi respondida à questão anterior, acredita-se que os estudantes que responderam sim a este questionamento levaram em consideração a orientação/acompanhamento pedagógico desempenhado regularmente pelo Núcleo de Atendimento Pedagógico – NAP da própria instituição – IFTM – Campus Patrocínio. Pois até o momento não houve nenhum Projeto direcionado pela Pró-Reitoria de Extensão ligada diretamente ao acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes participantes do Programa de Assistência Estudantil.

Estima-se que essas informações possam contribuir para a instituição de modo a contemplar mais uma ação do Decreto do PNAES, bem como aperfeiçoar o trabalho do Setor de Assistência Estudantil – Campus Patrocínio e demais Campi se necessário, no que se diz respeito ao desempenho acadêmico destes estudantes, criando estratégias para potencializar os resultados já alcançados.

O último questionamento aos estudantes está relacionado ao desempenho acadêmico e aos índices de evasão e/ou repetência escolar: Você tem conhecimento se o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos pelo programa resulta em ações que visam minimizar a evasão e/ou repetência escolar? Nesta lógica foram 26 (70,3%) estudantes que responderam sim, por terem conhecimento sobre as ações relacionadas à evasão e/ou

repetência escolar, opondo-se 11 (29,7%) dos estudantes que responderam não, por não terem conhecimento sobre esse trabalho.

No sentido de reduzir a evasão e/ou a retenção escolar, a instituição vale-se dos recursos destinados ao Programa de modo que esses recursos destinados ao benefício mensal colaboram para a permanência do estudante na instituição, podendo este destinar seu tempo integral aos estudos, assim como os recursos destinados ao auxílio estudantil, quando o estudante recebe valor específico, com a finalidade de participar de eventos científicos relacionados à pesquisa e/ou extensão, concatenando teoria e prática em seu processo de aprendizagem.

O que se pode concluir dessas análises é que, em sua maioria, os estudantes ressaltam o trabalho desenvolvido na instituição, conferindo as ações do PNAES descritas no decreto em relação às ações desempenhadas pelo IFTM e IFTM Campus Patrocínio. Observa-se que apenas as ações relacionadas à revisão das políticas de assistência, bem como de acompanhamento acadêmico, devem ser repensadas em âmbito institucional, com a finalidade de abranger as ações do Decreto ao ponto de amparar os estudantes no percurso acadêmico.

#### **4.4.2 – Análise do questionário aberto**

O questionário de perguntas abertas foi aplicado em conjunto ao questionário fechado, este formato de perguntas permite ao entrevistado expor o seu ponto de vista, opinar sobre o assunto discutido de forma pessoal e ampla. Nesse sentido foi questionado aos estudantes: “Em sua opinião a divulgação dos Editais de Assistência Estudantil ocorreu de forma que todos tiveram acesso a eles” Para analisar esta pergunta, foi utilizado o método de agrupamento das respostas: 1- Sim; 2 – Sim, bem divulgado e ao alcance de todos; 3 – Não. Nesta perspectiva, no agrupamento 1 foram 17 respostas, no agrupamento 2, 18 respostas e no agrupamento 3, 02 respostas.

Verifica-se, dessa forma, que para a maioria das respostas a divulgação ocorreu de forma a contemplar todos os estudantes. Porém, como a resposta não foi 100% satisfatória, nota-se a necessidade de verificar quais outras ações poderão ser efetivadas, na busca por melhor divulgação e acesso a essas informações.

A segunda pergunta teve como finalidade verificar sob o ponto de vista dos estudantes a influência do Programa na vida acadêmica, logo que questionado “De modo geral, como você percebe o Programa de Assistência Estudantil e sua influência na vida acadêmica dos estudantes”. Como forma de agrupamento das respostas: 1 – Sim; 2 – Contribui para a

permanência na instituição; 3 – Colabora para a renda familiar; 4 – Colabora para os gastos referentes ao estudo; 5 – Colabora para os gastos, para estudantes de outras cidades.

Nesta perspectiva, no agrupamento 1 foram 02 respostas; no agrupamento 2, 15 respostas; no agrupamento 3, 05 respostas; no agrupamento 4, 11 respostas e no agrupamento 5, 04 respostas.

A terceira pergunta questionou os estudantes sobre a democratização no Ensino Superior pelo Programa de Assistência Estudantil. “Você acredita que o Programa de Assistência Estudantil contribui para a democratização no Ensino Superior. Por quê?”

Como forma de agrupamento das respostas: 1 – Sim; 2 – Contribui para a renda mensal para a permanência na instituição; 3 – Não. Nesta perspectiva, no agrupamento 1 foram 11 respostas; no agrupamento 2, 25 respostas e no terceiro agrupamento 3, 01 resposta.

Nota-se, posteriormente a estas respostas, que, em sua maioria, os estudantes avaliam de forma positiva o Programa de Assistência Estudantil desenvolvido na instituição. Sendo as ações desempenhadas pelo IFTM e IFTM Campus Patrocínio em conformidade com os objetivos do PNAES descritos no Decreto. Ressalta-se apenas uma avaliação do formato atual de divulgação dos editais e, se necessário, a ampliação desta divulgação, de tal modo a alcançar os 100% dos estudantes matriculados na instituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No montante do que foi elencado nesta pesquisa, buscou-se compreender primeiramente, por meio dos modelos de Estado, as características conceituais que as políticas públicas educacionais assumem em cada formato. Para tal, apresentamos as características de cada modelo e as implicações e desdobramentos do Estado na sociedade, com a intenção de referenciar e distinguir seu posicionamento, no que tange à formulação e aplicação de políticas públicas.

Dando sequência, apresentamos os conceitos de política, política pública e políticas educacionais, bem como o levantamento histórico sobre as ações assistencialistas na educação superior brasileira, a influência destas ações até as atuais políticas de acesso e permanência no cenário do Ensino Superior brasileiro, finalizando com o contexto de criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em âmbito Nacional. Este trecho da pesquisa elucidou o processo de construção e aplicação de uma política educacional, bem como referenciou as políticas existentes no cenário nacional voltadas para o acesso e permanência no Ensino Superior público federal.

Em seguida, abordou-se o papel do IFTM frente às políticas de acesso e permanência no Ensino Superior; no que diz respeito às políticas de acesso, pontuou-se quais políticas estão sendo trabalhadas na instituição, bem como os objetivos, o público e as ações. Baseado nestas informações, conclui-se que a instituição cumpre seu papel na criação de condições para o acesso ao Ensino Superior, porém a pesquisa não aprofundou sobre o modo de trabalho e resultados quanto a estas políticas, recomendando esse contexto para novos estudos, pois acreditamos na necessidade de compreender a aplicabilidade e os resultados desta ação.

Ao longo da pesquisa aborda-se, também, o contexto de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil em âmbito institucional. Para tal, foi pesquisado o histórico de resoluções do IFTM, desde a publicação do decreto nº 7.234 de 2010 – PNAES, analisando desde a Resolução “ad referendum” nº 39/2010 até a Resolução “ad referendum” nº 47/2017, contendo novas alterações em relação à Resolução nº 84/2014. Verificou-se, dessa forma, que a instituição, desde o decreto do PNAES, trabalha em prol de melhorias no Programa.

Ao analisar as resoluções, observamos que o Programa está em constante atualização, na busca de alcançar o seu objetivo principal: viabilizar a equidade de oportunidades, desenvolvendo ações que colaboram para o bom desempenho acadêmico dos estudantes com

insuficiência financeira, evitando a retenção e evasão, em conformidade com o Decreto nº 7.234 – PNAES.

Isso posto, o fechamento da pesquisa se fez com a análise dos dados acadêmicos dos estudantes dos cursos superiores em ADS e GC – Campus Patrocínio, beneficiados e não beneficiados pelo PNAES nos anos de 2015 e 2016. O levantamento destas informações foi realizado por meio do Sistema Virtual IF através do módulo – gestão de cursos. Por meio dessas informações, acessamos o rendimento acadêmico desses estudantes, comparando o aproveitamento acadêmico desses dois grupos, o grupo de beneficiados e o grupo de não beneficiados. Ao final da pesquisa, concluiu-se que quantitativamente os estudantes que receberam o benefício de Assistência Estudantil obtiveram melhor rendimento acadêmico na instituição, o que nos leva a constatar que o benefício pode ter contribuído para a redução dos índices de retenção e conseqüentemente de evasão.

Posteriormente a este levantamento, aplicamos um questionário com questões abertas e fechadas, para buscarmos a percepção dos estudantes frente ao Programa e o seu modo de aplicabilidade na instituição. Em sua maioria os estudantes reconhecem o trabalho desenvolvido, conferindo as ações do PNAES descritas no decreto, porém chamam a atenção da instituição quanto à revisão das políticas de assistência, ao acesso, à informação e à ampliação do número de benefícios ofertados, bem como o acompanhamento acadêmico destes estudantes.

Esse aviso leva-nos a refletir e remete-nos a repensar nosso modo de ação em âmbito institucional. E ao levar em consideração a literatura e os dados obtidos por meio da pesquisa, seguem algumas sugestões para a melhoria do processo:

- A) Sobre a publicação do edital e acesso: sugere-se que, além do formato de publicação atual (via site), os editais de assistência estudantil possam ser acessados via portal do aluno; ou que avisos no formato Pop-ups possam ser enviados ao mesmo portal, para fim de ampliação da divulgação e acesso.
- B) Se possível e dentro das possibilidades de cada Campus que a instituição forneça aos estudantes minicursos sobre o Módulo AE (plataforma de inscrição no programa de AE), com a intenção de orientar sobre a utilização do módulo, e que não haja prejudicados em relação ao acesso e à compreensão do módulo, como ação de ampliação de informação e acesso.
- C) Sobre o número de benefícios: sugere-se, ao Diretor do Campus Patrocínio, um novo formato de distribuição dos recursos; deve-se repensar o quantitativo desses benefícios, afim de contemplar o maior número possível de estudantes em situação de

vulnerabilidade econômica, pois, conforme o decreto, o benefício tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos estudantes em vulnerabilidade social.

D) Sobre o acompanhamento acadêmico: sugere-se, para fins de contemplação do decreto, o acompanhamento pedagógico dos estudantes beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil, na possibilidade de evitar a retenção acadêmica daqueles que se encontram em tal situação.

Mesmo tímidas as sugestões, se forem desenvolvidas, contribuirão de forma positiva para os estudantes atendidos. Pois a finalidade é abranger as ações do Decreto ao ponto de amparar os estudantes no percurso acadêmico.

O que concluímos é que, durante a trajetória do PNAES, o IFTM vem desempenhando um trabalho de construção contínua quanto às melhorias no que tange a aplicar e alcançar os objetivos e finalidades do decreto. Porém, ao longo desta pesquisa, não foi possível abordar de forma ampla todos os itens relacionados ao PNAES em âmbito institucional e em relação ao IFTM Campus Patrocínio, sugerindo assim a ampliação de pesquisas e levantamento de dados, no que diz respeito aos resultados e efeitos gerados pelo Programa.

Como sugestão para próximos estudos:

1. O desempenho acadêmico dos estudantes do Ensino Médio/Técnico beneficiados pelo Programa.
2. Os índices de retenção e evasão entre os alunos beneficiados pelo PNAES.
3. As ações desenvolvidas em cada instituição para fins de contemplação do PNAES.
4. Como as ações do PNAES são desenvolvidas em articulação com ensino, pesquisa e extensão.

Vislumbra-se a consolidação da assistência estudantil enquanto política pública e direito dos estudantes em situação de vulnerabilidade. A busca por essa consolidação é cotidiana, rumo à democratização da permanência para a construção de uma trajetória acadêmica efetivada.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **A assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017, (dissertação de mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2017.
- AMBROSIO, Elisabete Perez Caramori; FANTINI, Luciana Teixeira, KARWOSKI, Acir Mario. O REUNI e as dimensões da expansão da graduação na UFTM. **Dialogia**, São Paulo, n. 14, p. 121-137, 2011.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: RelumeDumará Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARAUJO, Maria Arlete Duarte; PINHEIRO, Helano Diógenes Pinheiro. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 647-668, out./dez. 2010
- ARINHATO, P. H.C.; Neoliberalismo, Reforma do Estado e Políticas Sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil; **Aurora**, ano II, n. 3, Dez. 2008.
- BALL Stephen J., MAINARDES, Jefferson (orgs). **Políticas Educacionais—questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: 70 ed. LDA, 2009.
- BARRETO, Kelly Coelho Costa. **As cotas nos cursos de licenciatura presenciais da Universidade Federal de Goiás: a questão do reconhecimento**. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de Brasília, Brasília, 2015. 106 p.
- BLUMBERG, Patricia - De Córdoba aos Dias Atuais: a Luta da UNE pela Reforma Universitária. **UNE**, 2012. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-luta-da-une-pela-reforma-universitaria/>>. Acesso em: 16 de out. de 2018.
- BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco, 1909- **Dicionário de política** / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. Direitos Fundamentais, Globalização e Neoliberalismo. 2004. Disponível em: < <http://www.unicap.br/rid/artigos2004/direitosfundamentais.doc>> Acesso em: 28 jun. 2018.
- BOURDIEU, P. **Acts of Resistance: Against the New Myths of Our Time**. Cambridge: Polity Press, 1998.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**(1934). Rio de Janeiro, 1934. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2017

\_\_\_\_\_. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília. Disponível em:

<<https://www.planalto.gov.br/ccivil03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2017

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2017

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.612, de 26 de Dezembro de 1928. **Autoriza o Governo a criar, em Paris, a Casa do Estudante Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1928. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5612-26-dezembro-928-561387-publicacaooriginal-85007-pl.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras e dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota regime universitário**. Rio de Janeiro, 1931a. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=40255>>. Acesso em: 22 out. 2017.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 20.559, de 23 de outubro de 1931. **Dispõe sobre a aplicação dos valores oferecidos pelo povo, com o intuito de auxiliar o resgate da dívida externa**. Rio de Janeiro, 1931b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto20559-23-outubro-1931-511711-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 out. 2017

\_\_\_\_\_. Decreto nº 20.302 de 02 de janeiro de 1946. **Aprova os Regimentos das Diretorias do Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20302-2-janeiro-1946-327736-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970. **Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura**. Diário Oficial da União 1970.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2016.



\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 dez. 1961 e retificada em 28 dez. 1961.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 22 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Imprensa Oficial, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 20 ago.2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências.** Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 14 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. (INEP). **Censo da Educação 2016 – Notas Estatísticas.** INEP, 2016. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/notassobre\\_o\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notassobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2018.

\_\_\_\_\_. PORTARIA NORMATIVA MEC Nº 21, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisupportarianormativa2&Itemid=30192)>. Acesso em: 10 out. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. Estado, estado-nação e formas de intermediação social. **Lua Nova**, São Paulo, 100: 155-185, 2017.

BRITO, Maria Ivoneide de Lima. **Implementação do REUNI na UNB (2008 – 2011): Limites na Ampliação de Vagas e Redução da Evasão** (Tese de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2013.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. Da crise do Estado-providência à nova questão social: alcances e impasses no pensamento de Pierre Rosanvallon. **Leituras de Economia Política**, Campinas, (9): 41-61, dez. 2001

CASTELO, Rodrigo. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, 2014, vol. 119, Jul.-Set. p. 583-591.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. 203 f (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2010.

CRUZ, Rosana Evangelista. Federalismo e Financiamento da Educação: a Política do FNDE em debate. In: **Federalismo e Políticas Educacionais na efetivação do Direito a Educação No Brasil**, Brasília, Ipea, 2011.

DIAS, Rosanne Evangelista. **Ciclo de políticas curriculares na formação de professores no Brasil (1996-2006)**. (Tese de doutorado). Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**. Campinas, 2017, Vol. 16, n. 1, Abr. 2007, p. 1-19.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **O ProUni como política pública em suas instâncias macro-estruturais, meso-institucionais e microssociais: Pesquisa sobre a sua implementação pelo MEC e por duas Universidades na Região Metropolitana do Rio**. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Rio de Janeiro – RJ, 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da Austeridade e direito do trabalho de exceção**. Vida Económica S/A. Porto. 2012. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qMYoAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=como+citar+sociedade+da+austeridade+&ots=hWZAbZJqwv&sig=lvz5wgJeW\\_rZm7SE-eLcdcjZxM#v=onepage&q=como%20citar%20sociedade%20da%20austeridade&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qMYoAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&dq=como+citar+sociedade+da+austeridade+&ots=hWZAbZJqwv&sig=lvz5wgJeW_rZm7SE-eLcdcjZxM#v=onepage&q=como%20citar%20sociedade%20da%20austeridade&f=false)>. Acesso em: 07 fev. 2018.

FONAPRACE (1995). Moradia Estudantis: histórico e realidade atual nas IFES. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (FONAPRACE). Relatório. Maceió - AL, 1995

FONAPRACE (2012). Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Uberlândia: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Nacionais de Ensino Superior (Andifes), Universidade Federal de Uberlândia; 2012.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FREITAS, Cecília Carolina Simeão de; TORRES, Ivanna Santana; PEREIRA, Noádia Munhoz. Movimento estudantil e reforma universitária – a república populista e o governo lula. ANPAE, 2007. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/70.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/70.pdf). Acesso em: 07 jun. 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, 2012, Vol. 112, Out.-Dez. p. 637-671.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 21, n.20, p. 30-41, 2001.

IFTM. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Resolução “ad referendum” nº 39/2010, de 05 de outubro de 2010. Dispõe sobre o regulamento para concessão de auxílio financeiro a estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro para custear a participação em atividades acadêmicas diversas. 2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução “ad referendum” nº 25/2011, de 02 de maio de 2011. Dispõe sobre o regulamento do programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. 2012a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 14/2012, de 14 de agosto de 2012. Aprova o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. 2012a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 28/2012, de 26 de novembro de 2012. Aprova o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. 2012b

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 45/2013, de 27 de junho de 2013. Dispõe sobre a alteração da Resolução 28/2012 – Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. 2013a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 50/2013, de 10 de julho de 2013. Dispõe sobre a alteração da Resolução 28/2012 - Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. 2013b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 49/2013, de 27 de agosto de 2013. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 27/2013, que versa sobre o Regulamento de Monitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. 2013c.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 80/2013, de 16 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 73/2013, Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. 2013d.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 55/2015, de 22 de setembro de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento Interno do Conselho Superior do IFTM. IFTM – 2015.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 01/2017, de 04 de janeiro de 2017. Dispõe sobre alteração do Regulamento de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Resolução 84/2014. IFTM – 2017a.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 47/2017, de 09 de agosto de 2017. Dispõe sobre alteração do Regulamento de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Resolução 84/2014. IFTM – 2017b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Resolução nº 14/2018, de 27 de março de 2018. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 77 n. 39/2012 - Regulamento do Programa de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. 2018.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017

LAMOSO, L. P. "Neodesenvolvimentismo" brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24, n. 3, 391-404, set/dez. 2012.  
Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/17470>>.  
Acesso em: 08 ago. de 2018.

LIMA, Nelson Paulo. **Como não privatizar: uma proposta para o Brasil**. Brasília: Valci, 1999.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A. & E. M. LAKATOS. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Atlas. São Paulo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. **Revista de legislação informativa**, Brasília, v. 51, n. 204, p. 269–285, out. / dez. 2014.

PACHECO, E.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**. Brasília- DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

QUEIROZ, Mendel de Almeida. **O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: O caso da Universidade de Brasília. 2015. (Dissertação de Mestrado)**

Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2015.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SILVA, Benedicto. Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1986.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEODORO, António. **A educação em tempos de globalização neoliberal**: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livro, 2011. 176 p.

UNESCO. Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década / organizado por Paulo Speller, Fabiane Robl e Stela Maria Meneghel. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em:  
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964por.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

VARGAS, Michely de L. Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 01, p. 149-163, mar. 2011. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n1/v16n1a08.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

VICENTE, MM. História e comunicação na ordem internacional [on-line]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. ISBN 978-85-98605-96-8.  
AvailablefromSciELO Books.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. Prefácio Manoel T. Berlinck; tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 20. ed. — São Paulo: Cultrix, 2013.

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO FECHADO

1- Quando você ingressou no IFTM, foi informado sobre o Programa de Assistência Estudantil?

SIM  NÃO

2- Você conheceu o Programa de Assistência Estudantil e seus objetivos?

SIM  NÃO

3- Na sua opinião o número de vagas existentes nos editais são suficientes para a demanda dos estudantes no IFTM?

SIM  NÃO

4- Em sua opinião o Benefício de Assistência Estudantil contribuiu para a sua permanência no IFTM?

SIM  NÃO

5- Você concorda que o Programa contribuiu para melhoria de seu desenvolvimento nas atividades acadêmicas?

SIM  NÃO

6- Em sua opinião o Programa contribuiu de forma significativa na sua renda?

SIM  NÃO

7- Você tem conhecimento se o Setor de Assistência Estudantil realiza pesquisas com objetivo de subsidiar avaliações e propostas de revisão das políticas da Instituição?

SIM  NÃO

8- Você enquanto beneficiário do Programa de Assistência Estudantil recebeu orientação / acompanhamento pedagógico em relação ao seu desempenho acadêmico?

SIM  NÃO

9- Você tem conhecimento se o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes atendidos pelo programa resulta em ações que visam minimizar a evasão e/ou repetência escolar?

( ) SIM ( ) NÃO

### **ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO ABERTO**

1- Na sua opinião a divulgação dos Editais de Assistência Estudantil ocorreu de forma que todos tiveram acesso aos mesmos:

2- De modo geral, como você percebe o Programa de Assistência Estudantil e sua influência na vida acadêmica dos estudantes:

3- Você acredita que o Programa de Assistência Estudantil contribui para a democratização do Ensino Superior. Por quê?

UNIVERSIDADE DE UBERABA -  
UNIUBE



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DEMOCRATIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA POR MEIO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS CURSOS SUPERIORES DO IFTM CAMPUS PATROCÍNIO 2015 - 2016

**Pesquisador:** Pâmela Junqueira Freitas

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 83389718.9.0000.5145

**Instituição Proponente:**

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.640.703

#### **Apresentação do Projeto:**

Esta pesquisa, proposta por Pâmela Junqueira Freitas, identificada pelo CAAE 83389718900005145, já passou por esse Comitê de Ética e Pesquisa. Na ocasião, ficou pendente, por não dar o devido encaminhamento à questão do risco. Além disso, na oportunidade não apresentou o TCLE na forma devida.

A pesquisa, com enfoque qualitativo, um estudo de caso, propõe estudar no IFTM de Patrocínio, o processo de implementação de política pública de financiamento do Programa de Assistência Estudantil, PNAES, cobrindo o período de 2015/2016.

Será aplicado um questionário, via eletrônica, em 81 alunos, beneficiados pelo programa de assistência estudantil.

Em sua bibliografia constam autores, tais como, Michael Apple, Jefferson Mainardes, Laurence Bardin, entre outros.

**Endereço:** Av. Nene Sabino, 1801

**Bairro:** Universitário

**CEP:** 38.055-500

**UF:** MG

**Município:** UBERABA

**Telefone:** (34)3319-8950

**Fax:** (34)3314-8910

**E-mail:** cep@uniube.br





Continuação do Parecer: 2.640.703

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Investigar a efetivação do PNAES por meio do benefício Socioeducacional nos anos 2015 e 2016, no âmbito dos cursos de Graduação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Patrocínio.

Objetivos Secundários:

1 -Levantar a produção acadêmica referente a democratização das condições de permanência no ensino superior público federal, via decreto PNAES, nos bancos de Teses e Dissertações das bases CAPES e IBICT;

2 -Levantamento histórico e análise das legislações brasileiras sobre Políticas Públicas sociais, voltadas para os estudantes e em âmbito Institucional, considerando os aspectos políticos, históricos, sociais e econômicos;

3 -Verificar se as ações do decreto estão sendo cumpridas no âmbito Institucional;

4 -Levantar todas as visitas técnicas que foram financiadas;

5 - Avaliar o impacto das Políticas Públicas de Assistência Estudantil, quanto à democratização das condições de permanência e do êxito escolar, comparando o rendimento acadêmico e percepção pessoal dos alunos beneficiados e não beneficiados pelo Programa de Assistência Estudantil nos cursos de graduação do IFTM, no período de 2015 e 2016 – Campus Patrocínio.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Não oferece riscos à integridade física das pessoas, mas pode provocar um desconforto pelo tempo exigido no preenchimento do questionário e/ou constrangimento em responder o questionário sobre o ponto de vista pessoal, no mais, outros riscos são desconhecidos.

Benefícios:

**Endereço:** Av.Nene Sabino, 1801

**Bairro:** Universitário

**CEP:** 38.055-500

**UF:** MG

**Município:** UBERABA

**Telefone:** (34)3319-8950

**Fax:** (34)3314-8910

**E-mail:** cep@uniube.br

Continuação do Parecer: 2.640.703

A intenção com a investigação é subsidiar a tomada de decisão pelos gestores das instituições pesquisadas e pesquisadores que tratam de assuntos correlacionados com a temática dessa pesquisa; e colaborar no direcionamento de novas políticas públicas educacionais de assistência estudantil e de permanência nos cursos Superiores do IFTM, bem como colaborar com setores ligados aos alunos, como: Coordenação de Apoio ao

Estudante (CAE), Núcleo de Atendimento Pedagógico (NAP), Núcleo de Atendimento a Portadores de Necessidades Específicas (NAPNE), Setor de Assistência Estudantil (SAE) e Coordenações de Curso, que poderão utilizar os efeitos da pesquisa para desenvolvimento de outras ações em seus respectivos setores.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

As falhas que impediram a aprovação do projeto em análise anterior foram corrigidas. A questão do risco aparece de maneira adequada nessa versão. Do mesmo modo, o TCLE faz parte do protocolo, mesmo sendo enviado por via eletrônica.

#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Fazem parte do protocolo: 1 - folha de rosto; 2 - resumo do projeto; 3 - TCLE; 4 - questionário; 5 - carta de anuência; 6- projeto completo.

#### **Recomendações:**

Não há recomendações, a serem feitas.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Salvo melhor juízo dos colegas de CEP, o projeto foi corrigido e pode seguir em frente.

#### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Em 07/05/2018 a plenária votou de acordo com o relator, pela aprovação da proposta, lembrando o proponente do compromisso com o que trata as Resoluções 466/12 e 510/2016, especialmente no que diz respeito a entrega dos Relatórios Parcial e Final da pesquisa ao CEP.

#### **Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_989191.pdf	28/03/2018 18:31:35		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_anuencia.pdf	28/03/2018 18:30:39	Pâmela Junqueira Freitas	Aceito

**Endereço:** Av. Nene Sabino, 1801

**Bairro:** Universitário

**CEP:** 38.055-500

**UF:** MG

**Município:** UBERABA

**Telefone:** (34)3319-8950

**Fax:** (34)3314-8910

**E-mail:** cep@uniube.br

UNIVERSIDADE DE UBERABA -  
UNIUBE



Continuação do Parecer: 2.640.703

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/03/2018 18:16:26	Pâmela Junqueira Freitas	Aceito
Brochura Pesquisa	Questionario_CEP.pdf	25/01/2018 20:54:18	Pâmela Junqueira Freitas	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	25/01/2018 20:51:46	Pâmela Junqueira Freitas	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP.pdf	25/01/2018 20:51:33	Pâmela Junqueira Freitas	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

UBERABA, 08 de Maio de 2018

---

**Assinado por:**  
**Geraldo Thedei Junior**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Av. Nene Sabino, 1801

**Bairro:** Universitário

**CEP:** 38.055-500

**UF:** MG

**Município:** UBERABA

**Telefone:** (34)3319-8950

**Fax:** (34)3314-8910

**E-mail:** cep@uniube.br